



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II



ANO XXVII — Nº 77

SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1972

BRASÍLIA — DF

## CONGRESSO NACIONAL

### PARECER

N.º 49, de 1972 (CN)

Da Comissão Mista, sobre a Mensagem n.º 43, de 1972 — CN (n.º 213/72 — PR), do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 1.228, de 3 de julho de 1972, que “dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda das empresas estrangeiras de transporte terrestre”.

Relator: Senador Ruy Santos

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.228, de 1972, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda das empresas estrangeiras de transporte terrestre.

2. A Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda diz:

“Os Governos do Brasil e da Argentina, com o objetivo de incrementar o fluxo de comércio e de transporte terrestre de passageiros e de cargas entre os dois países, trocaram notas em Brasília, no dia 15 de março do corrente ano, sobre a isenção do Imposto de Renda das empresas de transporte terrestre.

Nessa ocasião, o Governo brasileiro se comprometeu a isentar a renda obtida no Brasil por empresas argentinas de transporte terrestre, desde que tratamento idêntico seja dispensado, na Argentina, às empresas brasileiras que tenham o mesmo objeto.

O art. 30 do Decreto-lei n.º 5.844, de 23 de setembro de 1943, isenta de Imposto de Renda no Brasil as empresas estrangeiras de navegação aérea e marítima, desde

que, no país de sua nacionalidade, tratamento idêntico seja dispensado às empresas aéreas e marítimas brasileiras.

Esse dispositivo, entretanto, não beneficia às empresas de transporte terrestre.

Por esse motivo, submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto-lei, que permitirá ao Governo brasileiro conceder isenção de Imposto de Renda às empresas argentinas de transporte terrestre.

O Projeto contempla a hipótese de isenção do imposto com efeito retroativo, na condição de que haja reciprocidade de tratamento, para alcançar os rendimentos obtidos a partir de 19 de outubro de 1968, conforme prevêem as referidas notas, vedada, porém, em qualquer caso, a restituição de receita.

O Projeto foi elaborado de forma a permitir também que, em casos semelhantes, o Governo brasileiro possa conceder a isenção do mesmo imposto às empresas de transporte terrestre de outros países, que vierem a dispensar tratamento tributário idêntico às empresas brasileiras de mesmo objeto.”

3. O artigo 30, acima aludido, do Decreto-lei n.º 5.844, de 1943, que dispõe sobre a cobrança e fiscalização do Imposto de Renda, estabelece:

### “PARTE SEGUNDA

#### Tributação das pessoas jurídicas

### CAPÍTULO II

#### Das isenções

Art. 30. As companhias estrangeiras de navegação marítima e

aérea estarão isentas do Imposto de Renda, se, no país de sua nacionalidade, as companhias brasileiras de iguais objetivos gozarem da mesma prerrogativa.”

4. A proposição visa, como se depreende da sua leitura, a estender às empresas estrangeiras e nacionais, que operam no sistema rodoviário, isenção semelhante à vigente nos setores de navegação aérea e marítima. É, pois, uma tentativa de adequar a legislação específica às alterações havidas no sistema nacional de transporte, uma vez que o setor rodoviário, no mercado interno, é, hoje, responsável por cerca de 70% (setenta por cento) do total de transporte no País.

A proposição, a nosso ver, é, ainda, consequência do conjunto de incentivos fiscais concedidos às exportações, que reduziu em cerca de 50% o preço médio dos produtos brasileiros.

Sem embargo, entretanto, convém aduzir que, em 1971, a participação de navios de bandeira brasileira nos fretes marítimos foi de pouco menos que 40% (28 milhões de toneladas) do total importado e exportado. Contudo, em embarcações próprias, esse montante foi de menos de 10 (dez) milhões de toneladas. Sabe-se, também, que esse total de toneladas transportadas cresce a mais de 2% ao ano e que o frete marítimo das exportações expandiu-se, em média, de US\$ 9,27/tonelada, em 1970, para US\$ 9,36 (em 1971). Todavia, nas importações, verificou-se aumento de US\$ 10,78/tonelada (1970) para US\$ 12,43 (1971).

Tais cifras contudo, não devem conduzir a conclusões apressadas sobre as diferenças de fretes nos diversos meios de transporte ou sobre as disparidades de tratamento existentes na legislação específica.

## EXPEDIENTE

### SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**EVANDRO MENDES VIANNA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ARNALDO GOMES**  
Superintendente

**PAULO AURÉLIO QUINTELLA**  
Chefe da Divisão Administrativa

**ÉLIO BUANI**  
Chefe da Divisão Industrial

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**  
Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

#### ASSINATURAS

##### Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 20,00
Ano .....	Cr\$ 40,00

##### Via Aérea:

Semestre .....	Cr\$ 40,00
Ano .....	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

Ao contrário, os diversos meios, até certo ponto, não são concorrentes, na medida em que os navios, de velocidade mais lenta que o caminhão, estão-se especializando em cargas pesadas e a granel. Ao veículo rodoviário restou a carga geral, sobretudo os manufaturados, ou os bens finais de consumo, cuja propensão a consumir é, geralmente, mais elevada que os demais bens econômicos, motivo pelo qual seus preços são mais altos. Segue-se que os manufaturados permitem os elevados custos do transporte rodoviário, mas exigem rapidez no carregamento. Essa maior velocidade do transporte rodoviário propicia, em contrapartida, um aumento no giro do capital imobilizado e, portanto, uma redução no juro total pago pelo empresário, que, por sua vez, pode atender às exigências dos contratos de financiamento, especialmente às altas taxas de juros vigentes no mercado doméstico, cerca de 3% ao mês.

Entendemos, assim, que, dentre outras, foram essas as variáveis — preço de transporte e natureza da carga — consideradas pelo Poder Executivo ao pleitear as medidas contidas na presente proposição. Em resumo, elas nada mais representam do que as diretrizes gerais da política de exportações, aprovadas pelo PND — Plano Nacional de Desenvolvimento 72/74 (Lei n.º 5.727, de 1971), no sentido de ampliar o sistema de incentivos fiscais às iniciativas do comércio internacional e, com isso, promover, internamente, o pleno emprego sem inflação, matéria de interesse público relevante e urgente.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do referido Decreto-lei, na forma do seguinte

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 39, de 1972 (CN)

Aprova o texto do Decreto-lei  
n.º 1.228, de 3 de julho de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.228, de 3 de julho de 1972, que dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda das empresas estrangeiras de transporte terrestre.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972. — Deputado Arthur Santos, Presidente; Senador Ruy Santos, Relator — Senador Tarso Dutra; Senador João Cleofas; Senador Lenoir Vargas; Deputado Passos Porto; Senador Saldanha Derzi; Senador Waldemar Alcântara; Deputado Magalhães Melo; Deputado Pinheiro Machado; Senador Ruy Carneiro; Deputado Cláudio Leite; Senador Guido Mondim.

#### PARECER N.º 50, de 1972 (CN)

Da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Mensagem n.º 47, de 1972 (n.º 217/72 na origem), em que o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17 de julho de 1972, publicado no Diário Oficial do dia subsequente, que "institui Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal".

Relator: Senador Flávio Brito

Com a Mensagem n.º 47, de 1972 — CN (n.º 217/72 na origem), o Senhor

Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17 de julho de 1972, que "institui Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal" (DO de 18-7-72).

2. O Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal, no valor de Cr\$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de cruzeiros), foi instituído pelo art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.232, de 1972, com o objetivo de:

"I — aumentar a produção e produtividade do setor de borracha vegetal; e

II — criar condições para a consolidação e expansão da heveicultura no País, com a gradativa substituição do seringueiro nativo pelo de cultivo racional."

Nos termos do parágrafo único do art. 1.º do citado decreto-lei, o referido Programa será executado no período 1972/1975, com as seguintes metas:

"a) aumento da produção de borracha extrativa vegetal;

b) instalação de usinas de beneficiamento de borracha próxima às áreas de produção;

c) recuperação de seringueiras de cultivo existentes;

d) formação de novos seringueiros de cultivo;

e) emprego intensivo de assistência técnica e formação de pessoal especializado, com vistas à melhoria da produtividade do setor."

O Programa terá como áreas prioritárias para a sua execução a Amazônia Ocidental e o litoral sul do Estado da Bahia (art. 2.º, caput, do DL

1.232/72), sendo consideradas incluídas na Amazônia Ocidental, para os exclusivos efeitos do Programa as áreas de produção de borracha a sudoeste do Estado do Amazonas e ao norte do Estado de Mato Grosso, a partir do Município de Cuiabá, bem como o Estado do Acre e o Território Federal de Rondônia (§ 1.º).

De acordo com o disposto no § 2.º do art. 2.º do decreto-lei em exame, no que respeita à formação de seringais de cultivo, "os benefícios do Programa poderão ser estendidos a colônias agrícolas instaladas ao longo das rodovias incluídas no Plano de Integração Nacional — P.I.N., bem como a outras áreas, na região amazônica, que reúnam condições ecológicas favoráveis ao mencionado cultivo e sejam tradicionalmente produtoras de borracha".

Os recursos financeiros do Programa serão provenientes do Fundo especial a que se referem o art. 40 da Lei n.º 5.227, de 1967, e o art. 3.º da Lei n.º 5.459, de 1968, a sua administração caberá à Superintendência da Borracha — SUDHEVEA, e as normas financeiras aplicáveis às suas operações serão fixadas pelo Conselho Monetário Nacional — arts. 3.º e 4.º

3. A Exposição de Motivos, enviada ao Senhor Presidente da República pelo Ministro da Indústria e do Comércio (n.º 108/72) e anexa ao texto do decreto-lei ora em exame, esclarece ampla e detidamente os objetivos e razões que levaram o Governo a adotar as medidas em tela.

Dessa minuciosa explanação, tomamos a liberdade de transcrever alguns tópicos, a saber:

"1 — No Brasil, em decorrência da vigorosa expansão econômica e tendo em vista o crescimento da produção automobilística, o consumo de borracha vem apresentando nos últimos anos expressiva evolução, tendo alcançado no exercício de 1971 uma taxa de crescimento de 11,6%.

2 — A produção nacional teve condições para acompanhar, no campo da borracha sintética, o aumento da demanda, chegando a produzir, atualmente, 80% das necessidades do consumo. Já com respeito à borracha vegetal — que constitui, precisamente, objeto deste documento —, o comportamento do setor justifica a adoção de medidas imediatas para assegurar o crescimento da produção a níveis mais compatíveis com as exigências do consumo interno.

3 — A evolução prevista com respeito à produção de borracha vegetal no País assenta nas características do quadro atual do setor, cuja fragilidade é manifest-

ta. No momento, essa produção tem por origem os seringais nativos da Amazônia e, em menor escala, os de cultivo estabelecidos no litoral sul da Bahia.

4 — As razões dessa debilidade são várias, destacando-se a baixa produtividade do setor, e ausência de uma estrutura adequada de comercialização e escoamento do produto, as dificuldades de assistência técnica e financeira aos produtores, razões essas que em conjunto, levam a um alto custo de produção e comercialização do produto. No momento, a conjugação desses fatores negativos começa a gerar um movimento de abandono dos seringais, com o gradativo esvaziamento de áreas que, tradicionalmente, vinham encontrando no seringal nativo a única forma de ocupação efetiva de extensas zonas de fronteira da Amazônia Ocidental. Esse processo poderia resultar, a curto prazo, em queda sensível do volume da produção, já insuficiente para o consumo do País.

5 — O referido Programa será desenvolvido no curso do período 1972/1975, embora sua execução, por acompanhar a fase de formação de seringais de cultivo, se estenda, neste caso, até o ano de 1980. Em linhas gerais, que adiante serão mais desenvolvidas, o Programa compreende 5 Subprogramas distintos, assim identificados:

I — Recuperação de seringais nativos

II — Instalação de usinas de beneficiamento junto às áreas de produção

III — Recuperação de seringais em formação

IV — Formação de seringais de cultivo

V — Assistência técnica e formação de pessoal

6 — No campo da assistência técnica a tarefa a ser realizada visa assegurar, através de orientação adequada, o emprego das melhores práticas de cultivo e o consequente aumento da produtividade dos seringais. Esse indispensável suporte tem faltado não apenas aos seringais nativos, cujas condições de baixa produtividade econômica são por demais conhecidas, como, também, aos de cultivo, estes ainda a braços com problemas em boa parte resultantes da ausência de melhor orientação técnica.

Com esse propósito, prevê-se a aplicação, no período 1972/1975, de recursos no montante de Cr\$ 9 milhões na Amazônia e Cr\$ 1,8

milhões na Bahia, cabendo ao Ministério da Agricultura a coordenação dos trabalhos de assistência técnica.

O problema da carência de pessoal especializado no campo da tecnologia, quer dos elastômeros, quer da seringueira, exige providências saneadoras. A insuficiência existente não se situa, em particular, em determinado escalão do conhecimento técnico ou da experiência prática fazendo-se sentir, igualmente, desde o nível da engenharia química aplicada ao setor até a especialização de classificadores de borracha.

É assim que Cr\$ 1.500.000,00 serão reservados no decurso do período 1972/1975 para a formação de pessoal técnico de suporte ao Programa."

Finalmente, o mesmo documento ressalta:

"Adicionalmente aos objetivos de redução de custos e aumento do volume de produção, o Programa exposto promoverá os seguintes benefícios:

a) a receita dos Estados produtores será aumentada em cerca de Cr\$ 40 milhões por ano;

b) serão criados 24.000 novos empregos, dos quais aproximadamente 17.000 na Região Amazônica;

c) a instalação de usinas junto às áreas produtoras permitirá a introdução de novas técnicas de colheita e beneficiamento do látex e aumentará a velocidade e facilidades de comercialização do produto, melhorando a remuneração do produtor;

d) na Amazônia Ocidental, o Subprograma de heveicultura permitirá a ocupação de áreas da fronteira em caráter mais estável e permanente do que o observado no extrativismo vegetal.

Constitui-se, assim, o Programa de Produção de Borracha em complemento ao Programa de Integração Nacional, representando nova alternativa para a criação de núcleos agrícolas ao longo das estradas de integração na Região Amazônica."

4. A simples leitura da Exposição de Motivos do Ministro da Indústria e do Comércio demonstra a excepcional relevância que o Decreto-lei n.º 1.232, de 1972, tem para a Nação, pois, ao adotar medidas de desenvolvimento econômico do setor produtivo de borracha vegetal, propicia, com providências paralelas, o desenvolvimento de todas as áreas compreendidas, nos campos industrial e comercial, bem como no social, ao ampliar o

mercado de trabalho, com grande número de novos empregos.

O problema da produção de borracha vegetal, aliás, de há muito vinha exigindo maior atenção governamental, que agora se concretiza, em termos amplos e corretos.

5. A bancada do Pará, por seu representante, Deputado Gabriel Hermes, salienta o fato de aquele Estado não ter sido incluído entre as áreas prioritárias para incremento à produção da borracha vegetal, vez que, no referido Estado se encontram o IPEAAM, as Centrais com clones selecionados e, ainda, plantações em larga escala, como as da Goodyear, Pirelli e várias outras, sem mencionar a Transamazônica, cujas margens atravessam áreas propícias para a heveicultura.

O Governador do Estado do Pará e os representantes das classes produtoras do mesmo, em telegrama ao Senhor Presidente da República, aliás, solicitaram a reformulação do assunto, na parte que exclui o Pará. Trata-se, no momento, tão-somente da apreciação do texto do decreto-lei em questão. Quaisquer modificações só poderão ser efetuadas pelo Poder Executivo.

Aliás, deve ser ressaltado, damos o nosso integral apoio à iniciativa governamental, esperando, também, que para o futuro seja dada ao Estado do Amazonas, dentro do planejamento em exame ou de outros a serem implantados, maior atenção, por ser o mais carente de amparo dentre todos os Estados componentes da Amazônia.

6. Trata-se, assim, de assunto de urgência, de interesse público relevante, que não acarreta aumento de despesa e envolve matéria relativa às finanças públicas, razão pela qual está amplamente justificada a edição, pelo Governo, do decreto-lei em pauta, sob a égide do estabelecido no art. 55, II, da Constituição.

7. Ante o exposto, nada havendo que possa ser oposto ao Decreto-lei n.º 1.232, de 1972, esta Comissão opina pela sua aprovação, nos termos do seguinte

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1972 (CN)

**Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17 de julho de 1972, que "institui Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal".**

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17 de julho de 1972, que "institui Progra-

ma de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972. — Deputado **Leopoldo Pereira**, Presidente — Senador **Flávio Brito**, Relator — Senador **José Lindoso** — Senador **Fernando Corrêa** — Senador **Heitor Dias** — Senador **Cattete Pinheiro** — Senador **José Sarney** — Senador **Waldemar de Alcântara** — Senador **Adalberto Sena** — Senador **Eraldo Lemos** — Deputado **Gabriel Hermes** — Deputado **Nosser Almeida** — Deputado **Cid Furtado** — Senador **Antônio Fernandes**.

#### PARECER

N.º 51, de 1972 (CN)

Da Comissão Mista, sobre a Mensagem n.º 42, de 1972-CN (n.º 222, de 1972, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o texto do Decreto-lei n.º 1.227, de 28 de junho de 1972, que "dispõe sobre a aplicação de disposições legais e regulamentares, já revogadas, a militares em serviço no estrangeiro, até a vigência de lei específica."

Relator: Deputado **Hugo Aguiar**

Nos termos do § 1.º do artigo 55, da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.227, de 28 de junho do corrente ano, que "dispõe sobre a aplicação de disposições legais e regulamentares, já revogadas, a militares em serviço no estrangeiro, até a vigência de lei específica".

2. A Mensagem Presidencial (n.º 42/72-CN) esclarece:

"Com a entrada em vigor da Lei n.º 5.787, de 27 de junho de 1972, que dispõe sobre a remuneração dos militares, fez-se necessária a expedição urgente de ato legal que assegurasse aos militares em serviço no estrangeiro a percepção dos vencimentos, indenizações e demais direitos a que faziam jus na forma do então Código de Vencimentos (Decreto-lei n.º 728, de 4 de agosto de 1969)."

3. A lei acima referida teve origem na Mensagem Presidencial n.º 27, de 1972 (CN), que encaminhou a matéria à apreciação do Congresso Nacional, tendo a Comissão Mista, incumbida de examiná-la, concluído por um Substitutivo, que consubstanciou o projeto de lei original e as emendas apresentadas em número de 29, sem considerar as emendas do nobre Senador **Lourival Baptista**, relator da matéria.

4. A Lei n.º 5.787, de 1972, que "dispõe sobre a Remuneração dos Mi-

litares", portanto, além de não provocar aumento dos valores em vigor de soldo, vantagens ou direitos, conseguiu:

a) consolidar num só diploma as regras constantes de leis que alteraram a então lei básica dos militares;

b) adaptar a remuneração dos militares à política de pessoal que vem sendo executada pelo Governo;

c) aperfeiçoar dispositivos do Decreto-lei n.º 728, de 4 de agosto de 1969, de modo a harmonizá-lo com a Lei n.º 5.774, de 23 de dezembro de 1971 (antigo Estatuto dos Militares).

5. Não obstante a atualização e os aperfeiçoamentos introduzidos por este último diploma legal, que regulamentou a "Remuneração dos Militares", estabelece a citada lei no seu artigo 157:

"Art. 157. A remuneração dos militares da ativa, em serviço no exterior, em tempo de paz, será estabelecida em lei específica.

Parágrafo único. Ao militar, nas condições deste artigo, são assegurados os direitos de assistência médico-hospitalar, alimentação e fardamento, de conformidade com o estabelecido nos artigos 76 a 82 e 89 a 99 desta lei, no que lhe for aplicável."

6. Conforme se pode concluir da leitura da mensagem presidencial, a regulamentação do art. 157 ainda está em estudos na área do Poder Executivo, devendo em breve ser regulado através de lei específica, estabelecendo os valores da remuneração e gratificações dos servidores públicos civis e militares, em missão no exterior.

7. Assim, o ato legal, consubstanciado no Decreto-lei n.º 1.227, de 1972, ora sob nosso exame, fez-se necessário e urgente para que fosse assegurado aos militares em serviço no estrangeiro a continuidade da percepção dos vencimentos, indenizações e demais direitos a que faziam jus na forma do então Código de Vencimentos (Decreto-lei n.º 728, de 4 de agosto de 1969), alterado pelo Decreto-lei n.º 873, de 16 de setembro de 1968, ambos revogados pela Lei n.º 5.787, de 27 de junho de 1972, até a entrada em vigor de uma lei específica a que se refere o artigo 157 da Lei n.º 5.787, de 1972.

8. A matéria, portanto, é urgente e encontra apoio no art. 55, item III, da Constituição, o que justifica, plenamente, a edição do Decreto-lei em questão pelo Governo.

9. Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Decreto-lei n.º 1.227, de 1972, na forma do seguinte:

**PROJETO DE DECRETO  
LEGISLATIVO N.º 41, DE 1972 (CN)**

**Aprova o texto do Decreto-lei  
n.º 1.227, de 28 de junho de 1972.**

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.227, de 28 de junho de 1972, que "dispõe sobre a aplicação de disposições legais e regulamentares, já revogadas, a militares em serviço no estrangeiro, até a vigência de lei específica".

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972. — Senador Luiz Cavalcante, Presidente — Deputado Hugo Aguiar, Relator — Deputado João Alves — Senador Virgílio Távora — Senador Ney Braga — Deputado Sebastião Andrade — Deputado Florim Coutinho, com declaração de voto — Deputado Osnelli Martinelli — Deputado Francisco Rolemberg — Deputado Osmar Leitão — Senador Benedito Ferreira — Senador Paulo Torres — Senador Flávio Britto.

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

1. O decreto-lei apresentado com a Mensagem n.º 42, de 1972 (CN), Decreto-lei n.º 1.227, de 28 de junho de 1972, trata de aplicar disposições legais e regulamentares a militares em serviço no estrangeiro, já revogadas pela Lei n.º 5.787/72, de 27 de junho de 1972, Lei de Remuneração dos Militares, em vigor.

2. As disposições revogadas por esta lei são do Decreto-lei n.º 728, de

4 de agosto de 1969, o anterior Código de Vencimentos dos Militares, e as modificações neste introduzidas através do Decreto-lei n.º 873, de 16 de setembro de 1969.

3. A Lei n.º 5.787 referida, estabelece em seu art. 157 que "a remuneração dos militares da ativa em serviço no exterior, em tempo de paz, será estabelecida em lei específica", bem como no parágrafo único do mesmo artigo, assegura àqueles militares vários direitos.

4. O decreto-lei objeto de exame é datado de 28 de junho de 1972, isto é, um dia após a data da Lei n.º 5.787, Lei de Remuneração dos Militares, em vigor.

**Estudo**

O decreto-lei em exame visa a assegurar direitos aos militares da ativa em serviço no estrangeiro, em tempo de paz, que estavam estabelecidos no Título V do antigo Código de Vencimentos dos Militares (Decreto-lei n.º 728/69) revogado pela atual Lei n.º 5.787/72 e que não constam nesta lei por razões que o legislador, certamente, levou em conta.

O fato é que a lei atual só trata da remuneração do militar em campanha no País e no Exterior (Título III). Nada estabelece para o serviço no exterior, em tempo de paz, o que, somente no Capítulo II do Título VI, art. 157 e seu parágrafo único, é objeto de tratamento.

Verifico, assim, que esse serviço no exterior em tempo de paz será objeto de uma lei específica, e que, antes que essa lei seja elaborada e siga a tramitação normal, os militares que

servem no estrangeiro ficam, digamos, "descobertos" pela lei em vigor atualmente, salvo quanto ao prescrito no parágrafo único de seu art. 157, já citado.

Daí a necessidade de regular a situação dos mesmos, mediante um instrumento legal de mais rápida tramitação como é o decreto-lei.

E tanto assim foi que, já no dia imediato ao da data da Lei n.º 5.787, era expedido o decreto-lei objeto de exame.

**Opinião**

Na minha opinião, não parece um bom procedimento legislativo aplicar medidas já revogadas.

A Lei n.º 5.787/72 revogou o antigo Código de Vencimentos dos Militares e outros decretos-leis, com algumas ressalvas que não se aplicam aos militares em serviço no exterior em tempo de paz, tudo em seu art. 176. E entrou em vigor a contar de 1.º de março de 1972 (art. 175).

Dado que a situação daqueles militares certamente ficaria indefinida, pelo menos até que uma lei específica regule a matéria, poderia, talvez, ser encontrado um modo de defini-la, mesmo em caráter transitório, na própria Lei n.º 5.787.

Como, porém, os militares a que se refere o decreto-lei em exame não têm culpa nem é justo que sofram prejuízos, opino favoravelmente ao referido decreto-lei.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1972. — Deputado Florim Coutinho.

# **SENADO FEDERAL**

## **SUMÁRIO DA ATA DA 88.ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1972**

**1 — ABERTURA**

**2 — EXPEDIENTE**

**2.1 — Pareceres**

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1972 (n.º 218-C/71, na Câmara), que dá nova redação ao art. 60 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e aos arts. 710 e 711 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1972 (n.º 811-B/72, na Câmara), que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional.

Ofício S-28, de 1972 (n.º G-1.034, de 1972, na origem), do Senhor Prefeito do Município de São Paulo, encaminhando ao Senado Federal, solicitação para que a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ —, possa realizar uma operação de empréstimo externo, com bancos estrangeiros, liderados por Samuel Montagu & Co. Ltd., para fins de cobertura dos custos dos seguimentos de

anéis destinados ao revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária Norte/Sul do Metropolitano.

Projeto de Resolução n.º 40, de 1972, da Comissão de Finanças que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRÔ —, operação de financiamento externo destinado a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho da linha prioritária norte-sul do Metropolitano.

Projeto de Resolução n.º 38, de 1972, que autoriza a emissão pela Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00, para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A. (Redação final).

Projeto de Resolução n.º 37, de 1972, que suspende a proibição contida nas Resoluções n.º 58, de 1968, e n.º 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Bônus Rotativos. (Redação final).

## 2.2 — Comunicações da Presidência

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1972, que dá nova redação ao artigo 397, da Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1963 — Consolidação das Leis do trabalho, considerado rejeitado em virtude de ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

— Programação das solenidades a se realizarem na Capital da República, no primeiro dia da Semana da Pátria, estabelecida em comum acordo com o Presidente da Comissão Nacional das Comemorações do Sesquicentenário.

## 2.3 — Discursos do Expediente

SENADORES PAULO TÔRRES E NELSON CARNEIRO, respectivamente, pelas Lideranças da ARENA e do MDB — "Dia do Soldado".

SENADOR PETRÔNIO PORTELLA (Da Presidência) — Associando-se, em nome da Mesa, às comemorações do Dia do Soldado.

SENADOR JOSÉ SARNEY — Implantação no País de projeto de minério de cobre Projeto Caraíba. Exaltação da posição do Ministro Dias Leite em relação àquele empreendimento.

## 2.4 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado n.º 36, de 1972, de autoria do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre licença de servidor público no exercício de cargo eletivo não remunerado.

ATA DA 88.ª SESSÃO  
EM 24 DE AGOSTO DE 19722.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 7.ª LegislaturaPRESIDENCIA DOS SRs. PETRÔNIO  
PORTELLA E CARLOS LINDENBERG

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard — Geraldo Mesquita — Flávio Britto — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrónio Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Anon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner —

## 3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei do Senado n.º 40/71, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que dispõe sobre a instituição de prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à medicina, à indústria e à agricultura, e dá outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade). **Rejeitado**, após falarem, no encaminhamento de sua votação, os Srs. Senadores Franco Montoro, Ruy Santos e Nelson Carneiro. Ao Arquivo.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 3/71 (n.º 3-B/71, na Câmara), que aprova o acordo de Co-produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma a 11 de novembro de 1970. **Aprovado**, após discutir a matéria o Sr. Senador Franco Montoro. À Comissão de Redação.

## 4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Pareceres contrários das comissões técnicas ao Projeto de Lei do Senado n.º 17/72, de sua autoria, que cria a obrigatoriedade pelo SESI e SESC de manutenção ou subvenção de escolas maternas e jardins de infância.

SENADOR FRANCO MONTORO — Considerações sobre os Projetos de Lei do Senado n.º 36/72, lido no expediente, e 40/71, apreciado na Ordem do Dia da presente sessão.

5 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

6 — Atas das Comissões

7 — Composição das Comissões Permanentes.

Benedito Ferreira — Emival Caiaado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1.º-Secretário vai proceder à leitura do expediente.

É lido o seguinte

## EXPEDIENTE

## PARECERES

## PARECER

N.º 280, de 1972

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1972 (número 218-C/71, na Câmara dos Deputados), que dá nova redação ao art. 60 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e aos arts. 710 e 711 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

Relator: Sr. Nelson Carneiro

O projeto de lei da Câmara dos Deputados, de n.º 22, de 1972, visa a corrigir uma flagrante injustiça para os acusados por crimes menores. Para

que tenham direito a pleitear o livramento condicional, é necessário (art. 60 do Código Penal) que a condenação haja sido superior a três anos. Justo aqueles que sofreram penas menores, e que em muitos casos não podem pleitear o benefício do sursis, cumpre integralmente o tempo de reclusão ou de detenção. Acolhendo projeto de autoria do nobre Deputado Athié Coury, a Comissão de Constituição e Justiça, pelo voto unânime de seus ilustres componentes, acompanhando o lúcido pronunciamento do relator, Deputado Dib Cherém, e posteriormente o plenário da outra Casa do Congresso aprovaram a proposição, que dá nova redação ao art. 60 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e aos arts. 710 e 711 do Decreto-lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).

É o relatório.

## PARECER

O Projeto é constitucional, jurídico e conveniente. Conheci por dentro uma penitenciária. Como preso político, tratado como preso comum. Escrevi então, vai por quase quarenta anos, a experiência que apreendi. Afirmei que "a prisão celular não corrige, nem socializa o homem. Aniquila-o. Perverte-lhe os sentimentos. Quebranta-lhe as energias. Mata-lhe as esperanças". Divisava a prisão domiciliar, e proclamava a inutilidade da prisão celular, quanto mais prolongada pior, acordando, "no homem, vítima de um passo incerto ou de um

momento irrefletido, esse estado de predisposição para outros delitos". O Projeto vem ao encontro dessas convicções, que os tempos arraigaram em meu espírito. Luto, por isso, com o dilema de aprovar simplesmente a proposição, possibilitando que logo se converta em lei, ou de modificar um de seus dispositivos, obrigando, se aprovada a emenda, a que volte à Câmara dos Deputados. Esta a dúvida que exponho lealmente à Comissão.

Diz a nova redação que o projeto dá ao art. 711 do Código de Processo Civil: — "No caso de condenação a duas ou mais penas privativas de liberdade, da mesma espécie ou de espécies diferentes, o juiz somente poderá conceder o livramento se qualquer delas for superior a 2 (dois) anos e o condenado já houver cumprido mais de metade ou três quartos da soma do tempo de todas" (art. 710, n.º 1).

A mim não impressiona a exigência de uma das penas ser no mínimo de dois anos. Se são duas penas menores, o que se deve concluir é que os dois delitos foram de menor gravidade. Desde que as penas, quantas sejam, somem mais de dois anos, e o condenado haja preenchido as demais exigências do art. 710 do Código de Processo Civil, o livramento condicional poderia ser pleiteado.

Por outro lado, se as penas privativas da liberdade são ou não da mesma espécie, e o tempo de reclusão ou de detenção demonstrou que o condenado tem condições para retornar à liberdade, ainda que condicional, não me parece que se deva exigir o cumprimento de três quartos da soma do tempo de todas. Não há de ser um período maior de reclusão ou de detenção que demonstrará que o preso não voltará à prática de idênticas infrações penais, em geral contemporâneas, às vezes até consequência uma da outra. O cumprimento de dois terços da condenação, e não da metade, vale ainda como castigo, mas não atende às inspirações do instituto do livramento condicional. Eu de mim sugeriria o livramento condicional, quando o juiz da execução se convencesse da ausência ou da cessação de periculosidade do condenado, não só pelo bom comportamento durante a difícil vida carcerária, por prazos ainda que inferiores aos aqui fixados, desde que houvesse demonstrado aptidão para prover à própria subsistência, mediante trabalho honesto. E, quando não se tratasse de miserável, que é a regra geral, houvesse ocorrido a satisfação das obrigações civis resultantes do crime.

Emendando o projeto, retardaria injustamente a liberdade condicional de muitos. Não o emendando, não abro de logo a outros a possibilidade da liberdade condicional, que no meu

entender têm o direito de pleitear. Confiando que o Governo cumprirá realmente sua promessa de enviar em breve ao Congresso Nacional as anunciadas emendas ao Código Penal, opto pela segunda alternativa, para oferecer oportunamente a emenda que o presente projeto me sugere.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972. — Daniel Krieger, Presidente — Nelson Carneiro, Relator — Arnor de Mello — José Sarney — José Lindoso — José Augusto — Wilson Gonçalves.

#### PARECERES

N.ºs 281 e 282, de 1972

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1972 (n.º 811-B/72 na origem), que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional.**

#### PARECER N.º 281

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Sr. José Sarney

O Projeto de lei ora sob o exame desta Comissão, originário do Poder Executivo (Mensagem n.º 212/72), estabelece, em seu art. 1.º, que "os funcionários das Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, aos quais seja reconhecida a qualidade diplomática, que não sejam de nacionalidade brasileira e nem tenham residência permanente no País, poderão adquirir, por solicitação feita ao Ministério das Relações Exteriores, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, um veículo de fabricação nacional, sem prejuízo dos direitos que lhes são assegurados pelos arts. 15 e 161 do Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro de 1966, ressalvado o princípio de reciprocidade de tratamento".

Pelos parágrafos 1.º e 2.º do artigo 1.º é assegurado aos "funcionários administrativos e técnicos das referidas Missões Diplomáticas, que se encontrem no Brasil e satisfaçam os requisitos de nacionalidade e residência", previstos no caput do art. 1.º — mediante reciprocidade de tratamento e até seis meses após a publicação do texto em exame, prazo esse passível de extensão excepcional e por igual período — o direito de adquirir um veículo automotor de fabricação nacional, com isenção do IPI, desde que ainda não tenham gozado de favor fiscal para importação ou compra de automóvel.

O IPI, dispõe o art. 3.º, será cobrado na forma do art. 26 do Decreto-lei n.º 37, de 1966, se a propriedade ou uso do veículo for transferido antes de

um ano, a pessoa ou entidade que não goze do mesmo tratamento fiscal.

O Ministro das Relações Exteriores, em Exposição de Motivos ao Sr. Presidente da República, após referir-se a anterior texto de projeto de lei, dispondo sobre a isenção tributária na aquisição de veículos e aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos de fabricação nacional, no âmbito das representações diplomáticas, esclarece:

"Tendo presente as determinações de Vossa Excelência no que se refere à consolidação definitiva da Capital Federal, e, em particular, à transferência do Corpo Diplomático, quer-me parecer seja aconselhável o desdobramento, em diferentes atos, das medidas englobadas naquele texto, de maneira a permitir a adoção mais pronta daquelas cuja necessidade se revele mais premente.

Entre estas permito-me destacar aquela pela qual se outorgaria aos membros do pessoal diplomático das Missões acreditadas junto ao Governo brasileiro, que não sejam nacionais nem tenham residência no País, o direito de adquirir, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, um segundo veículo automotor, de fabricação nacional, ressalvado o princípio da reciprocidade de tratamento."

Diz, ainda, o mesmo documento, que "os membros do Corpo Diplomático, que não os Chefes de Missão, têm procurado casas nos setores Sul e Norte da Capital, por vezes distantes, e nem sempre servidos com regularidade por transportes públicos. Nessas condições, faz-se mister reconhecer que um só automóvel para o uso de uma família é insuficiente, já que o diplomata, ao usá-lo para comparecer ao seu escritório, deixa os seus familiares sem meios de locomoção".

Assim, com a presente proposição, procura-se proporcionar ao pessoal das representações diplomáticas, com vistas à sua fixação em Brasília, as indispensáveis facilidades de transporte, buscando-se, ainda, garantir preferência para os veículos de fabricação nacional.

É de se notar, relativamente aos automóveis de fabricação estrangeira, que os servidores das missões diplomáticas, assim como os das representações de organismos internacionais, já gozam da isenção do IPI, consoante dispõe o citado Decreto-lei n.º 37, de 1966.

O projeto, outrossim, em todas as suas disposições, ressalva e assegura o princípio de reciprocidade de tratamento.

Ante o exposto, considerando que a proposição vai ao encontro das aspirações e reclamos da nossa política de



relações exteriores, atendendo, outrossim, às conveniências da própria economia nacional, e nada havendo no âmbito da competência regimental desta Comissão que lhe possa ser oposto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972. — Wilson Gonçalves — Vice-Presidente, no exercício da Presidência — José Sarney, Relator — José Lindoso — Saldanha Derzi — Arnon de Mello — Virgílio Távora — Fernando Corrêa — Nelson Carneiro.

#### PARECER N.º 282

##### Da Comissão de Finanças

##### Relator Sr. Ruy Santos

1. Nos termos do artigo 51 da Constituição, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Congresso Nacional a presente proposição, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional.

2. Na Exposição de Motivos que instrui a iniciativa presidencial, o Senhor Ministro das Relações Exteriores diz:

“Com a Exposição de Motivos n.º C/314, de 16 de novembro de 1970, tive a honra de submeter à alta apreciação de Vossa Excelência texto de projeto de lei dispondo sobre a isenção tributária na aquisição de veículos e aparelhos eletrônicos e eletrodomésticos, de fabricação nacional.

O caráter mais amplo que, no referido projeto, se buscava dar às isenções concedidas pelo Governo brasileiro visava a três objetivos principais, respectivamente:

a) no caso dos estrangeiros contemplados no projeto, proporcionar-lhes, após a transferência para a área de Brasília, a possibilidade de disporem de suficientes meios de transporte particular;

b) no caso dos brasileiros mencionados, que gozam de isenção tributária para a importação do veículo que trazem do exterior, outorgar-lhes o direito de optar pela compra de um automóvel de fabricação brasileira;

c) estimular, no que diz respeito ao primeiro como ao segundo grupo de pessoas acima indicadas, a preferência por produtos eletrônicos e eletrodomésticos de fabricação nacional.

Tendo presente as determinações de Vossa Excelência no que se refere à consolidação definitiva da Capital Federal, e, em particular, à transferência do Corpo Diplomático, quer-me parecer seja aconselhável o desdobramento, em diferentes atos, das medidas en-

globadas naquele texto, de maneira a permitir a adoção mais pronta daquelas cuja necessidade se revele mais premente.

Entre estas permito-me destacar aquela pela qual se outorgaria aos membros do pessoal diplomático das Missões acreditadas junto ao Governo brasileiro, que não sejam nacionais nem tenham residências no País, o direito de adquirir, com isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados, um segundo veículo automotor, de fabricação nacional, ressalvado o princípio da reciprocidade de tratamento.

Os membros do Corpo Diplomático, que não os Chefes de Missão, têm procurado casas nos setores Sul e Norte da Capital, por vezes distantes, e nem sempre servidos com regularidade por transportes públicos. Nessas condições, faz-se mister reconhecer que um só automóvel para o uso de uma família é insuficiente, já que o diplomata ao usá-lo para comparecer ao seu escritório, deixa os seus familiares sem meios de locomoção.

Outrossim, tem ocorrido que alguns membros do pessoal administrativo e técnico das Missões, que serviam ou servem ainda na Guanabara, deixaram de valer-se do direito de importar um automóvel no período de sua primeira instalação e agora, ao serem transferidos para Brasília, encontram-se ou encontrar-se-ão sem possibilidades de dispor de meios de transporte próprios.

Para atender a solicitações — a meu ver justificadas — que me vêm sendo feitas, com muita frequência, por representantes estrangeiros radicados em Brasília, tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que dispõe sobre a concessão de direito à aquisição de um segundo automóvel, de fabricação nacional, por parte de agentes diplomáticos acreditados junto ao Governo brasileiro, e permite aos membros do pessoal administrativo e técnico das Missões diplomáticas estrangeiras, que já se encontram no Brasil e que ainda não tenham gozado de favor fiscal para importação ou compra de automóvel, a aquisição de um veículo automotor, nas mesmas condições e até seis meses após a data de entrada em vigor das medidas ora propostas, prazo excepcionalmente prorrogável por igual período.”

3. O artigo 1.º da proposição em exame estabelece a isenção do alu-

dido imposto por parte de funcionários das missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo brasileiro, sem prejuízo dos direitos que lhe são assegurados pelos artigos 15 e 161 do Decreto-lei n.º 37, de 1966.

São os seguintes os artigos 2.º e 3.º da proposição:

“Art. 2.º Quanto ao ressarcimento, pelo produtor, do tributo relativo às matérias-primas intermediárias, aplicar-se-á a norma do art. 7.º, § 1.º, da Lei n.º 4.502 de 30 de novembro de 1964.

Art. 3.º O imposto sobre produtos industrializados será cobrado na forma do artigo 26 do Decreto-lei n.º 37, se a propriedade ou o uso do veículo for transferido antes de um ano, a pessoa ou entidade que não goze do mesmo tratamento fiscal.”

4. A legislação específica estabelece:

#### Decreto-lei n.º 37

“Art. 15. É concedida isenção do imposto de importação nos termos, limites e condições estabelecidos no regulamento.

IV — As missões diplomáticas e repartições consulares de caráter permanente, e a seus integrantes;

V — as representações de órgãos internacionais e regionais de caráter permanente, de que o Brasil seja membro, e a seus funcionários, peritos, técnicos e consultores, estrangeiros que gozarão do tratamento aduaneiro outorgado ao corpo diplomático quanto às suas bagagens, automóveis, móveis e bens de consumo, enquanto exercerem suas funções de caráter permanente;

Art. 26. Na transferência de propriedade ou uso de bens prevista no artigo 11, os tributos e gravames cambiais dispensados quando da importação, serão reajustados pela aplicação dos índices de correção monetária fixados pelo Conselho Nacional de Economia e das taxas de depreciação estabelecidas no regulamento.

Art. 161. A isenção prevista nos incisos IV e V do artigo 15, para a importação de automóvel, poderá ser substituída pelo direito de aquisição, em idênticas condições, de veículo de produção nacional, com isenção do imposto sobre produtos industrializados, aplicando-se, quanto ao ressarcimento, pelo produtor, do tributo relativo às matérias-primas e produtos intermediários, a norma do § 1.º do art. 7.º da Lei n.º 4.502, de 30 de novembro de 1964.



Parágrafo único. O imposto sobre produtos industrializados será cobrado na forma do artigo 26, se a propriedade ou uso do automóvel for transferido, antes do prazo de 1 ano, a pessoa que não goza do mesmo tratamento fiscal".

Além disso, o artigo 7 da Lei n.º 4.502, de 1964, estabelece:

"Art. 7.º São também isentos:

I — os produtos exportados para o exterior, na forma das instruções deixadas pelo Ministro da Fazenda;

Parágrafo 1.º: No caso do inciso I, quando a exportação for efetuada diretamente pelo produtor, fica assegurado o ressarcimento, por compensação do imposto relativo às matérias-primas e produtos intermediários efetivamente utilizados na respectiva industrialização, ou por via de restituição, quando não for possível a recuperação pelo sistema de crédito."

5. A Câmara dos Deputados, examinando a matéria, aprovou uma emenda ao projeto original esclarecendo que a isenção de impostos aludida no § 1.º do art. 1.º se refere, também, ao IPI — imposto sobre produtos industrializados.

6. A proposição, como se depreende da leitura, atende à legislação, sobretudo o disposto no Código Tributário (Lei n.º 5.172, de 1966) artigo 176, que estabelece:

"Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifica as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares".

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1972. — João Cleofas, Presidente — Ruy Santos, Relator — Virgílio Távora — Franco Montoro — Danton Jobim — Jessé Freire — Saldanha Derzi — Wilson Gonçalves — Daniel Krieger — Eurico Rezende.

## PARECERES

N.ºs 283 e 284, de 1972

### PARECER N.º 283

da Comissão de Finanças, sobre o Ofício S-28, de 1972 (número G-1.034 de 1972 — na origem), do Senhor Prefeito do Município de São Paulo, encaminhando ao Senado Federal solicitando para que a Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRO — possa realizar uma operação de empréstimo externo, com bancos estrangeiros, liderados por Samuel Montagu & Co. Ltd., para fins de cobertura dos custos dos seguimentos de anéis destinados ao revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária Norte/Sul do Metropolitano.

Relator: Sr. Franco Montoro

O Senhor Prefeito do Município de São Paulo, no Ofício n.º G-1.034/72, solicita ao Senado Federal, nos termos do art. 42 inciso IV, da Constituição, a competente autorização para que aquela Prefeitura concretize, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo, uma operação de crédito financeiro externo em processo de contratação, com um grupo de 3 (três) bancos, liderados por Samuel Montagu & Co. Ltd., de Londres, Inglaterra, no montante de ... US\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil dólares), destinados a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária Norte/Sul.

2. Pelo mesmo documento, o chefe do Executivo do Município de São Paulo esclarece que "o aval do financiamento será prestado pelo Tesouro Nacional, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, com contragarantia desta Prefeitura, fundamentada na Lei

Municipal n.º 7.676, de 8 de dezembro de 1971."

3. No processado encontram-se, além dos citados, mais os seguintes documentos principais:

a) cópia da minuta do contrato a ser assinado entre as partes, no idioma inglês (fls. 5 a 19);

b) cópia devidamente autenticada, da tradução juramentada que trata o item anterior (fls. 20 a 41);

c) cópia da publicação no Diário Oficial da União da autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo possa se dirigir ao Senado Federal (fls. 42);

d) cópia do Diário Oficial do Município de São Paulo que publicou a Lei Municipal n.º 7.676, de 8 de de-

zembro de 1971, autorizando o Executivo Municipal a prestar contragarantias à Companhia do Metropolitano de São Paulo até o limite de ... Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), (fls. 49);

e) cópia da Exposição de Motivos Interministerial n.º 106, de 6-5-70, que autoriza prioridade para outorga de aval do Tesouro Nacional, até o limite de US\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares) para contratações externas (fls. 51 a 58);

f) cópia da carta do Banco Central do Brasil (CEMEX — C-72/58 — de 16 de junho de 1972), que autoriza o prosseguimento da contratação, nos termos do inciso I, do artigo 2.º do Decreto n.º 65.071, de 27-8-69, em sessão da Comissão de Empréstimos Externos — CEMEX, de 25-5-72 (fls. 59 e 60);

g) cópia da Exposição de Motivos n.º 213, de 13-6-72, do Senhor Ministro da Fazenda ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, solicitando aprovação da operação, que resultou no despacho n.º PR-3.136-70, publicado no Diário Oficial da União do dia 21 de junho do corrente ano. (fls. 62 a 64);

h) cópia do Quadro Demonstrativo das contragarantias oferecidas pela Prefeitura do Município de São Paulo, com base nos artigos 1.º e 2.º da Lei Municipal n.º 7.676, de 8 de dezembro de 1971, (fls. 65);

i) cópia do Quadro Demonstrativo das operações contratadas e a contratar, dentro do limite de ... US\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de dólares), previstas na Exposição Interministerial n.º 106, de 1970 (fls. 66);

j) cópia dos Estatutos Sociais da Companhia.

4. Essas as informações que consideramos necessárias fazer para o perfeito esclarecimento, não só das operações anteriores, já realizadas e do conhecimento do Senado Federal, como, também, da contida no ofício ora sob nossa apreciação.

5. Assim cumpridas as exigências do Regimento Interno (art. 406, letras a, b e c) opinamos favoravelmente ao atendimento solicitado, nos termos do seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 40 DE 1972

Autoriza a Prefeitura do Município de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRO, operação de financiamento externo destinado a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano.

Art. 1.º É a Prefeitura do Município de São Paulo autorizada a rea-

lizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRO, operação de financiamento externo contratado com um grupo de 3 bancos estrangeiros, liderados por Samuel Montagu & Co. Ltd., de Londres, Inglaterra, no montante de US\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil dólares), de principal, destinados a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano paulista.

Art. 2.º A operação de financiamento externo realizar-se-á, nos moldes e termos aprovados pelo Poder Executivo Federal, à taxa de juros, despesas operacionais, acréscimos, prazos e demais condições admitidas pelo Banco Central do Brasil para registro de financiamento da espécie obtidos no exterior, obedecendo as demais exigências dos demais órgãos encarregados da política econômico-financeira do Governo Federal inclusive quanto ao aval a ser prestado através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, em nome do Tesouro Nacional, e, ainda, o disposto na Lei Municipal n.º 7.676, de 8 de dezembro de 1971, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo do dia 9 de dezembro de 1971.

Art. 3.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1972. — João Cleofas, Presidente — Franco Montoro, Relator — Wilson Gonçalves — Virgílio Távora — Ruy Santos — Geraldo Mesquita — Saldanha Derzi — Danton Jobim — Lourival Baptista.

#### PARECER

N.º 284, de 1972

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução n.º 40, de 1972, da Comissão de Finanças que autoriza a Prefeitura Municipal de São Paulo a realizar, através da Companhia do Metropolitano de São Paulo — METRO, operação de financiamento externo destinado a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para revestimento dos túneis do trecho 3 da linha prioritária norte-sul do Metropolitano.

Relator: Sr. Heitor Dias

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de São Paulo, em atenção ao pedido da Companhia do Metropolitano de São Paulo e em cumprimento ao disposto no art. 42, item IV da Constituição, solicita ao Senado Federal autorização para que aquela Companhia possa realizar operação de crédito financeiro externo com um grupo de três bancos, liderados por Samuel Montagu & Co. Ltd., de Londres, Inglaterra, no montante de

US\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil dólares), destinados a cobrir a aquisição de anéis de seguimento para o revestimento dos túneis do trecho 3, da sua linha prioritária Norte-Sul, com o aval do Tesouro Nacional, através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE e contragarantia da Prefeitura Municipal, fundamentada em sua Lei n.º 7.676, de 8 de dezembro de 1971.

Nos termos dos artigos 100, item III e 406, alíneas a, b e c do Regimento Interno, compete, obrigatoriamente, a este órgão técnico, o exame da constitucionalidade e juridicidade do projeto de resolução e, complementarmente, da documentação que instrui o processo.

Quanto ao aspecto obrigatório, nada há que possa ser argüido, pois a proposição é constitucional e jurídica e quanto ao exame complementar, verificamos que constam dos autos os seguintes documentos, que satisfazem ao disposto no art. 406 e suas alíneas:

a) minuta, em inglês, do contrato a ser assinado, caso a operação seja autorizada;

b) tradução juramentada do dito contrato;

c) cópia da folha do Diário Oficial da União, com a autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na Exposição de Motivos n.º 213 do Senhor Ministro da Fazenda;

d) cópia da Lei Municipal n.º 7.676, de 1971, que autoriza o Executivo da Municipalidade de São Paulo a prestar contragarantias à Companhia do Metropolitano até o limite de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros);

e) cópia da Exposição de Motivos Interministerial que autoriza o aval do Tesouro Nacional;

f) cópia da carta do Banco Central do Brasil, através da CEMPEX, que autoriza o prosseguimento da operação; etc.

Sobre essa documentação e mais inúmeros outros que foram anexados ao processo, a douta Comissão de Finanças, ao examinar o mérito da questão, fez minucioso estudo de seu conteúdo, concluindo favoravelmente ao pedido de autorização para o empréstimo externo em tela.

A vista do exposto e estando tudo conforme a Constituição e a nossa Lei interna, nada há que possa impedir a aprovação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1972. — Daniel Krieger, Presidente — Heitor Dias, Relator — José Lindoso — Nelson Carneiro — Wilson Gonçalves — José Augusto — Gustavo Capanema — Arnon de Melo — José Sarney.

#### PARECER

N.º 285, de 1972

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972.

Relator: Sr. José Lindoso

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972, que autoriza a emissão pela Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1972. — Danton Jobim, Presidente — José Lindoso, Relator — José Augusto.

#### ANEXO AO PARECER

N.º 285, DE 1972

Redação final do Projeto de Resolução n.º 38, de 1972.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ..... Presidente, promulgo a seguinte

#### RESOLUÇÃO

N.º , DE 1972

Autoriza a emissão pela Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, de quaisquer obrigações, até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É suspensa a proibição constante do art. 1.º da Resolução n.º 58, de 1968, revigorada pela de n.º 79, de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que a Prefeitura Municipal de Jaú, Estado de São Paulo, emita quaisquer obrigações até o limite de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), com a finalidade de garantir uma operação de empréstimo junto ao Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo S.A., destinada a indenizar a FEPASA — Ferrovias Paulistas S.A., pela desapropriação amigável de uma casa, o prédio da Estação Velha, dois armazéns e áreas de terras de 75.332,48 m², parte do acervo ferroviário da ex-Cia. Paulista de Estradas de Ferro, localizada naquela Municipalidade.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PARECER**

N.º 286, de 1972

**Da Comissão de Redação****Redação final do Projeto de Resolução n.º 37, de 1972.****Relator: Sr. José Lindoso**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 37, de 1972, que suspende a proibição contida nas Resoluções n.º 58, de 1968, e n.º 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Bônus Rotativos.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1972. — **Danton Jobim**, Presidente — **José Lindoso**, Relator — **José Augusto**.

**ANEXO AO PARECER**

N.º 286, de 1972

**Redação final do Projeto de Resolução n.º 37, de 1972.**

Faco saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, ..... Presidente, promulgo a seguinte

**RESOLUÇÃO**

N.º , DE 1972

**Suspende a proibição contida nas Resoluções n.º 58, de 1968, e n.º 79, de 1970, para permitir que o Governo do Estado de S. Paulo aumente o limite de endividamento público, com a emissão de Bônus Rotativos.**

**O Senado Federal resolve:**

Art. 1.º É suspensa a proibição constante do art. 1.º da Resolução n.º 58, de 1968, revigorada pela de n.º 79, de 1970, ambas do Senado Federal, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo possa aumentar em Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros) o limite de endividamento público com a emissão de Bônus Rotativos, visando obter recursos complementares destinados ao atendimento de obras prioritárias, desde que condicionada a sua colocação no mercado no prazo mínimo de 6 (seis) meses, em montantes mensais a serem estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — O expediente lido vai à publicação.

Comunico ao Plenário que esta Presidência, nos termos do artigo 279 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 17, de 1972, de autoria do Senhor Senador Nelson Carneiro, que

dá nova redação ao artigo 397, da Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1963 — Consolidação das Leis do Trabalho, considerado rejeitado em virtude de ter recebido pareceres contrários, quanto ao mérito, das Comissões a que foi distribuído.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Esta Presidência comunica aos Senhores Senadores que, para as solenidades, a se realizarem, na Capital da República, no primeiro dia da Semana da Pátria, foi estabelecida, em comum acordo com Sua Excelência o Presidente da Comissão Nacional das Comemorações do Sesquicentenário, Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, a seguinte programação:

17:00 horas — Inauguração do Monumento à Bandeira na Praça dos Três Poderes;

18:50 horas — Sessão Solene do Congresso Nacional no Plenário da Câmara dos Deputados;

19:15 horas — "The Deum" no Salão Negro do Congresso Nacional.

Para as solenidades esta Presidência conta com a presença dos ilustres colegas e Excelentíssimas Senhoras.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — A requerimento dos líderes, aprovado ontem, o tempo destinado aos oradores do Expediente dedica-se a comemorar o "Dia do Soldado".

Com a palavra o nobre Senador Paulo Tórreres, que falará em nome da ARENA.

**O SR. PAULO TÓRRES** — (Em nome da ARENA, pronuncia o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, é com imensa honra que, em nome da Aliança Renovadora Nacional, por delegação do nosso eminente Presidente e Líder Senador Filinto Müller, ocupo esta tribuna para render as nossas sinceras homenagens à memória do inolvidável LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, pela passagem de mais um aniversário do seu nascimento.

Rememorar os feitos do Patrono do Exército é descrever, com os corações pulsando de brasilidade, a própria história da nossa nacionalidade. Comemoraremos, pois, brasileiroamente, a semana consagrada ao General nunca vencido — o Duque de Caxias.

A sua vida foi uma sequência de triunfos. Nas revoluções que dominou, para segurança de nossa integridade, e nas guerras que venceu, para orgulho nosso, foi, sempre, heróico e generoso. Possuía uma larga e patriótica visão de todos os acontecimentos. Não fora isso, não teria, por certo, dominado rapidamente as várias revoluções que tantas vidas roubaram à Pátria.

Muitos patriotas têm, em todos os campos da atividade humana, engrandecido o Brasil; muitos têm, em ver-

sos admiráveis, em páginas fulgurantes, cantado as glórias da nossa terra e da nossa gente; muitos têm, nos gabinetes de estudo e meditação, traçado os planos do nosso desenvolvimento; muitos têm, em conferências internacionais, elevado o nome do Brasil. Nenhum, porém, o pacificou internamente e externamente defendeu a nossa soberania como Caxias, a quem devemos o milagre da nossa unidade geográfica.

Caxias, como o imortal Rio Branco, tinha no próprio lar um exemplo de virtudes — o Brigadeiro Lima e Silva — seu ilustre pai, cuja obra talvez motivada pelo 7 de Abril de 1831, não fora, como de vera, exaltada pelos historiadores do Império. Os seus feitos, entretanto, projetaram-se, luminosamente, na história política de nossa Pátria. A sua existência, como a do filho foi, por inteiro, consagrada ao Brasil.

Vejamos, por exemplo, como Caxias se houve no famoso incidente diplomático que passou à História com o nome de "Questão Christie", em virtude da atitude assumida pelo imprudente ministro inglês William Douglas Christie, em consequência do naufrágio, na costa do Albardão, do navio *Prince of Wales*. Exigia, em nota de 25 de outubro de 1861, indenização em dinheiro e licença para que agentes ingleses pudessem intervir no processo instaurado para apurar os motivos do mencionado afundamento.

Nos últimos dias de dezembro de 1863, como sabemos, o vice-almirante Warren, cumprindo determinações daquele diplomata, apresava, por navios de guerra britânicos, na barra do Rio de Janeiro, cinco navios mercantes brasileiros, levando-os para a Ilha das Palmas. Essa atitude do insolente diplomata inglês agitou a opinião nacional, ferindo-a profundamente.

Eis como Caxias, sobre o assunto, se dirige, em carta, ao Visconde do Rio Branco, seu amigo e compadre:

"Compadre e amigo: Voltei, hoje, da Cidade, com a intenção de vê-lo, porém, o meu cocheiro me disse, em caminho, que V. Ex.<sup>a</sup> estava na Rua do Ouvidor, porque ali tinha visto o seu carro.

Que me diz da Questão inglesa?

Não se pode ser súdito de nação fraca. Não é assim? Como não estará o nosso pobre Imperador? O que fará o Ministério? Se sabe mais alguma coisa do que aquilo que está no domínio público, diga-me, que estou aflito, apesar de estar de fora.

Não vou, hoje, a São Cristóvão para não julgarem que há curiosidade demais; mas, amanhã, irei. Tenho vontade de quebrar a minha espada quando esta não me pode servir para desafrontar o

meu País de um insulto tão atroz. Sofreram esses bêbados que lhes tirassem os americanos do Norte dois passageiros do seu Paquete e deram-se por contentes com o procedimento indecoroso que tiveram na Criméia. E conosco é que querem mostrar valentia sem terem razão de sua parte!

V. Ex.<sup>a</sup> tem notícia da resposta que deu o Abrantes? Dizem-me que foi digna e comedida, mas que não foi no prazo marcado pelo Christie.

O que souber diga-me, pois estou muito aflito.

Disseram-me, na Cidade, que o Almirante inglês teve, a princípio, o plano de tomar as nossas Fortalezas, mas que, depois, mudou para o de dar caça aos navios brasileiros e tomá-los. Que tratantes!

Atenciosamente e obrigado, seu amigo e compadre.

Assinado, Marquês de Caxias".

Como deveria estar profundamente revoltado o "Grande herói tranqüilo", na frase de Euclides da Cunha, para afirmar: "Não se pode ser súdito de nação fraca". "Tenho vontade de quebrar a minha espada, quando vejo que ela não me serve para desafrontar o meu País". E, ainda: "como estará o Imperador? Que fará o Ministério? Tem notícia da resposta que deu o Abrantes? Dizem-me que foi digna e comedida, mas que não foi no prazo marcado pelo Christie. O que souber, diga-me, pois estou muito aflito".

Percebe-se a angústia do grande soldado que ajudara, com a sua espada imaculada, a fundar um grande Império e vinha, há 40 anos, lutando pela sua união.

Dirige-se, passados alguns dias, em carta reservada, novamente ao seu compadre e amigo, nos seguintes termos:

"Meu amigo: O Imperador me pediu que me não fizesse centro de coisa alguma, pois que me queria ter disponível para qualquer emergência. Dai julgar eu que nada devo fazer sem sua licença ou insinuação e, por isso, não anuí à sua resposta, conquanto a ache útil.

Outro deve ser o ponto de reunião e também outro o reunidor. Bem sabe que, por menor que seja a reunião, logo dela se tomará conhecimento, e pode o homem não gostar, pensando que eu lhe faltei ao que lhe prometi.

Ontem, fui convidado pelo Ministro da Guerra e ali compareci com o João Paulo, Manoel Felizardo, Belegardo e o Barão de Su-ruhi.

O Ministro nos pediu opinião sobre a maneira de se fazer soldados para o Exército.

Todos concordamos que se tirassem da Guarda Nacional. Lembrei mais algumas providências de cautela, todas aceitas pelos meus colegas e pelo Polydoro.

Tudo está mal; mas que fazer agora?

Disse-me o Ministro que o Imperador queria que cada um de nós desse sua opinião sobre a defesa do Império.

Estou rabiscando as minhas idéias e hei de rogar a V. Ex.<sup>a</sup> para as linear e pô-las em estado de poderem ser vistas pelo mesmo Senhor, acrescentando-lhes o que lhe ocorrer e me não tiver lembrado, pois, sabe o meu amigo, não campo por escritor.

Apareça para conversarmos.

Seu compadre e amigo.

Assinado: Marquês de Caxias".

Caxias não descansava. Estava sempre preocupado com o futuro de nossa Pátria. Essa carta é a prova incontestável do prestígio e da correção impecável que imprimia a todos os seus atos. Vê-se, assim, que o nosso primeiro plano de defesa foi por ele redigido.

A Questão Christie não havia ainda terminado, quando novas complicações diplomáticas surgem no Rio da Prata, em virtude das encarniçadas lutas entre blancos e colorados, chefiados por Athanasio Aguirre e Venancio Flores, respectivamente.

Os súditos brasileiros estabelecidos na fronteira e no Estado Oriental solicitaram o apoio do governo brasileiro. É enviado, em maio de 1864, ao Rio da Prata, o Conselheiro Saraiva, em missão especial.

Em virtude da súbita demissão do Conselheiro Saraiva é nomeado para substituí-lo o Visconde do Rio Branco, que, dias após haver chegado ao Uruguai, recebe de Caxias a seguinte carta:

"Rio, 6 de dezembro de 1864.

Exm.<sup>o</sup> Compadre e Amigo.

Estimaria que fizesse boa viagem e que não achasse os negócios tão feios como os pinta o "Jornal do Comércio" de hoje, porque, a ser verdade o que diz o correspondente dessa cidade, eu creio que pouco já poderá fazer e que as coisas estão no ponto de serem decididas pelas armas.

Mas onde está a força dirigida por um governo fraco, sem prestígio e mesmo inteligência?

Nós temos precisão — segundo vejo pelas notícias daí vindas —

de pormos em armas, já, um exército de 40.000 homens das três armas. Como conseguir isto, no Brasil, com panos quentes?

Se o Paraguai intervier na questão — como se supõe e eu, hoje, creio — e se Urquiza fizer alguma das suas contra Mitre, de que nos valerá a aliança da confederação argentina?

Podemos sair, airoosamente, da enrascada que armou o Saraiva, continuando a mesma política da atualidade no nosso País?

Não o creio e Deus queira que me engane.

A pasmação continua por aqui e parece que não vêem a trovoadas armada, como está, para o Sul do Império e Rio da Prata.

Deus se amerceie de nós.

Tenho, como sabe, ilimitada confiança no seu talento e juízo, mas receio muito que já vá tarde para endireitar o carro dos acontecimentos.

Envergonho-me de pertencer a uma nação que, abundando em recursos, se deixa ludibriar por quem os não tem e isto por falta de quem os saiba aproveitar.

Do Rio Grande veio notícia, há quatro dias, de que o Sá, à frente de 2.000 homens, tentava invadir a Província pelo Chui, que está completamente desguarnecida, e que já estava a uma marcha dessa fronteira. Creio que, em cinquenta horas, ele poderá ir à cidade do Rio Grande e daí a Pelotas, saqueando-as e queimando-as, sem obstáculos.

Se essa vergonha se der, não acha que principiámos bem o nosso sistema de represálias?

Quando tiver tempo, escreva-me, dizendo-me alguma coisa que me tire das apreensões em que estou. Se for verdade o que dizem as Folhas daí, fale ao nosso Governo, com a franqueza que deve e o caso pede, para que esses senhores se não iludam com boas esperanças.

Estive com a minha Exm.<sup>a</sup> Comadre, no dia seguinte à sua partida e a achei boa assim como a toda a sua família.

Ainda ontem estive com o Juca (o futuro Barão do Rio Branco) que está cada vez mais bonito. Já estou no Flamengo para onde vim para os banhos de mar. Por aqui nada de novo, depois de sua partida.

O casamento da Princesa Leopoldina é no dia 14 deste mês.

Seu amigo e compadre.

Assinado: Marquês de Caxias".

Afirma, como vimos, o predestinado Duque de Caxias: "Temos precisão de pormos em armas já um exército de 40.000 homens".

Infelizmente nenhuma providência foi tomada. Tanto assim que Estigarribia ao transpor o Uruguai, 6 meses depois, só encontraria 370 guardas nacionais para embargar os seus passos.

"Se o Paraguai intervier". E houve a intervenção desse país.

"Se Urquiza fizer uma das suas contra Mitre, de que nos valerá a aliança da confederação Argentina?" E isto aconteceu.

"Eu creio que em cinquenta horas Sá pode ir à cidade do Rio Grande e daí a Pelotas e saqueá-las e queimá-las, se quiser, sem obstáculos. Se essa vergonha se der..." E a vergonha, como previra Caxias, desgraçadamente se deu.

E por fim, "envergonho-me de pertencer a uma nação que, abundando em recursos, se deixa ludibriar por quem os não tem, e isto por falta de quem os saiba aproveitar".

Como se vê pela leitura dessas três cartas — e existem várias outras — o intrépido soldado só tinha uma preocupação: a unidade e a grandeza da Pátria.

Com a idade avançada; angustiado pelos sofrimentos por que passara durante os cinquenta anos em que devotadamente servira ao Brasil e despedido de todas as honrarias, se refugia na "Fazenda de Santa Mônica", na estação do "Desengano", (guardemos este nome: Desengano) próximo a Vassouras, de propriedade de seu genro, o Barão de Santa Mônica. E, com o coração lanceado pela dor diz: "acha-se ali desempenhando o entremez do velho perseguido, pois os velhacos e tratantes não me deixam respirar".

Era a Província do Rio de Janeiro — a sua terra natal — que, respeitosamente, se curvava para receber o filho dileto, aquele que "foi grande aos olhos do seu século e maior ainda aos olhos da posteridade".

E, ali, no dia 7 de maio de 1880, às 20 horas e 30 minutos cessava de bater o coração do Duque de Caxias.

Em seu Testamento, de abril de 1874, determina: "enterro sem pompa; dispensa de honras militares; o féretro conduzido por soldados da guarnição da Corte, dos mais antigos e de bom comportamento".

Rejeitava a "Âncora do Império", na hora do seu sepultamento, a presença dos "velhacos e tratantes" que o não deixavam respirar, bem como as pompas da Corte.

Ao baixar o seu corpo à sepultura, o Visconde de Taunay pronuncia sentido e comovente discurso afirman-

do: "Carregaram o seu féretro soldados rasos; mas, senhores, esses soldados que circundam a gloriosa cova e a voz que se levanta para falar em nome deles, são o corpo e o espírito de todo o Exército brasileiro".

Dispensou as honras militares, afirma Capistrano de Abreu, e fez bem. As armas que ele tantas vezes havia conduzido à vitória, teriam tido pejo talvez de não terem podido libertá-lo da morte!

A sua última vontade de que seis soldados "dentre os mais antigos e de melhor conduta" o levassem ao túmulo é mais uma magnífica e extraordinária lição de humildade, moral e disciplina, companheiras inseparáveis em toda a sua longa existência.

Quer ser conduzido ao seio da terra por aqueles que, devotadamente, o tinham como verdadeiro Chefe e Pai.

Eles simbolizavam a nossa gente. Era, pois, o Brasil que o conduzia à sua última morada.

Os seus nomes são conhecidos, apenas, por alguns.

Vou, para orgulho nosso, pronunciar-lhes para que figurem nos Anais do Senado.

São os seguintes:

#### 1.º Regimento de Cavalaria:

João Alves de Souza, José Ferreira da Silva, João Batista de Sant'Ana, João Antônio da Silva, Valentim Delfim do Amaral;

#### 2.º Regimento de Artilharia:

Manoel Ferreira de Melo, Juvêncio Pereira da Serra, Anastácio José dos Santos;

#### 1.º Batalhão de Infantaria:

Cândido Barbosa de Oliveira, Juvêncio Pereira da Serra, Anastácio José dos Santos;

#### 7.º Batalhão de Infantaria:

Alexandre Idalino Ferreira;

#### 10.º Batalhão de Infantaria:

José Talião Papa, Manuel Paula de Albuquerque, Tibúrcio Rodrigues Torres;

Cabo do 1.º Regimento de Cavalaria:

Francisco de Menezes.

Faço, ao terminar, um veemente e sincero apelo a todos os Senhores Governadores e, especialmente ao do meu Estado, o ilustre Governador Raimundo Padilha, a fim de que, em inaugurar escolas, lhes dê os nomes daqueles valorosos soldados que tiveram a honra e o privilégio de conduzir à necrópole de Catumbi o Duque de Caxias. Símbolo da Nacionalidade! (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Com a palavra o nobre Senador Nelson Carneiro, que falará em nome do MDB.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — (Em nome do MDB, pronuncia o seguinte discurso.) Senhor Presidente, Senhores Senadores, o Senado acaba de ouvir, na palavra autorizada do valoroso soldado, que tanto honra esta Casa, o nobre Senador Paulo Tórreres, alguns traços duradouros e definitivos da vida e dos exemplos do insigne chefe militar, que o Exército, recolhendo o sentimento unânime da Nação, erigiu em seu Patrono: Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

Permita-me, Sr. Presidente, avivar o perfil daquele que tanto serviu ao Brasil, dentro e fora dos estritos deveres militares, com a evocação de outros episódios, que o destacaram dentre os mais altos valores humanos de nossa História. Relembro-os na palavra insuspeita de Batista Pereira, tão rigoroso no criticar-lhe as atividades políticas:

"Duma feita, perseguindo um oficial revoltoso, entrou no quarto onde o vencido se asilava. Fitou longamente nos olhos o prófugo Frias Villar, para quem a captura era o fuzilamento. Podia dar-lhe voz de prisão, se quisesse. Mas repugnou-lhe o papel de beleguim. Não lhe disse uma palavra. Desdenhou do heroísmo fácil de prendê-lo. Fez que o não via. Tinha sentido instantaneamente que, tratando-se de vencidos, o dever militar confundia-se com a clemência. Em Santa Luzia, as suas forças aprisionaram entre os rebeldes Teófilo Ottoni e Antônio Fernandes. Algemaram-nos, comboiando-os a pé para Ouro Preto. Caxias, quando o soube, revoltou-se. Alcançou-os a toda a brida, mandou tirar-lhes os ferros, dar-lhes montarias e tratá-los com toda a consideração. Ao cabido de Mariana, que o convidava para um "Te Deum" em honra de sua vitória, deu a lição de pedir um ofício fúnebre em sufrágio das vítimas dos dois Partidos."

O triunfo não o perturbava. Por que vangloriar-se em hora de divisão, quando justamente se impunha sequestrar divergências, pacificar espíritos?

Também a Lincoln houve quem acusasse de ser demasiadamente generoso com os adversários. Era seu culto aos direitos humanos, entretanto, que ditava ao gigante de Illinois essas palavras eternas: "Sem malefícios para quem quer que seja; com amor para todos; com firmeza no direito que Deus nos deu de ver o Direito, esforcemo-nos para concluir o trabalho em que estamos empenhados;

pensar os fermentos da nação: cuidar daquele que combateu, de sua viúva, de seu órfão — tudo fazer para conquistar uma paz justa e duradoura entre nós e com todas as nações."

Porque assim pensou e agiu Caxias, pôde o eminente intérprete da Aliança Renovadora Nacional afirmar ainda agora, entre aplausos, que a nenhum outro de nossos patrióticos coube, ao lado da defesa intransigente de nossa soberania, a mercê de pacificar internamente o País.

Se hoje reverenciamos o glorioso soldado, a quem a Pátria presta constante culto de gratidão e homenagem, nele igualmente exaltamos o homem público, que, de 1843 a 1880, foi um dos nossos, Senador do Império pela indômita Província do Rio Grande do Sul. Conheceu Caxias dias de glória e de sombras, que esse é o destino daqueles que, Sr. Presidente, convocados menos pelos fugazes encantos do que pelos árduos e constantes deveres da vida política tão variada e cada dia menos sedutora, se abrigam sob o lema com que Anísio de Abreu iluminou o roteiro do órgão piauiense: "São preferíveis os espinhos da liberdade às flores da servidão."

Foram os êxitos militares que trouxeram Caxias aos altos e baixos da política, porém, na convivência, no debate, nas alegrias e nas decências, até mesmo nos choques mais violentos, não se lhe marearam jamais os límpidos bordados de Marechal. Quando regressou vitorioso do Paraguai, já havia presidido ao Conselho de Estado e a ele retornaria mais tarde, para viver as mesmas agitações que eram a constante de um parlamento do mais alto nível moral e intelectual, enclausurado num bipartidarismo que somente a idéia republicana haveria de destruir.

Ao reivindicar, também, para as glórias desta Casa a Luís Alves de Lima e Silva, não pretendo esconder que o faço de propósito. Senhores Senadores, para acentuar ainda uma vez que não há incompatibilidade entre as duas carreiras, a militar e a política, que ambas são instrumentos válidos e indispensáveis a serviço da unidade e da grandeza da Pátria. Sim, Sr. Presidente, indispensáveis.

"Os fundamentos do Exército Brasileiro (e, junto eu, das Forças Armadas) são" — li esta manhã — "a Vocação Democrática — sua base filosófica, sua alma; a Institucionalização — sua base jurídica, sua lei; o Moral — o seu caráter; a Doutrina — sua inteligência; a Estrutura — seu sangue, sua carne."

Afinal, em última instância, que somos nós Sr. Presidente, se não solda-

dos do Brasil atuando nos difíceis setores que nos cabem?

O Movimento Democrático Brasileiro saudou o Exército, recolhendo neste recinto as flores do reconhecimento nacional para depositá-las no monumento que guarda os restos mortais de Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Marechal, Presidente do Conselho e Senador do Império. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é vivamente cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — O Senado vem de prestar, pela palavra autorizada de dois eminentes Senadores, Paulo Torres e Nelson Carneiro, a homenagem devida ao soldado padrão, ao cidadão exemplar, ao brasileiro expressão e símbolo das nossas melhores virtudes: Luís Alves de Lima e Silva.

Caxias, que no Plenário desta Casa pontificou dando ao debate a força incontestável de sua autoridade, ostentou ao longo da vida de serviços à Pátria todos os títulos que marcam e ornaram os nomes tutelares de uma nação. Deixou no Exército, do qual é Patrono, a expressão de sua presença no trabalho profissional de todos os tempos, hoje sob o Comando tão discreto quanto eficiente e brilhante do patriota General Orlando Geisel. Por intermédio de S. Ex.<sup>a</sup>, em nome da Mesa, expressamos aos Soldados do Brasil nossas felicitações respeitadas. (Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro. (Pausa.)

S. Ex.<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney.

O SR. JOSÉ SARNEY — (Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, a vida pública, todos sabemos, é extremamente difícil e tem um alto preço. Hoje, fui surpreendido com a publicação, nos jornais, de uma acusação ao Ministro Dias Leite.

Não tenho delegação nem da Maioria nesta Casa, nem do Partido, nem política, para falar a respeito deste fato, mas tenho um dever de consciência, de cidadão que conhece menos a pessoa e muito mais o administrador Dias Leite, o homem puro, o homem íntegro, o técnico competente, o administrador capaz, humilde, modesto, que tem prestado grandes serviços a este País, nos diversos setores por onde tem passado.

S. Ex.<sup>a</sup> foi acusado de haver negado apoio a um projeto de minério de cobre, o Projeto Caraiíba, porque, disseram os seus proprietários, S. Ex.<sup>a</sup> lhes pedira fizessem uma abertura de capital para consorciamento com uma firma estrangeira.

Quem conhece o Ministro Dias Leite, quem sabe do seu patriotismo, quem é testemunha da sua conduta de início, não pode aceitar sem a maior perplexidade uma afirmação dessa natureza.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Com muita honra, Senador Ruy Santos.

O Sr. Ruy Santos — A perplexidade de V. Ex.<sup>a</sup> é minha também, porque faço do eminente Ministro Dias Leite o juízo que V. Ex.<sup>a</sup> faz. É um técnico admirável; é um homem honesto; é um homem zeloso, rigorosamente, pelos interesses nacionais. E entro neste depoimento e neste debate porque a mina a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere está localizada na Bahia, próxima à minha região e sempre a desejei ver aproveitada. Essa mina tem o direito de lavra há muitos anos concedido ao industrial, e só há pouco tempo — vou citar o nome porque não tenho necessidade de escondê-lo —, só agora o Sr. Baby Pignatari entrou com um projeto na SUDENE e promete para breve iniciar as obras. Quero, porém, desde logo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>: não admito, absolutamente, que no episódio se procure suspeitar de um homem da integridade moral do Ministro Dias Leite.

O SR. JOSÉ SARNEY — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, tenho a impressão de que o Ministro Dias Leite está pagando o preço de que o País necessita para criar a sua indústria em níveis competitivos e racionalizados, com uma tecnologia capaz de ultrapassar aquela fase que o País atravessou — da colonização das máquinas e dos custos arbitrários —, em que, muitas das vezes, projetos mal dimensionados, mal estudados ficavam transformados em projetos inoperantes e que só tinham um destino — o de cada vez mais aumentar a despesa pública que tinha de sustentá-los através de incentivos.

O Sr. Benedito Ferreira — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY — Darei em seguida o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, acredito, assim, que nesse projeto o zelo do Ministro Dias Leite não pode ser outro senão o de que realmente o Sr. Baby Pignatari e o seu grupo tenham um projeto economicamente rentável, um projeto que tecnologicamente possa enfrentar uma concorrência internacional, e, ao contrário, o que deve estar fazendo S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro é ajudar a Caraiíba Metais a ter um bom projeto para o Brasil, para a Bahia e para ela mesma.

Ouçó, agora, o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Benedito Ferreira.



**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador José Sarney, V. Ex.<sup>a</sup> coloca muito bem o problema, mesmo porque a levandade e a inconseqüência de quem formula uma acusação dessas é desmentida. Basta só lembrar, basta só atentar para o fato de que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro Dias Leite, aquele que dirigiu tão bem a Companhia Vale do Rio Doce, aquele que tudo tem feito à frente do Ministério das Minas e Energia para colocar o Brasil numa posição de destaque no setor mineralógico, foi quem, como Ministro, diligenciou para que, na exploração da Serra dos Carajás, tivéssemos os recursos, firmando aquele acordo, fazendo aquela sociedade com a United Steel, por intermédio de sua subsidiária no Brasil, a Meridional de Mineração. Logo, não poderia nunca o Ministro Dias Leite ter restrições ao capital estrangeiro, quando S. Ex.<sup>a</sup> mesmo, num empreendimento como sói ser o da Serra dos Carajás, buscou os recursos estrangeiros para, associados aos nossos, explorar aquela jazida de tamanha significação para todo nosso Brasil e, de modo particular, para a Amazônia. Esta, a minha observação.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Entendo que ninguém no Brasil tem dúvidas quanto à conduta do Ministro Dias Leite. S. Ex.<sup>a</sup> jamais colocaria em segundo plano os interesses nacionais.

Quando administrador da Companhia Vale do Rio Doce, S. Ex.<sup>a</sup> demonstrou, pela defesa intransigente dos interesses brasileiros, a sua posição, podemos dizer, nacionalista. Nem eu estaria aqui, jamais, com a veemência com que estou falando, defendendo a pressão para que uma firma brasileira se submetesse a uma outra estrangeira.

Sr. Presidente, esse projeto começou a transitar na SUDENE na época em que eu ainda pertencia ao seu Conselho Deliberativo. E no plenário daquela Casa, tantas vezes, sustentei uma posição: que os incentivos fiscais que a Nação, com sacrifício, colocava à disposição do Nordeste e da Amazônia fossem destinados, principalmente, para resolver problemas sociais daquelas Regiões. Defendi sempre que os grandes projetos, os projetos gigantescos não deviam ser financiados através de incentivos fiscais. Não significava isso que não julgássemos esses projetos importantes para o desenvolvimento do Nordeste: muito ao contrário; julgávamos que eram importantíssimos, até muito mais que nossos pequenos projetos. Mas, eram projetos de interesses nacionais e, portanto, deviam receber financiamento e ajuda das fontes nacionais e não das fontes regionais. Aí deviam ser buscados financiamentos do BNDE, financiamentos internacionais e dos Fundos nacionais; nunca dos parques recursos dos incentivos fiscais do Nordeste.

Adivinhava eu que, no dia em que jogássemos os grandes projetos demandando incentivos fiscais, colocaríamos aqueles recursos na disputa dos grandes grupos nacionais: ou sugando os investidores, para canalizar os seus recursos para esses grandes projetos, ou, então, criando uma distorção dentro do processo de desenvolvimento do Nordeste, por todos nós desejado. Assim, esses grandes projetos, com tecnologia avançada, dispensando mão-de-obra, apenas iam exigir do Nordeste a sua geografia. Os motivos que levaram o Governo a pensar numa política de industrialização seriam inteiramente anulados para a nossa população, para os nossos Estados, para o Brasil. Entraríamos apenas com a geografia. Nós todos assistindo apenas aquelas máquinas a trabalhar, com importação de matéria-prima, importação dos equipamentos iniciais e comercialização fora da área.

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> outro aparte?

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Já em seguida darei o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>

Sr. Presidente, lembro-me bem que a dúvida inicial a respeito do "Projeto Caraiíba" era o seu dimensionamento, porque, no primeiro projeto, o dimensionamento dos equipamentos era três vezes superior ao de avaliação da jazida. A proposta do primeiro projeto que o industrial trazia para receber os recursos do Nordeste era importar — saiba V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Ruy Santos, que é da Bahia — era importar 2/3 da quantidade de minério de cobre, para processá-lo nas fábricas da Bahia, e as próprias jazidas da Bahia entrariam apenas com 1/3.

Esse, o superdimensionamento que tinha como contrapartida um aporte de cerca de duzentos bilhões de cruzeiros em incentivos fiscais.

Achávamos que o projeto devia ser bem estudado, para que pudesse ser um projeto tecnológico bom para o Brasil, bom para os empresários, mas, ao mesmo tempo, não sugasse os incentivos fiscais da região, sem a contrapartida dos benefícios que ele devia gerar. Mais ainda — e esta uma falha da nossa legislação na avaliação de jazidas, para recebimento de contrapartida — quando só existe terra com possibilidade de minério, o Governo dá o decreto de pesquisa. Descoberto o minério, esse decreto de pesquisa, com a cubagem das jazidas, passa a ser avaliado como recurso próprio: a tonelagem de avaliação pelo custo do minério ao preço internacional. Daí, essa parte de recursos próprios, inicial, do empresário. No fundo, o Governo entra com o decreto de pesquisa, entra com o decreto de lavra, entra com incentivos, e a superavaliação ou avaliação da mina passa a constituir aquele

tipo de montagem financeira dada aos projetos do Nordeste. É a correspondência de um com o direito de receber três vezes, em matéria de incentivos fiscais. E esse um é o custo reavaliado das jazidas.

Por isso naquela época tivemos oportunidade, não só em relação a isso, mas, de maneira geral, em relação aos projetos gigantescos, de salientar a necessidade de um estudo mais demorado. Acredito que foi e é isso o que tem feito o Ministério das Minas e Energia: -- procurar estudar o projeto para que ele seja rentável, prospecção da mina para se saber o exato teor do minério, pois disso dependerão o custo das instalações e o custo final.

Foram essas as apreensões que tivemos oportunidade de levantar quando se falou, em princípio, no projeto Caraiíba, na época de sua tramitação no Senado. E, ao contrário disso, o que se defendia era muito mais do que o interesse nacional porque era o interesse nacional de uma das regiões mais pobres do Brasil, que é o Nordeste.

Ouco com muito agrado o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, Senador Ruy Santos.

**O Sr. Ruy Santos** — Conheço muitos desses dados que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de indicar, mas sei, também, por outro lado, porque conheço os estudos da região feitos pelo Departamento de Geoquímica, do Instituto de Geociências da Universidade da Bahia, que indicaram serem enormes as possibilidades daquela área em cobre. Mas insisti em dar o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, para dizer que não só esse industrial como outros, que têm também direito de pesquisa e de lavra estão numa campanha contra o Ministério das Minas e Energia, porque S. Ex.<sup>a</sup> vem, há tempo, exigindo a execução dos decretos de lavra, que eles têm. A intenção desses industriais é conseguir o direito e colocar uma pedra em cima, para ficar, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, na importação a fim de utilizar noutras indústrias. O Sr. Baby Pignatari, sabe V. Ex.<sup>a</sup> disso, tem indústria de cobre em outros Estados do Brasil.

**O SR. JOSÉ SARNEY** — Sr. Presidente, desejo, para finalizar, transcrever as palavras do Sr. Ministro Dias Leite, publicadas hoje, num matutino do País, que esclarecem o assunto. Disse S. Ex.<sup>a</sup>:

"não tem o menor cabimento" as denúncias feitas pelo industrial Francisco Pignatari na Comissão de Minas e Energia da Câmara. — O único entendimento que tivemos sobre assuntos financeiros em relação ao Projeto Caraiíba, foi quando perguntei-lhe se tinha recursos para executar o Caraiíba e ele disse que tinha. Nada mais além disso — afirmou Dias Leite.

Acentuou o Ministro Dias Leite que o problema da Caraíba Metálica prende-se ao fato de a jazida de Caraíba estar insuficientemente estudada, tendo a empresa que fazer um programa de prospecção de maior amplitude.

Assim, Sr. Presidente, acredito que o Sr. Pignatari, um grande industrial desta Nação, tenha interpretado mal a posição do Ministro Dias Leite e feito a S. Ex.<sup>a</sup> uma das maiores injustiças que já se fez a um homem público no Brasil. Na realidade, o que o Ministro Dias Leite vem fazendo, com um trabalho excepcional à frente do Ministério das Minas e Energia, nada mais é do que defender o interesse nacional. E, ao defender o interesse nacional está defendendo também a validade, a rentabilidade desse projeto; portanto, os interesses do industrial, proprietário do projeto, Sr. Pignatari.

Quem conheceu o Departamento Nacional da Produção Mineral, quem conhece hoje esse Departamento, quem sabe do esforço que vem sendo feito para colocar o problema do minério no Brasil no devido lugar, defendendo o interesse brasileiro até então nunca tão bem defendido, não pode deixar passar em brancas nuvens uma acusação dessa natureza.

Assim, Sr. Presidente, deixo registrado nos Anais da Casa, de início, como disse, o meu protesto de cidadão que expressa o sentimento do povo brasileiro e também o sentimento de admiração pelo Dr. Antônio Dias Leite Júnior. Muito obrigado. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 36, de 1972

**Dispõe sobre licença de servidor público no exercício de cargo eletivo não remunerado.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** O servidor público, quando no exercício de mandato eletivo não remunerado, ficará automaticamente licenciado do seu cargo, sem prejuízo da remuneração e demais vantagens do mesmo.

**Parágrafo único.** A licença de que trata esta lei terá início a partir da data da posse do servidor no cargo eletivo, cessando, também automaticamente, ao término do respectivo mandato.

**Art. 2.º** Tratando-se de suplente de cargo eletivo, servidor público, terá este igualmente direito à licença automática, pelo prazo em que exercer o mandato.

**Art. 3.º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4.º** Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

A inovação constitucional constante do § 2.º do art. 15, conquanto tenha trazido alguns benefícios de ordem pecuniária aos Municípios considerados pequenos, acabou por se constituir em formidável desestímulo ao exercício de mandatos eletivos, que os defensores da medida revolucionária querem colocar ao nível de sacerdócio, sem que, na verdade, possam existir aí quaisquer afinidades teóricas ou práticas.

Assim, os cargos eletivos na esfera municipal, que antes eram disputados acirradamente por cidadãos, já na área político-partidária, em número avantajadamente superior ao das vagas, hoje em dia são desprezados por todos, estando a acontecer justamente o inverso, isto é, os diretórios locais é que andam desesperados à procura de candidatos, mal conseguindo completar o limite de postulantes permitido em lei.

No tocante aos servidores públicos, que são, indubitavelmente, o melhor material humano de que dispõem as comunidades para as atribuições do governo municipal (Prefeitura e Câmara), dado principalmente à vantajosa posição intelectual que geralmente desfrutam no seio das pequenas cidades, a situação adquiriu ainda mais desestimuladores, visto como, sobrecarregados ordinariamente com os afazeres da função pública, dificilmente encontram motivação para dedicar-se aos encargos da administração municipal, mormente como vereadores.

É sabido que as legislações orgânicas municipais dos Estados e, bem assim, a orientação emanada de órgãos consultivos de direito municipal (casos, por exemplo, do Boletim Informativo dos Municípios, da Secretaria do Interior em São Paulo e do Serviço Nacional dos Municípios, do Ministério do Interior), são todas no sentido de permitir ao vereador servidor público o direito de afastar-se do seu cargo, sem prejuízo de vencimentos, mas apenas nos dias em que se realizem as sessões da Câmara.

A prática, contudo, tem demonstrado que isso não é o bastante para tornar atraente o exercício de mandatos eletivos por parte dos servidores públicos. Até porque esquecem-se as leis orgânicas e os referidos órgãos consultivos que os compromissos de um vereador não se circunscrevem ao dia ou à hora da sessão da Câmara, a menos que o vereador seja, ou queira ser, apenas um espectador dos problemas municipais, omitindo-se quanto aos estudos e soluções concernentes aos mesmos.

E, por outro lado, o exercício do cargo eletivo, por menor que seja a cidade ou por mais ínfimas que sejam as suas atribuições, constitui sempre autêntico *munus* público, necessário à prática democrática, que deve ter alguma compensação, ainda que não em termos pecuniários.

No caso específico do servidor público vereador, o que ocorre é apenas uma substituição transitória de encargo, uma vez que, dedicando-se com exclusividade aos interesses do Município, ele passa a prestar serviços à coletividade inteira, o que é muito mais relevante do que prestar meros serviços burocráticos a uma repartição.

A compensação, assim, há de lhe ser concedida, no interesse dessa coletividade e da própria democracia.

A forma encontrada pelo projeto, não contrariando o preceito constitucional, é das mais válidas, sobretudo porque restitui aos funcionários públicos das pequenas cidades, que tenham aspirações políticas e condições de capacitação pessoal para eleger-se, a opção que não lhes pode ser negada. Vão exercer o cargo eletivo ou a função pública, mas, escolhendo aquele, não é justo que percam os vencimentos e demais vantagens do cargo, pelo tempo que durar o mandato.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1972. — **Franco Montoro.**

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — O projeto será publicado e encaminhado às Comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Encerrada a Hora do Expediente, passa-se à

#### ORDEM DO DIA

##### Item 1:

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do artigo 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1971, de autoria do Sr. Senador Franco Montoro, que "dispõe sobre a instituição de prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à medicina, à indústria e à agricultura, e dá outras providências", tendo

PARECERES, sob n.ºs 241, de 1971, e 253, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça: 1.º **pronunciamento:** pela inconstitucionalidade e injuridicidade;

2.º **pronunciamento:** no sentido de que a emenda apresen-

tação na discussão preliminar, além de não sanar o vício arguido, é por sua vez inconstitucional.

Tendo em vista os pronunciamentos da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda, esta, nos termos do inciso XVIII, art. 338, do Regimento Interno, não será submetida a votos.

Passa-se à votação do projeto quanto à preliminar.

Em votação o projeto.

Tem a palavra o nobre Senador Franco Montoro, para encaminhar a votação.

**O SR. FRANCO MONTORO — (Para encaminhar a votação, sem revisão do orador.)** Sr. Presidente, este projeto institui prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à medicina, à indústria e à agricultura.

Sobre o interesse na proteção à pesquisa tecnológica, no Brasil, especialmente em matéria de energia atômica, não há qualquer dúvida, nem objeção foi levantada. Os vários pareceres louvaram o mérito da iniciativa. O desenvolvimento brasileiro não pode ser efetivado sem um desenvolvimento da nossa competência tecnológica. Muito mais importante do que a importação da tecnologia é elaborar-se uma tecnologia brasileira.

O Conselho Nacional de Pesquisas, dirigido pelo General Façanha, tem insistido nesta tecla, mas, infelizmente, tem sido uma voz isolada. É preciso apoiar esta medida reivindicada por toda a cultura tecnológica brasileira. As Universidades de todo o Brasil clamam pelo apoio à pesquisa.

O Brasil gasta importâncias imensas na importação de uma tecnologia que não se adapta muitas vezes a nossa realidade.

Os nossos cientistas, os nossos professores, os nossos técnicos, inclusive os oficiais, têm insistido nesta tese: não haverá desenvolvimento brasileiro autêntico enquanto não houver tecnologia brasileira, pesquisa brasileira. Mas isto não se faz apenas com discursos, apenas com apelos. É preciso apoiar concretamente a pesquisa.

Em algumas das reuniões feitas no Brasil sobre a matéria surgiu a sugestão, encaminhada ao Congresso. Nós a transformamos em projeto de lei, estabelecendo que os prêmios conferidos aos melhores trabalhos sobre a aplicação da energia nuclear, para fins pacíficos, à agricultura, à indústria, à saúde (medicina), seriam uma fórmula que representasse apoio efetivo ao pesquisador, um prêmio pelo qual ele receberia, durante alguns anos, uma espécie de colaboração, sobre o salário, para manter-se na sua pesquisa, no seu estudo.

É um apoio concreto e objetivo à pesquisa brasileira feita por nossos cientistas e técnicos, através de estímulo permanente. A sugestão partiu deles. Apenas tivemos o mérito de transformá-la num projeto de lei.

Levantaram-se algumas dúvidas sobre a preliminar de inconstitucionalidade e é o que se discute agora.

No próprio relatório menciona-se a existência de verba no Orçamento para pesquisa. Esta circunstância é apenas mencionada. Se esta verba já está no Orçamento, o Legislativo não deve interferir nestes planos.

Realmente, Sr. Presidente, o projeto não interfere nos planos atuais. Ele estabelece uma norma a ser válida para o futuro: a destinação desta verba que consta no Orçamento para a tecnologia, deverá ser, em parte, e numa parte insignificante — trata-se de um prêmio igual a 10 vezes o salário-mínimo, ou pouco mais — destinada, no futuro, a este objetivo.

O Executivo não se manifestou contra o projeto. Pelo contrário, todas as manifestações que ouvimos do Conselho Nacional de Pesquisas são no sentido de se estimular, apoiar o pesquisador brasileiro, o técnico brasileiro, especialmente para evitar-se este fenômeno triste da evasão de cérebros.

Menciono estes fatos para mostrar a importância do problema. A preliminar de inconstitucionalidade sobre a matéria não resiste a uma crítica. Então, é inconstitucional um projeto que determina que as verbas orçamentárias destinadas à pesquisa sejam, em parte, aplicadas na concessão destes prêmios? Já é a segunda ou terceira vez que esta matéria volta ao plenário, através de emenda. Temos procurado adiar a sua decisão denegatória, porque temos a informação de que a orientação da bancada pela Maioria é pela não aprovação do Projeto.

Fazemos um apelo à Liderança da Maioria, para que examine o mérito do problema. Essa inconstitucionalidade alegada, positivamente não existe. Porque não se trata de alterar o Orçamento já votado e em execução. Nos próximos orçamentos, ao serem aplicados, quando o Governo fizer o planejamento, incluirá entre o apoio à pesquisa científica, essas três medidas aqui previstas, simples, de reduzido custo, da maior significação e reivindicada pelos próprios cientistas brasileiros, por esses verdadeiros heróis do nosso desenvolvimento.

O desenvolvimento brasileiro, para aqueles que se debruçam sobre os problemas, não é apenas econômico. Não é aumentando o produto nacional bruto do Brasil, aumentando nossas dívidas externas, com grandes financiamentos vindos do exterior, que se faz o nosso desenvolvimento.

O Brasil precisa se desenvolver de dentro para fora; adquirindo capacidade para promover as medidas que são do nosso interesse. É preciso desenvolver principalmente a tecnologia brasileira, a competência do Brasil para resolver os seus problemas, com a sua metodologia, adaptada às suas condições, aos seus materiais.

A economia que representará para o Brasil algumas descobertas voltadas para isso, é de muitos bilhões de cruzeiros. O pequeno emprego de dez salários-mínimos para os humildes cientistas, que, em todo o Brasil, se debruçam sobre seus laboratórios, pesquisando as aplicações pacíficas da energia nuclear, não pode deixar indifferente este Congresso.

Faço um apelo à Liderança da Maioria: se houver alguma dúvida, que adiemos a proposição, para que se encontre uma forma que melhor se ajuste às exigências formais que se queira respeitar. Mas não existe, nem mesmo do ponto de vista formal, nenhuma inconstitucionalidade da matéria.

É esta a ponderação que fazemos, com apelo dirigido à Maioria, para que permita melhor exame desta matéria. Que se corrija o aspecto formal, se por acaso alguma imperfeição nele for encontrada ou alguma correção a ser feita, mas que não se arquite uma reivindicação dos técnicos, dos pesquisadores brasileiros, daqueles que são a esperança do nosso autêntico desenvolvimento. Mais do que econômico ou mesmo social e, até mesmo político, o desenvolvimento brasileiro há de ser fundamentalmente cultural. Somente no dia em que o Brasil tiver a competência para, por si, decidir sobre os seus destinos e o seu desenvolvimento, é que teremos um desenvolvimento feito por nós.

Até agora não se descobriu, e não tenhamos esperanças de que se descubra, algum sistema de vasos comunicantes que permita que outras nações, que outras tecnologias, que outros capitais venham promover o nosso desenvolvimento. Somos nós que precisamos promovê-lo com a nossa própria capacitação, o que se quer defender com esses projeto.

São as explicações e o apelo que dirigimos à Liderança da Maioria. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Tem a palavra o Sr. Senador Ruy Santos para encaminhar a votação.

**O SR. RUY SANTOS — (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)** Sr. Presidente, atendo ao apelo do eminente Senador Franco Montoro, não no sentido de aceitar o seu projeto, mas para dar as explicações da rejeição do mesmo.

Ninguém é contra a pesquisa. Todos nós somos a favor. É o que vem

sendo feito no Brasil, Sr. Presidente. Mas não de hoje, já a tempos. Eu, por exemplo, no meu esforço legislativo, um dos pontos de que me orgulho é de que, na Constituição de 1946, há um dispositivo, quanto à criação de institutos de pesquisas, de minha iniciativa.

Sou um convencido da necessidade de desenvolver-se a pesquisa e de formação de pesquisadores e de uma técnica nacional para todos os problemas.

Mas o projeto do eminente Senador Franco Montoro recebeu a pecha de inconstitucional da doutra Comissão de Constituição e Justiça. S. Ex.<sup>a</sup>, para fugir a esse guante da doutra Comissão, apresentou uma emenda para sanar a inconstitucionalidade. Vem a Comissão e declara que a emenda não sanou, que continua a inconstitucionalidade. Tanto que V. Ex.<sup>a</sup> declarou, nos termos do Regimento, que não submeteria a emenda à votação por ser inconstitucional.

Por este motivo, a Maioria vai votar pela rejeição do projeto. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Concedo a palavra ao Sr. Senador Nelson Carneiro, para encaminhar a votação.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — (Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o nobre Senador Ruy Santos recordou uma das suas contribuições mais valiosas ao estudo e à pesquisa neste País. Esse espírito que ditou a emenda de 1946 é o mesmo que inspirou o projeto do Sr. Senador Franco Montoro. Apenas os tempos mudaram: ontem, S. Ex.<sup>a</sup> viu vitorioso o seu ponto de vista; hoje, o Senado se reúne para rejeitar proposição com o mesmo objetivo.

Quero, ao manifestar o pronunciamento da Minoría, votando pela aprovação do projeto nos termos da subemenda, — e na Comissão fui vencido — quero, Sr. Presidente, fazer votos para que o Sr. Presidente da República, na mensagem que vai enviar a este Congresso, com a nova proposta orçamentária, não se esqueça de premiar aqueles que se dedicam à pesquisa, aqueles que procuram, no silêncio dos seus laboratórios, com sacrifício, perlustrando as noites, a solução para todos os problemas que afligem a cada um de nós e às nossas famílias, tanto mais neste momento em que todo mundo se reúne para se defender dos efeitos danosos e mortais da poluição. Faço votos para que o Sr. Presidente da República, o Chefe do Executivo, seja inspirado pelos mesmos nobres propósitos que levaram o Sr. Senador Ruy Santos a oferecer a emenda que figura na Carta Constitucional.

Assim, Sr. Presidente, é minha esperança que o Governo, representado

pelo Sr. Presidente da República e de que é Líder, nesta Casa, o nobre Senador Ruy Santos, continue tão sensível como em 1946 aos interesses dos estudos e das pesquisas no País. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Votação do projeto, quanto à preliminar.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

A matéria vai ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 40, de 1971

Dispõe sobre a instituição de prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à medicina, à indústria e à agricultura, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Com o objetivo de estimular trabalhos de pesquisa sobre a aplicação da energia nuclear para fins pacíficos, fica o Poder Executivo autorizado a instituir, em caráter permanente, os prêmios "Osvaldo Cruz", "Roberto Simonsen" e "Luiz de Queiroz", a serem conferidos aos autores dos melhores trabalhos sobre física nuclear aplicada, respectivamente, à medicina, à indústria e à agricultura.

Art. 2.º Os prêmios deverão ser conferidos, alternada e sucessivamente, na razão de um por ano, por um Conselho Curador, a ser composto por servidores daquele órgão, por ato da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Art. 3.º Cada um dos prêmios e do pagamento de 36 (trinta e seis) parcelas mensais no valor de 10 (dez) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

deverá ser constituído de um diploma

Art. 4.º O pagamento dos prêmios de que trata a presente lei poderá ser feito à conta da dotação específica da Comissão Nacional de Energia Nuclear, constante do orçamento vigente.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)**

#### Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 3, de 1971 (n.º 3-B/71, na Câmara dos Deputados), que aprova o acordo de Co-produção Cinematográfica entre a República

Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma a 9 de novembro de 1970, tendo PARECERES FAVORÁVEIS, sob n.ºs 256 e 257, de 1972, das Comissões — de Relações Exteriores; e — de Educação e Cultura.

Em discussão o projeto.

**O SR. FRANCO MONTORO** — (Pronuncia o seguinte discurso — Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, esse projeto, que mereceu o apoio final da Comissão de Relações Exteriores, apresenta, do ponto-de-vista formal, uma situação perfeita. Mas, quanto ao mérito, foram levantadas dúvidas a respeito das quais quero dizer algumas palavras para que possam servir ao Executivo na fiscalização desse Acordo e na sua eventual revogação.

Trata-se de um acordo cinematográfico entre o Brasil e a Itália.

Foram ouvidos, sobre a matéria, entidades e personalidades ligadas ao cinema brasileiro. E, no último festival de cinema realizado em Brasília, as várias ponderações encaminhadas à Comissão foram objeto de exame pelos técnicos vindos de todo o Brasil para um seminário sobre o problema.

A conclusão final do Seminário é no sentido de que, ao lado de aspectos positivos, há graves inconvenientes e graves riscos no acordo.

Acena-se com a possibilidade de o cinema brasileiro entrar no mercado internacional, o que é, inevitavelmente, uma vantagem; mas, em contrapartida — observam os técnicos de cinema — abre-se uma brecha de o cinema estrangeiro, sob a forma de co-produção, entre na faixa do cinema nacional. No entanto, o grande objetivo do cinema brasileiro, hoje, deve ser o de conquistar o mercado brasileiro, que é um dos maiores do mundo, com uma população de cem milhões de habitantes, onde atua, predominantemente, o cinema estrangeiro.

A grande necessidade do cinema brasileiro reivindicam o apoio dos Poderes públicos, que está mais ou menos anunciado.

Como se projetam os outros ramos da indústria brasileira, restringindo a entrada de produtos estrangeiros, assim se deve agir em relação ao cinema, pois, além de outras razões, o cinema tem um valor cultural da maior relevância. Através do cinema, são transportados dados culturais; aprendemos conhecer os problemas e os dramas, por exemplo, da cultura americana em relação aos tóxicos, aos problemas do "far-west", dos contrabandistas do álcool, no passado; da Máfia e uma série de outros problemas dos vários países. Mas, o importante é que o brasileiro conheça os problemas do Brasil.

O sucesso extraordinário obtido, por exemplo, com a famosa peça de teatro: *Vida e Morte Severina*, que revelava a situação do Nordeste, representa exatamente aquilo que se deve esperar do cinema e do teatro, isto é, fazer que o brasileiro tome consciência dos problemas reais, dos dramas que vivem os seus irmãos de todo o Brasil.

Interessa muito pouco ao brasileiro conhecer o que aflige a população norte-americana, a italiana, a européia, ou de qualquer outro país.

A importância cultural do cinema é enorme. No festival de cinema, realizado ultimamente em Brasília, foram exibidas dezenas de fitas, da melhor técnica, fitas comparáveis às melhores estrangeiras, e o Brasil tem obtido prêmios internacionais. Mas o que está faltando ao cinema brasileiro é apoio razoável. Dizer-se que o cinema brasileiro deve derrotar, numa competição, a indústria cinematográfica estrangeira é pretender que um anão vença uma luta com um gigante. Só com o apoio do Governo, e apoio que não seja apenas o da concessão de algumas horas. É preciso dar à indústria do cinema brasileiro o apoio dado à indústria automobilística, ou às demais indústrias do Brasil. Porque, um filme brasileiro terá que ser pago pelo público brasileiro, exclusivamente, e uma fita estrangeira, quando chega aqui, tem o nosso mercado com uma espécie de subproduto. De modo que ela pode enfrentar, com grandes facilidades, a indústria brasileira.

Pois bem, Sr. Presidente, esse acordo há à indústria estrangeira uma penetração no mercado nacional e dá, também, ao brasileiro uma penetração no mercado internacional. Mas o Brasil está longe de pretender influir no mercado internacional do cinema, quando ele não conseguiu, ainda, o nosso mercado nacional. É preciso olhar para esses aspectos, que estão mencionados no parecer, e para os quais peço a atenção da Casa e especialmente a do Executivo.

No bojo do parecer, mencionamos estas circunstâncias:

Não podemos aceitar, sem preocupações e resistências, a invasão dominadora de um cinema estrangeiro, divorciado dos nossos problemas, a nos apontar realidades e valores que não são nossos, a dificultar a tomada de consciência da nossa situação real, e gerar atitudes de alienação e de fuga."

O acordo, evidentemente, não se apresenta com as características de algo contra o cinema nacional. Tem aspectos positivos. Mas possui algumas brechas que poderão permitir o esmagamento do cinema brasileiro pela cinematografia internacional.

O cinema italiano, hoje, não existe. Existe uma indústria internacional de cinema da qual participam, talvez, alguns capitais e artistas da Itália. Esse problema está descrito na moção aprovada pelo Seminário de Cinema realizado em Brasília.

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Com prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — Dizer V. Ex.<sup>a</sup> que não existe cinema italiano, é estar V. Ex.<sup>a</sup> contra Sofia Loren e Gina Lollobrigida?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Da V. Ex.<sup>a</sup> um bom exemplo. Elas em geral falam em inglês nas fitas, mas não sabem falar nesse idioma. Elas existem, são duas artistas; os Fellinis e produtores italianos continuam a existir, mas a indústria cinematográfica internacional dominou totalmente o cinema. Hoje, são empresas multinacionais que dominam o cinema da Itália, da França, dos Estados Unidos. É na base da co-produção, de que participam artistas de várias nacionalidades, que se fazem em geral os grandes filmes.

Menciono essas circunstâncias, Sr. Presidente, para pedir a atenção do Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Cinema, para estes aspectos negativos que não foram descobertos por nós; foram apontados por professores de cinema de Brasília e da Universidade de São Paulo, pela unanimidade de seu pronunciamento, o mesmo ocorrendo no Seminário sobre o Cinema Nacional, realizado em Brasília, por ocasião do último Festival de Cinema promovido pela Fundação Cultural.

São aspectos negativos que devem ser mencionados, sem prejuízo da aprovação do Acordo, que deverá ser renovado anualmente, quando o Brasil poderá propor cláusulas que atendam a esses objetivos e a outros, mencionados nesta moção, em que faço referência, por exemplo, à participação obrigatória dos estudantes da nossa Universidade, dos Departamentos de Comunicação e de Cinema, para que essas co-produções tragam benefícios efetivos à tecnologia brasileira.

São estas as ponderações que desejo fazer. Lembro ainda que este acordo será fiscalizado, na sua execução, por uma comissão mista. É preciso que esta comissão tenha presente essas objeções formuladas pela comunidade brasileira, através dos mais autorizados representantes referido nos pareceres.

Somos, apenas, porta-vozes da comunidade. O MDB não se manifesta contra o Acordo; pelo contrário, votará também a favor mas faz ques-

tão de mencionar os aspectos negativos e esses riscos apresentados, para que os erros sejam corrigidos e os riscos não venham a se transformar numa realidade prejudicial ao cinema e à cultura brasileira.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Lindenberg) — Continua em discussão o projeto.

Se mais nenhum dos Srs. Senadores desejar a palavra para discutí-lo, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

# **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**

N.º 3, de 1971

(N.º 3-B/71, na Casa de origem)

**Aprova o Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma, a 9 de novembro de 1970.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o Acordo de Co-Produção Cinematográfica celebrado entre a República Federativa do Brasil e a Itália, firmado em Roma, a 9 de novembro de 1970.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Lindenberg) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, há alguns dias, talvez mais de um mês, abordei aqui o problema do menor e foi com satisfação que, mais tarde, verifiquei que as classes conservadoras haviam se interessado em organizar o "Encontro Nacional das Classes Empresariais para Estudo do Problema do Menor", em Brasília, nos dias 9 a 14 de outubro. Por isso mesmo, não posso deixar de consignar minha estranheza ante os pareceres contrários das ditas Comissões de Legislação Social e de Finanças àquele projeto que abria novas possibilidades à criança e mãe lactante.



Realmente, Sr. Presidente, na Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, há quase trinta anos, o texto, do artigo 397, dizia que o SESC, a LBA e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com as suas possibilidades financeiras, escolas maternas e jardins de infância distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas.

Não era possível que, 30 anos depois, não se cumprisse este dispositivo do maior interesse social, num país em que, se anuncia, terá ainda este ano cem milhões de habitantes.

No entanto, entenderam as doulas Comissões que opinaram neste projeto, de rejeitá-lo, porque viria, caso aprovado, a comprometer, quem sabe, outros programas do SESI e do SESC, já que a LBA conseguiu escapar dessa deliberação legal, através da constituição de uma Fundação que merece o apoio do Governo para determinados fins assistenciais.

Mas, Srs. Presidente, 30 anos depois, falham estes organismos. O SESI e o SESC declaram-se incapazes de cumprir este compromisso, não com a nossa geração, mas com as novas gerações.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Pois não, nobre colega.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo uma afirmação relativamente à incapacidade do SESI, do SENAI...

O SR. NELSON CARNEIRO — Não. Só do SESI e SESC.

O Sr. José Lindoso — ... SESC e SESI, relativamente a um problema específico de menores. É preciso que se coloque o problema das instituições, para um entendimento, nas suas origens. O SESC, Serviço Social do Comércio, e o SESI, Serviço Social da Indústria, nasceram de uma deliberação das classes produtoras, em decorrência da chamada Carta Social de Teresópolis. As duas entidades estão vinculadas a atividades específicas, ligadas à indústria e ao comércio. Desenvolvem um trabalho notabilíssimo, que tem merecido os maiores encômios. Foram definidas pela Lei que as criou, como entidades de direito privado, embora exerçam trabalho de caráter eminentemente público e social, como todos nós sabemos. De forma que, na área do comércio como na do industrial, em múltiplos aspectos, dentro de uma perspectiva de educação e promoção social, é extraordinária a ação dessas entidades. Agora, se nós multiplicarmos os seus campos e extravasarmos as finalidades para que foram criadas,

aquelas que as empresas brasileiras acederam em financiar, no melhor atendimento de um diálogo, de melhor relacionamento e de promoção entre as classes patronais brasileiras, estaremos realmente desviando ou fazendo um enfoque não preciso. Que o problema do menor é relevante, estou com V. Ex.<sup>a</sup>; que urge suprir a Fundação do Bem-Estar do Menor com maiores recursos, também estou com V. Ex.<sup>a</sup>. O Governo está voltado para isso. O Ministério da Justiça vem, inclusive, revisando a sua programação, enfatizando essa necessidade. Mas não vamos diminuir as atividades e manifestar desprezo às entidades que têm objetivos específicos e os estão cumprindo de modo extraordinário e significativo. Era esta a contribuição, a bem da verdade, que queria fazer ao discurso de V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. NELSON CARNEIRO — Sr. Presidente, não fiz nenhuma crítica ou restrição às atividades do SESI e do SESC que têm, em tantos setores, prestado reais serviços ao País. Chamo a atenção é para as condições financeiras dessas entidades para atender ao dispositivo legal de 1943. Naquele ano, compreendia-se a cautela do legislador: enquanto essas organizações não tivessem possibilidades, não ficariam obrigadas a, subvencionar as creches e os jardins-de-infância, nos trinta anos depois, com o desenvolvimento dessas instituições, será que o texto legal continuará sendo letárgico? Será que não há, dentro dessas organizações, um movimento para tornar realidade a mais eficiente das suas finalidades, a mais nobre, que é aquela de amparar a mulher que trabalha e o filho recém-nascido?

Vamos então continuar mantendo em 1972 o mesmo dispositivo que diz que quando for possível o SESI e o SESC farão isso? Não basta um curto período de 30 anos?

Não faço aqui nenhuma restrição a outras atividades que exerçam o SESI e o SESC; não ponho em dúvida a colaboração que têm trazido a vários setores da assistência. Mas acho que o primeiro desses setores é a defesa da criança, que é o único bem que não tem investimento neste País, com que o Governo, até hoje, não se preocupou, salvo a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, que deu novos rumos a uma política que era totalmente errada e prejudicial à infância.

Isto mesmo já declarei desta tribuna. Mas a contribuição que o Governo deu à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor é absolutamente insignificante diante da gravidade do problema. Daí por que as classes empresariais vão-se reunir em Brasília, de 9 a 14 de outubro, para debaterem esse gravíssimo problema que todos temos diante dos olhos, não só

nas grandes como nas pequenas capitais, no interior, nas vilas, onde quer que seja, sobretudo no interior.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, acho que seria o instante de forçar essas entidades a desviarem de outros setores de atividades alguns recursos para iniciar esta obra que lhe foi confiada desde 1943.

O Sr. José Lindoso — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. NELSON CARNEIRO — Com muita honra.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.<sup>a</sup> ainda a tempo colocou o "salvo" quando falou relativamente ao problema da ação do Governo quanto à FUNABEM. Acho que V. Ex.<sup>a</sup> se houve numa linha de justiça, porque anula o que V. Ex.<sup>a</sup> disse, de o Governo nada ter feito, quando V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o Governo está empenhado no problema dos menores de um modo extraordinário. Citaria a V. Ex.<sup>a</sup> a FUNABEM, citaria o problema da merenda escolar, citaria o problema das bolsas de estudo para filhos dos trabalhadores, que é uma contribuição extraordinária. Enfim, citaria toda uma mobilização nacional em torno dos menores que são vistos com enternecimento e com a maior responsabilidade pelo Presidente da República. O problema do menor é de tal extensão que os nossos esforços, em virtude desta extensão, são ainda como que insignificantes: é a colocação verdadeira. Mobilizemos toda a Nação. As classes empresariais estão, nesse encontro, procurando chamar a atenção das autoridades e enfatizar a problemática dos menores. Estendamos todos, portanto, as mãos para ajudar o Governo na tarefa e façamos-lhe a justiça de que só não poderá realizá-la a contento das nossas experiências. Mas, reconheçamos ao Governo o esforço e a dedicação extraordinários, a vontade e a sensibilidade para com o problema.

O SR. NELSON CARNEIRO — Fiz esse pronunciamento nesta Casa porque acabava de visitar o Estado da Guanabara e também o serviço da FUNABEM, em boa hora confiado à capacidade e à dedicação do Dr. Mário Altenfelder. Não vim para criticar o Governo por ter criado aquela instituição, mas para aplaudi-lo. Apenas estranhei que essa Fundação, que deve estender sua ação por todo o território nacional, contasse apenas com os recursos resultantes dos rendimentos dos bens que foram doados com a Fundação e com uma migalha do orçamento, que agora não me ocorre — talvez, se não me engano, 1 milhão de cruzeiros. Não me recordo a cifra exata, mas era tão insignificante que causava espécie.

Não faço, assim, qualquer retificação ao discurso; apenas reafirmo



aquilo que disse no passado, porque está nos Anais discurso em que acentuava a contribuição real que a Revolução trouxe a este problema, principalmente modificando a mentalidade dos que tratavam com o menor, numa tentativa de incorporá-los à civilização, em vez de puni-los como criminosos.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Com muita honra.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> deve ter lido na imprensa, há pouco tempo, que há no Ministério da Justiça um estudo bem adentrado, e me parece que até bem adiantado, visando a enfrentar esse grave problema. Num país como o nosso de, em termos territoriais, dimensão continental, o problema se constituirá, durante muito tempo, ainda, e creio que até permanentemente, num desafio à contribuição suplementar do Governo. E essas restrições, V. Ex.<sup>a</sup> se lembra, eu as fiz na Comissão de Justiça a esse projeto. Mas a questão está sendo esquemática. Entendo que se deva buscar uma solução global. No caso do projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, se se fizesse um levantamento da perspectiva financeira, a contribuição seria irrisória, sem nenhuma repercussão. V. Ex.<sup>a</sup> pode consultar o seu projeto: seria uma gota d'água no oceano dessa angústia em que se erigiu o problema do menor. Por outro lado, a iniciativa de V. Ex.<sup>a</sup> já surtiu um efeito muito grande, porque se o seu projeto não teve repercussão, o discurso que V. Ex.<sup>a</sup> pronunciou, convocando as energias do Governo para o problema do menor, esse discurso, sim, foi muito mais importante do que o projeto, porque provocou, agora, a reunião das classes empresariais que, ao revés de oferecer o detalhe de uma solução, poderá oferecer subsídios completos para evitar esse tormentoso e secular problema do menor abandonado, ou da criança desvalida. Quero congratular-me com V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo que se a sua vitória não foi integral quanto ao projeto, o triunfo da sua iniciativa sensibilizou as coronárias das classes empresariais brasileiras. Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> estava com extrema gulodice. Entre, digamos assim, o sanduíche da sua proposição, as classes empresariais preferiram o banquete de uma solução global que, em última análise, foi uma reivindicação também de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Agradeço as palavras com que recorda a oração que aqui pronunciei. Todavia, não acredito, seria vaidade supina, que as classes conservadoras se hajam mobilizado pelo meu apelo. Certamente o apelo veio ao encontro de um conhecimento do problema que já tinham as classes empresariais.

**O Sr. Eurico Rezende** — Não! Nos considerando do manifesto das classes conservadoras, o pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup> está em termos de hierarquia motivadora. De modo que, volto a dizer a V. Ex.<sup>a</sup>, para procurar construir uma justa convalescença diante desse mal-estar pela rejeição do projeto: repito, com inflacionário respeito, que ele nada, praticamente nada, em termos de repercussão financeira drenaria para solução desse magno problema.

**O SR. NELSON CARNEIRO** — Sr. Presidente, não conheço o manifesto das classes empresariais, mas desde o primeiro momento me pus à sua proposição para comparecer a essa reunião de outubro e ali participar dos debates que se travarem, como velho conhecedor desse problema, pela observação e pela leitura.

Mas o meu projeto não seria tão inócuo assim. O que se diria:

"O Sesi, o Sesc e outras entidades públicas, destinadas à assistência à infância, manterão ou subvencionarão escolas maternas e jardins-de-infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas."

O texto é o mesmo de 1943, apenas com um adendo:

"De acordo com suas possibilidades financeiras."

Ora, não será possível, creio eu, que trinta anos depois essas entidades, que são hoje poderosas, não estivessem em condições de dar a sua contribuição para ajudar o Governo a resolver um problema que ele sozinho não pode solucionar. Não há de ser apenas com o dinheiro do Orçamento que se cumprirá o dever de assistir o menor abandonado e a criança recém-nascida. Os dados existentes nas estatísticas oficiais demonstram a gravidade do problema.

Sr. Presidente, desejava consignar que me causaram estranheza os votos contrários, mas me consola a informação que me traz o nobre Senador Eurico Rezende de que não só o Governo se dedica ao estudo de um anteprojeto para regular esta matéria, para atender mais vivamente a esse problema, como também as classes empresariais serão tão generosas que suprirão, com maior soma de recursos, aquelas necessidades a que o projeto visava corrigir.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que é indispensável que nós parlamentares, comerciantes, homens do povo, Governo, religiões, cultos, somemos nossos esforços para atender a um problema que é de todos o mais grave.

Recordaria passagem que me surpreendeu no Recife, onde costumo ir

todos os anos. Na última vez que lá estive, ano passado, o drama do menor abandonado saltava aos olhos. Os representantes do povo que foram ao Ceará acompanhar os restos mortais do Presidente Castello Branco voltaram impressionados com o mesmo drama. No Rio de Janeiro e em São Paulo, as cidades mais ricas do País, há também maior número de menores abandonados. E nós, que desamparamos essas crianças na infância, somos muito rigorosos para puni-las na hora do vício e do crime.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando um crime bárbaro ocorrido há muitos anos no Largo da Carioca, na Guanabara. Determinado indivíduo invadira o escritório de um senhor que o ajudava financeiramente há muito tempo e o matara de modo cruel. Era encarregado do inquérito o saudoso Delegado Eunápio Castello Branco. Em seu relatório, ao enviar o processo ao Tribunal, lamentava que não houvesse pena de morte a ser pedida para aquele criminoso.

Respondi, Sr. Presidente, pelo *Jornal do Brasil*, com um artigo assim intitulado: "Um momento, Doutor". Recordei que aquele que ele queria punir, aos 23 ou 24 anos, com a pena de morte, era o menino que nascera abandonado e vivera pelas ruas do Rio de Janeiro, vendendo amendoim e se especializando nos primeiros delitos: que ingressara no SAM, que era a universidade do crime; era o mesmo menino pelo qual ele e muitos haviam passado, com o olhar de piedade mas sem um gesto de solidariedade humana. Então, eu perguntava: qual dos dois o mais criminoso? O que passou e viu o menor abandonado se preparando para o crime, ou o menino que nasceu com todas as tendências para ser um cidadão válido e acabou pela miséria, pelo abandono, arrastado às garras do delito?

O Delegado Eunápio Castello Branco — que Deus lhe dê o reino dos céus — telefonou-me, para confessar arrependimento. Realmente, ele, eu, todos éramos cúmplices daquele assassinio, porque o referido menor não fora amparado pelo Estado, não tivera a proteção de ninguém; tivera o desprezo de todos.

Por isso, Sr. Presidente, continuo lutando pelo menor. Estou certo de que alguma coisa há de se fazer, enquanto eu estiver nesta Casa, para que não se encerre esta campanha, que não pode parar, em favor da redenção da criança e do menor abandonado. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Franco Montoro.

**O SR. FRANCO MONTORO** — (Pronuncia o seguinte discurso, sem revisão do orador.) Sr. Presidente e Srs. Senadores, tive oportunidade de enca-

minhar à Mesa, hoje, projeto de lei que dispõe sobre a licença do servidor público no exercício de cargo eletivo não remunerado.

Este projeto tem a sua justificação no atual estado em que se encontram as direções dos Partidos, situacionistas e da Oposição, nas bases municipais em todo o País.

Os cargos eletivos na esfera municipal, antes disputados acirradamente por cidadãos, muitas vezes até dentro da própria área partidária, com candidatos em número muito superior ao de vagas, hoje em dia se encontram desprezados; acontece precisamente o contrário, isto é, são os órgãos locais, os diretórios municipais que andam inquietos e, muitas vezes, desesperados, à procura de candidatos, mal conseguindo completar o limite permitido em lei.

Sr. Presidente, em vista desta situação e, de outra parte, considerando que os servidores públicos são, sem dúvida alguma, em cada município, aqueles que apresentam capacitação, conhecimento da vida pública para o exercício da vereança, apresentamos projeto de lei, inspirado em sugestões que recebemos de diversos municípios do Estado de São Paulo. Determinamos que o servidor público, quando no exercício de mandato eletivo não remunerado, ficará licenciado do cargo, sem prejuízo da remuneração e das demais vantagens desse mesmo cargo.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Pois não, nobre colega!

O Sr. Eurico Rezende — Quero, de logo, dar uma contribuição, sob o ponto de vista de advertência, porque este projeto me assusta, pela experiência a que já assistimos. Aqui, no Congresso Nacional, havia um funcionário bem remunerado, que não desejava, porém, prestar serviço ao Parlamento. Então, radicou-se, com domicílio eleitoral, num município do interior do País, elegeu-se vereador, e, de acordo com a norma constitucional vigente na época, ficou licenciado, na qualidade de funcionário do Congresso Nacional, sem aqui trabalhar, dando-se ao desconforto de apenas comparecer uma vez por mês — quando comparecia, porque naquela época não havia a perda de mandato eletivo por ausência de estatística de comparecimento que hoje se exige. Era vereador, funcionário licenciado do Congresso e percebendo, daí, todas as vantagens. Baseado nesse fato, e em outros precedentes, não só na órbita federal, como no setor municipal e no campo estadual, é que o legislador constituinte de 1967 teve o cuidado de conter aquela prática verdadeiramente licenciosa e imoral. Então, ouviu a inspiração do Projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, pois,

como está, não deve ficar. Porque a interpretação que se dá ao dispositivo constitucional é que o servidor público, investido de mandato de vereador, mesmo gratuito, que é a regra geral, quando comparece à Câmara, perde os dias correspondentes aos que, para isso, falta à repartição na qual ele é funcionário. Há outra interpretação mais abusiva: ele, sendo eleito vereador, sendo funcionário estadual ou federal, passa a não ganhar, porque fica à disposição da Câmara Municipal. Temos que enfrentar o problema, mas não resolvendo-o simplesmente com a licença e a percepção de todas as vantagens de sua qualidade de funcionário público. Porque, neste caso, — vou dizer a V. Ex.<sup>a</sup> — será um convite à valsa, se o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> merecer a aprovação nos termos em que está. Basta um funcionário qualquer candidatar-se a vereador, em Paracatu ou Santo André, em qualquer município do Brasil, elege-se, para, então, ficar num regime especial de licença-prêmio de, no mínimo, quatro anos, com todas as vantagens. Para esse ângulo é que desejo convocar, mais do que a atenção, a vigilância cautelar de V. Ex.<sup>a</sup> V. Ex.<sup>a</sup> poderá, através de emenda ao seu próprio projeto ou, então, com a sua persuasão junto à Comissão de Justiça, obter uma cláusula impeditiva dos abusos reiterados a que fiz referência.

O SR. FRANCO MONTORO — Agradeço a contribuição de V. Ex.<sup>a</sup> que, desde logo, reconhece o problema, realmente a exigir uma solução. Os que lêem as publicações municipais do Brasil têm notícia do elenco de problemas que estão surgindo com esta série de interpretações, quase sempre prejudiciais aos funcionários e ao município.

É evidente que o projeto é apresentado como sugestão. Poderá ser objeto de emendas, de modificações, de aperfeiçoamentos. Para tal, é enviado às comissões competentes. Mas quero dizer ao nobre Senador Eurico Rezende que não me impressiono muito com o fato apresentado por S. Ex.<sup>a</sup> Isto corresponderia a colocar o funcionário à disposição de uma Câmara Municipal. Ora, não há nada mais importante para a vida pública brasileira do que o cuidado com as unidades de base, que são os nossos municípios.

Se o funcionário recebeu o apoio de uma comunidade, de um município, que é pessoa jurídica de direito público, é a base da vida pública, se recebeu o apoio do eleitorado, se exerce efetivamente a vereança, poderá muito bem receber.

Pode ter havido abusos no passado, quando não havia controle da presença, da frequência às sessões. Hoje, existe norma altamente moralizadora não permitindo a ausência acima de determinado limite.

De modo que, há uma série de normas que impede o abuso. Sabemos, porém, que toda lei pode dar margem a abusos. Vamos, então, evitar o abuso, através de cautela, de fiscalização ou de emendas.

Quero lembrar, outrossim, que, todos os dias, são colocados funcionários à disposição de gabinetes ministeriais ou secretarias de Estado. Qual a diferença para colocar à disposição de um ministério? Se fizéssemos a estatística de elementos à disposição de gabinetes ministeriais, secretarias de Estado e autarquias, encontraríamos números elevados. Nem por isso tal prática é proibida. Mas, dir-se-á, o servidor é requisitado para trabalhar. Ora, o entendimento da lei é este: o vereador é eleito pela população para trabalhar em favor da comunidade. E serão fiscalizados. Assim, enquanto as colocações de funcionários à disposição dos gabinetes são feitas reservadamente, a colocação de um servidor à disposição de um município, para ali prestar serviço à administração do município, é pública. Dependerá de mandato da população, estará sujeita à fiscalização dos demais membros da edilidade e da comunidade municipal.

Admito que possam existir, neste caso como em quaisquer outros, abusos. Vamos tomar cautela para que sejam evitados. E, neste sentido, recebo, como contribuição, a sugestão de V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Eurico Rezende — Meu objetivo é contribuir e fazer uma advertência com fatos concretos. Porque se o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> for convertido em lei, haverá uma ponte aérea de funcionários públicos, projetados sobre toda essa imensa geografia municipal do País, desejando adotar a filosofia de ganhar a vida sem fazer força.

O SR. FRANCO MONTORO — V. Ex.<sup>a</sup>, com essa observação, faz uma grave acusação aos legisladores municipais. Eles são eleitos e a presunção é que o vereador, que o legislador cumpre os seus deveres e cuida da administração municipal e tem tarefas — as tarefas que qualquer município, por menor que seja, exige de quem se disponha a trabalhar pelo município.

O Sr. Eurico Rezende — Estou de acordo. Os funcionários se candidatam, mas, se V. Ex.<sup>a</sup> fizer hoje uma estatística — hoje a norma legal não permite auferição de vantagens — V. Ex.<sup>a</sup> verificará que 000,1% está pleiteando a vereança municipal.

O SR. FRANCO MONTORO — Segundo a interpretação de V. Ex.<sup>a</sup> os que são eleitos vereadores perdem vencimentos.

O Sr. Eurico Rezende — Feita a estatística depois, na hipótese de ser aprovado o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> e convertido em lei, teremos o percentual, erguidamente, no mínimo de 50%.

Vamos ter dedicação inusitada de funcionários com relação a problemas municipais. Agora, V. Ex.<sup>a</sup> citou a questão de requisições. Há, realmente, funcionários que estão postos à disposição, e que não trabalham. Não preciso ir muito longe: aqui mesmo no Senado, muitos funcionários são postos à disposição de gabinetes e não trabalham.

**O SR. FRANCO MONTORO —** É o que V. Ex.<sup>a</sup> declara.

**O Sr. Eurico Rezende —** Se o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> regulasse essa matéria, aí sim! Mas o que não pode V. Ex.<sup>a</sup> é, com base em alegados abusos no Poder Executivo, estender — de boa fé, reconheço e proclamo — esse sistema de abuso também a outras áreas.

**O SR. FRANCO MONTORO —** Mas o simile não vale. V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que, no caso, não será de ordem interna; será uma medida que vai depender de uma eleição, portanto pública, e de um ato oficial a ser publicado, inclusive, no órgão oficial, no órgão público, para a regularização da situação desse servidor. Creio que os municípios serão altamente beneficiados, assim como a administração pública não será prejudicada.

**O Sr. Eurico Rezende —** Não participe desse otimismo...

**O SR. FRANCO MONTORO —** É exatamente o tema que estou analisando.

**O Sr. Eurico Rezende —** ... pelo seguinte: vamos ter Câmaras Municipais integradas, em sua maioria, por funcionários públicos; vamos ver uma abundante legislação, em termos de Direito Administrativo.

**O SR. FRANCO MONTORO —** Não! V. Ex.<sup>a</sup> faz do servidor público um juízo que não me parece exato.

**O Sr. Eurico Rezende —** Pelo contrário! Exalto o funcionário público que realmente trabalha.

**O SR. FRANCO MONTORO —** O servidor público é chefe de família, tem seus filhos na escola, precisa da escola. Então, ele vai-se preocupar em que haja escola no seu município; seus filhos ficam doentes, poderão ser atingidos pelos problemas de saúde do município e o referido servidor poderá também contribuir para a solução dos problemas de saúde do seu município.

**O Sr. Eurico Rezende —** Mas, lá, irá contribuir uma vez por mês, enquanto aqui seria todos os dias.

**O SR. FRANCO MONTORO —** Na maioria das Câmaras Municipais do Brasil a periodicidade de sessões não é de uma vez por mês; a média é, talvez, de uma vez por semana ou mais.

**O Sr. Eurico Rezende —** A média é de uma vez por mês.

**O SR. FRANCO MONTORO —** Não, a média não é uma vez por mês mas, em todo caso, V. Ex.<sup>a</sup>, experimentado legislador, sabe que a atividade do legislador não se limita ao comparecimento à sessão plenária, à sessão da sua câmara, da sua assembléia, ou do seu corpo legislativo. De forma geral, o bom legislador trabalha muito mais fora da sessão do que dentro dela.

**O Sr. Eurico Rezende —** Isso não seria usar de simulação para deixar o serviço público e auferir vantagens?

**O SR. FRANCO MONTORO —** Mas, se V. Ex.<sup>a</sup> admite, de início, que haveria simulação, no caso, V. Ex.<sup>a</sup> está invalidando, pela raiz, o Projeto.

**O Sr. Eurico Rezende —** O projeto de V. Ex.<sup>a</sup> data venia, é um "vai da valsa".

**O SR. FRANCO MONTORO —** O projeto parte do pressuposto de que o homem público não é necessariamente um interessado em ter vantagens, em não prestar serviços. V. Ex.<sup>a</sup> está-se impressionando talvez um pouco demais com determinado conceito que se está tendo do homem público e da administração pública. Prefiro acreditar na boa-fé, na honestidade, na disposição de trabalho daqueles que vão exercer mandatos municipais.

**O Sr. Eurico Rezende —** Também acredito.

**O SR. FRANCO MONTORO —** E se V. Ex.<sup>a</sup> compareceu, como deve ter comparecido, a algum dos congressos brasileiros de municípios ou a congressos estaduais de municípios, há de ter ficado impressionado com aquilo que ontem o nobre Senador Daniel Krieger denominava de verdadeiro sacerdócio. São homens que, com sacrifício, lutam na administração municipal, sem remuneração, para resolver os problemas da base da vida pública, brasileira, que é o município. Na sua imensa maioria, os vereadores brasileiros são homens dedicados ao interesse dos seus municípios. E é das Câmaras de Vereadores que surgem, a partir da base, as grandes vocações políticas da nossa terra. Tenho a impressão de que, inclusive no Senado e na Câmara, encontramos uma grande parte de parlamentares, dos mais atuantes, que receberam as primeiras lições da sua vida pública nas bases, nos municípios.

**O Sr. Eurico Rezende —** Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO —** A regra não é a fraude, não é a malandragem, não é a vontade de não trabalhar; pelo contrário, a regra é outra, a regra é a disposição de servir à causa pública. E foi nesse pressuposto que apresentei o projeto.

**O Sr. Eurico Rezende —** Permite V. Ex.<sup>a</sup>, agora, um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO —** Com prazer.

**O Sr. Eurico Rezende —** Longe de mim generalizar o conceito sobre o funcionário público que, no Brasil, ganha mal e presta excelente serviço. Há uma minoria, realmente insignificante, que não se comporta dentro desses padrões. Estou abordando é o ângulo de implicações do projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, porque não acredito que, aprovado o projeto de sua autoria, o funcionário público que nunca desejou ser Vereador e vai passar a sê-lo terá outra intenção — essa, a presunção válida — senão a de auferir as vantagens do cargo. Segundo, a aprovação do projeto de V. Ex.<sup>a</sup> criaria uma discriminação odiosa. Numa Câmara Municipal, por exemplo, de sete Vereadores: dois funcionários públicos conseguiriam eleger-se. Levariam para lá o vencimento do seu cargo e ganhariam, cada um, como hipótese, 2 mil cruzeiros por mês. Os outros cinco Vereadores nada ganhariam. É um projeto discriminatório!

**O SR. FRANCO MONTORO —** Discriminatória é a situação atual. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que o Vereador que queira trabalhar — e a maioria deles o quer — vê-se hoje manietado pela inexistência de remuneração. Então, o que existe hoje, não na lei mas na realidade — e o que vale é a realidade, evidentemente — é o privilégio. Só pode ser Vereador aquele que tiver recursos. Passa a haver aquilo que vários representantes do povo, da ARENA inclusive, disseram no debate que sobre o assunto se travou no Congresso Nacional: a vereança passa a ser privilégio de poucos. O *munus* público passa a depender da folga financeira do interessado. Exatamente, este é o problema concreto que o projeto vem afastar. Tem V. Ex.<sup>a</sup> a presunção de que haveria, no caso, funcionários que não cogitavam até agora de disputar a vereança e que iam fazê-lo apenas visando às vantagens. É a presunção de uma intenção não correta. Mas, nobre Senador, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que ninguém é vereador porque quer. Para que seja vereador vai depender em primeiro lugar da aprovação do Partido. A ARENA e o MDB, que são entidades, pessoas jurídicas de direito público, partidos políticos, é que vão examinar se vale ou não a pena, se aquele homem tem ou não capacidade para ser vereador.

**O Sr. Eurico Rezende —** V. Ex.<sup>a</sup> está muito otimista.

**O SR. FRANCO MONTORO —** V. Ex.<sup>a</sup> ri. Parece que vê em mim uma espécie de Dom Quixote, ao acreditar que os Partidos fiscalizam os seus candidatos. Creio nisso e posso dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que nos vários órgãos do MDB de que tenho participado, tem havido reuniões em que se faz a seleção de candidatos, e muitos têm

sido recusados, porque são os que não têm capacidade para a representação pública.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pois não!

**O Sr. Eurico Rezende** — É muito fácil ser candidato a vereador no Brasil. Começa porque a Lei Eleitoral permite registrar um adicional superior ao número de vagas, e por esse interior aí — isso, aliás, vem sendo noticiado pela imprensa — dificilmente os diretórios municipais dos dois Partidos conseguem completar as suas chapas. Num ponto estamos plenamente de acordo: a falta de remuneração dos vereadores, além de ser uma injustiça, ...

**O SR. FRANCO MONTORO** — De pleno acordo!

**O Sr. Eurico Rezende** — ... de ser um privilégio, pior do que ser privilégio é a oportunidade para uma corrupção desenfreada, porque o candidato pobre, não tendo sequer despesa de transporte, não se candidata; ou, quando se candidata e se elege, não pode exercer plenamente o seu mandato. Podemos dizer ainda a V. Ex.<sup>a</sup> que quando veio o projeto de Constituição, em 1967, apresentei emenda, defendida pelo eminente Senador Nelson Carneiro, estabelecendo a remuneração para vereadores. Não da maneira abusiva como ocorria anteriormente, mas colocando essa remuneração em conexão percentual com o orçamento do Município.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Parece-me muito boa idéia.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> sabe que o município é um Poder concedente de serviços públicos. Então, os interessados entram na Câmara Municipal e procuram fazer as mástigações da corrupção para obter seus objetivos.

**O SR. FRANCO MONTORO** — V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão.

**O Sr. Eurico Rezende** — Então, a remuneração é muito justa. Neste ponto, agora no final do discurso de V. Ex.<sup>a</sup>, eu me rejubilo por isto, e somente no final, estou em número, gênero e grau, a seu favor e entendo que gregos, romanos, troianos e goianos devem ficar a favor da tese de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Que os goianos o ouçam...

Agradeço a colaboração que V. Ex.<sup>a</sup> prestou ao debate. Exatamente com as objeções e críticas é que se pode esclarecer a matéria. Reconheço a procedência de muitas das ponderações feitas por V. Ex.<sup>a</sup> — realmente nos preocuparam. Estamos longe de achar que o projeto representa a perfeição. É uma contribuição que po-

derá ser aperfeiçoada no seu desenvolvimento.

Gostaria de ouvir agora o aparte do nobre Senador Danton Jobim.

**O Sr. Danton Jobim** — Rejubilo-me por haver nosso nobre colega pelo Espírito Santo concordado com a tese de que é uma terrível injustiça vedar aos vereadores a possibilidade de receber um mínimo necessário em matéria de remuneração para que possam desempenhar o mandato. Não me atenho somente àquelas razões que o Senador Eurico Rezende acaba de enumerar, falando mesmo em injustiça, privilégio, convite à corrupção. É mais do que evidente que quando se determinou, em má hora, que os Vereadores cumprissem, sem remuneração, o mandato, estávamos regressando aos tempos antigos, em que o Senado, a Câmara dos Deputados e as Câmaras municipais eram compostas de homens ricos, de homens bons que eram os homens ricos da localidade e que, portanto, poderiam dispensar qualquer paga. Foi realmente uma conquista democrática a remuneração do Vereador. Foi uma conquista democrática — quero frisar bem — para dar a oportunidade de ascenderem a postos iniciais da carreira política, na representação de suas comunidades locais, e nos círculos provinciais, enfim nacionais, permitir que os Vereadores recebessem remuneração. Evidentemente, isso não poderia existir antes porque — V. Ex.<sup>a</sup> não ignora — houve época em que aqueles que exerciam o direito de voto pertenciam a um círculo muito restrito. Havia, segundo a primeira lei eleitoral do Império, nesse círculo, alguns premiados, e eram os de renda alta, aqueles que tinham estabelecimentos agrários ou comerciais. Os primeiros calxeiros que equivaliam aos gerentes de hoje, de firmas comerciais.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Era o censo alto.

**O Sr. Danton Jobim** — Justamente. Como disse V. Ex.<sup>a</sup> com muita propriedade. Justamente quando se derrubou o censo alto é que se procurou derrubar as barreiras para que o povo participasse, de fato, da vida política do País. Essa é uma conquista democrática que vem do Império, em que todo o País chegou a certa altura do desenvolvimento político. Quando, entretanto, se resolveu no Brasil que Vereador deveria servir mas não contar senão com sua própria renda pessoal, decidiu-se, na realidade, voltar — aí, neste caso — à concepção do censo alto. Só poderá ser Vereador aquele que disponha de recursos próprios, e jamais o assalariado, porque este imediatamente perderia seu salário. Não é verdade? Restam, então, os funcionários públicos. Os funcionários públicos seriam evidentemente o plantel de onde se retirariam das Comunas os represen-

tantes do povo. Ora, é evidente que também se fechou essa porta através da...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Gra-tuidade.

**O Sr. Danton Jobim** — ... da gratuidade, disse-o muito bem o nobre Senador Franco Montoro. O que nós devemos fazer agora — e V. Ex.<sup>a</sup> está tentando — é minorar a situação, é atenuá-la, permitindo que ao menos o funcionário público possa conservar a remuneração do serviço público, servindo, do mesmo modo, a sua comunidade, como representante do povo do seu município. É perfeitamente legítimo isto. Há perigos de que apareçam os abusos. Mas em toda e quaisquer leis desse gênero, perigos de abusos sempre existem. De maneira que desejo aplaudir V. Ex.<sup>a</sup> pela defesa ardorosa que fez da sua tese. Quero dizer que mesmo que não estivesse aqui na qualidade de Líder do MDB, daria pessoalmente este testemunho e este aplauso à justeza da tese levantada por V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Agradeço a contribuição histórica e doutrinária trazida ao meu discurso e à apresentação deste projeto. Evidentemente, a inspiração do projeto é prestar um serviço à democracia e à coletividade. Mais do que ao MDB, talvez a ARENA seja beneficiada por essa medida, porque ela, muito mais que o nosso Partido, tem seus representantes nas Câmaras Municipais do Brasil.

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Com muito prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — Ouvi trecho do aparte do eminente Senador Danton Jobim. S. Ex.<sup>a</sup> tem razão quanto a não se criarem dificuldades ao funcionário vereador. Estou de acordo, se houver vocação ou desejo desse funcionário de ingressar na vida pública. Na Bahia, por exemplo — e quero argumentar com episódios balanos — houve período em que 46 oficiais da Polícia Militar eram Vereadores naqueles municípios. Por quê? Porque durante o período do mandato eles ficavam livres de comissões ou de remoções. Se os subsídios eram maiores que o soldo, eles optavam pelos subsídios, senão, recebiam o soldo e lá ficavam tranquilamente sem ser amolados, sem comparecer mesmo às reuniões da Câmara de Vereadores, sem contribuir para o aperfeiçoamento da vida pública. Essas as distorções que encontramos nesta nossa vida brasileira, que é diferente de todas as vidas. E temos que olhar muito para essa dolorosa realidade.

**O SR. FRANCO MONTORO** — O exemplo trazido por V. Ex.<sup>a</sup> vem mostrar a complexidade do problema.

Aliás, o nobre Senador Eurico Rezende havia apontado essa possível deformação. No decorrer da tramitação do projeto pelas diversas Comissões, talvez se possa, através de emendas, encontrar meios de coibir os abusos. Mas, o que respondi ao nobre Senador Eurico Rezende vale também como resposta ao aparte de V. Ex.<sup>a</sup> Abusos existem, não apenas nas Câmaras mas também nas repartições.

De modo que o fato de o funcionário deixar a repartição e ir para uma Câmara Municipal não nos autoriza, com antecipação, a afirmar que vai deixar de trabalhar para entrar na boa-vida. Pelo contrário; as Câmaras de Vereadores não oferecem, hoje, o risco a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere, porque existe a penalidade da perda do mandato pela ausência às sessões.

Por outro lado, sabe V. Ex.<sup>a</sup> que existem várias figuras de requisição, de colocação de funcionários a disposição de gabinetes, de Diretorias, de Ministérios, de Secretarias de Estado, etc., e que se têm prestado a inúmeras irregularidades. Nem por isso se afastou, da Administração Pública, essa figura da designação.

No caso, nobre Senador, os responsáveis serão os Partidos políticos, porque ninguém é vereador por iniciativa própria: não adiantam manobras de bastidores ou de gabinete para que alguém se transforme em vereador. São necessárias, pelo menos, duas deliberações da maior gravidade e ampla fiscalização: a primeira é a decisão do Partido de incluir essa pessoa como seu candidato a vereador; e a segunda é a aprovação da população. Isso para que o funcionário possa exercer a função de vereador; e, no exercício dela, a fiscalização é ampla: as sessões das Câmaras Municipais são públicas e por isso a sua atuação poderá ser fiscalizada. No gabinete, essa fiscalização não se exerce.

Parece, portanto, que, sem deixar de lado a procedência do exemplo trazido por V. Ex.<sup>a</sup> e pelo nobre Senador Eurico Rezende, haverá margem para abuso, sem dúvida. Qualquer lei tem o seu lado da utilização normal — o seu uso, e o seu abuso. Devemos, na sua elaboração, evitar que os abusos sejam praticados.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO — Ouço V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.<sup>a</sup> citou que, na Administração Pública, existem os casos de requisições. Vou citar um episódio: quando fui Secretário na Bahia, no segundo governo de Juracy Magalhães, chamei a Diretora de Administração e perguntei: quantos funcionários há requisitados aqui na Secretaria? A minha, era a Secretaria

do Governo, quer dizer, política, ligada ao Governo. A secretária respondeu-me: "126". Indaguei: quantos trabalham? Ela me respondeu: "digo já ao senhor". Foi lá para dentro e voltou, dizendo-me: "trabalham 22". Eu lhe disse: prepare os atos, fazendo todos retornarem às suas repartições. Os que dependerem de um decreto, decreto. Os que dependerem simplesmente de um ofício, ofício. Ela me disse: "o senhor não quer ver a lista dos nomes?" Eu respondi: Não, porque posso ser traído por um sobrenome. Foram feitos os atos, limitei-me a assiná-los. Dois dias depois, apareceu-me um amigo dizendo: "você está criando problemas para o Governo". Indaguei: o que é? Respondeu: "você fez voltar à repartição o filho de um membro do Tribunal de Contas. Era um sobrenome com que eu seria traído desde logo. Eu disse: ele vai voltar. E voltaram todos. Pois bem, ao fazer os ofícios, a secretária veio a mim e disse: "tenho um caso especial que gostaria que o senhor examinasse: trata-se de um funcionário requisitado para cá, que está quase cego e em tratamento nos Estados Unidos". Disse-lhe eu: bem, a remessa desse ofício a senhora faz em um mês e se tiver condições de avisar a família, avise. Ela avisou à família. E de todos os casos devolvidos, o único que ficou meu inimigo pessoal foi esse, para quem tive uma condescendência humana, mesmo porque eu também seria um monstro, se não atendessem a uma condição especialíssima como aquela. Mas foi o único.

O Sr. Eurico Rezende — É um ódio cego.

O Sr. Ruy Santos — Exato, um ódio cego. Naturalmente, o filho do membro do Tribunal de Contas passou a procurar atrapalhar o Governo, quando lá chegava um processo. Mas tocamos o caso para adiante. Não é só na vereança que há isso, pois ocorre também na administração pública. Nas duas Casas do Congresso igualmente. Agora não, porque, de uns anos para cá, estão evitando.

O Sr. Eurico Rezende — No Senado não. Excelência! V. Ex.<sup>a</sup> está vindo da Câmara dos Deputados. Lá havia, mas aqui o Regimento Interno do Senado proíbe requisições de funcionários de outros Poderes, salvante a hipótese de funcionários destinados à segurança: militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, que prestam serviços à Casa. Mas o art. 444 do Regimento do Senado veda expressamente que se requisitem funcionários. De modo que se há alguém que não trabalhe aqui é gente da Casa mesmo.

O Sr. Ruy Santos — De uns anos para cá!

O Sr. Eurico Rezende — A Câmara requisitava e muito.

O Sr. Ruy Santos — V. Ex.<sup>a</sup> tem razão mas esse artigo que V. Ex.<sup>a</sup> citou, do Senado, existe também na Câmara. Sempre existiu e nunca se cumpriu. Não quero acusar o Senado mas acompanho o assunto desde quando estava na Câmara. E também aqui — menos — mesmo porque os que haviam e pressionavam a Mesa eram 66...

O Sr. Eurico Rezende — V. Ex.<sup>a</sup> não cita um caso de requisição no Senado.

(Apartes simultâneos.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg) — (Fazendo soar a campainha.) Lembro os nobres Senadores de que os apartes são permitidos somente com autorização do orador, de acordo com o Regimento Interno.

O SR. FRANCO MONTORO — Sr. Presidente, verifica-se que não seria, portanto, prática inovadora a colocação de um funcionário para exercer, no caso, uma função pública e fiscalizada. Evidentemente, se houver abusos, estes poderão ser corrigidos pelos partidos que escolhem os Vereadores, pelo povo que os elege, pela opinião pública que fiscaliza a sua atividade. Se houver objeções a esse tipo de autorização, essas objeções serão multiplicadas, como acabamos de ver, para os outros tipos de autorização, essas objeções serão multiplicadas, como acabamos de ver, para os outros tipos de autorização ou requisição que se verificam na esfera administrativa, sem a publicidade, o controle de atos públicos como os necessários à eleição de um Vereador em nossa terra.

Parece que o debate contribuiu para o esclarecimento. Ficou patenteado o interesse público em solucionar problema que está afugentando das nossas Câmaras Municipais possíveis candidatos com vocação política e capacidade para o exercício da função de representantes da população e para a administração superior do Município.

Desejo, Sr. Presidente, ao encerrar essas considerações, deixar consignado o nosso desapontamento e a nossa tristeza com a deliberação que V. Ex.<sup>a</sup> teve que proferir ao ver recusado pelo Plenário o projeto de lei de nossa autoria — projeto que institua prêmios à pesquisa sobre energia atômica aplicada à Medicina, à Indústria e à Agricultura.

O projeto teve no parecer brilhante do Senador Halvidio Nunes o reconhecimento expresso — está no avulso de hoje — de que "as dotações vinculadas às pesquisas sobre aplicações de rádioisótopos na Agricultura, na Indústria e em Medicina e Biologia aparcem na lei orçamentária, mas destino próprio, para aplicações em Programas de Trabalho previamente elaborados". — o que tentamos fazer



ao contribuir para a elaboração desse programa de Trabalho. Infelizmente, o projeto foi recusado. Parece que estamos concedendo uma prioridade e exclusividade ao Executivo de dispor sobre matérias que são de competência nossa. Tem havido, nos últimos tempos, várias medidas propostas pelo Congresso e que são aqui recusadas mas que pouco depois são adotadas pelo Executivo. É bom que assim seja; de certa forma é melhor que a medida seja tomada mesmo que por iniciativas de outro Poder. Mas por que recusar a competência do Legislativo sobre matéria que está evidentemente vinculada às suas atribuições?

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pois não.

**O Sr. Eurico Rezende** — Quem rejeitou o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> não foram os Senadores e, por via de consequência, não foi o Senado; foi a Constituição Federal, que estabelece taxativamente que qualquer projeto do qual se origine despesa é da competência exclusiva do Presidente da República. Diz o art. 1.º do Projeto de V. Ex.<sup>a</sup>:

Art. 1.º Com o objetivo de estimular trabalhos de pesquisa sobre a aplicação da energia nuclear para fins pacíficos, fica o Poder Executivo autorizado a instituir, em caráter permanente, os prêmios "Oswaldo Cruz", "Roberto Simonsen" e "Luiz de Queiroz", a serem conferidos aos autores dos melhores trabalhos sobre física nuclear aplicada, respectivamente, à Medicina, à indústria e à agricultura."

A instituição desses prêmios, obviamente, gera despesa. Então, o projeto de V. Ex.<sup>a</sup> não podia, realmente, atravessar o Rubicão constitucional. E devo salientar a V. Ex.<sup>a</sup>: com essa tese concordou o Líder do seu Partido, o eminente Senador Nelson Carneiro, que subscreveu tranqüilamente o parecer Helvidio Nunes, contrário à proposição, por sua manifesta, erguida e tropical inconstitucionalidade.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Agradeço a contribuição de V. Ex.<sup>a</sup>, mas é preciso retificar. O que se votou hoje foi uma emenda apresentada por nós e relatada na Comissão de Constituição e Justiça, depois de um debate neste plenário, onde sustentamos tese contrária à V. Ex.<sup>a</sup> O parecer foi assinado, aprovado pela Maioria, mas com o voto vencido do nobre Senador Nelson Carneiro. Não houve voto favorável mas, pelo contrário, voto vencido de S. Ex.<sup>a</sup> que, na sessão de hoje, reafirmou seu ponto-de-vista.

No entanto, mais do que esse ou aquele Senador, o projeto apenas au-

toriza o Executivo a instituir prêmios na sua programação. Já existem verbas no Orçamento destinadas à pesquisa. Apenas estabelecemos nova forma de prêmios: em lugar de se dar um prêmio isolado, que nada significa, estabelece-se que esse prêmio consistirá numa espécie de pensão a ser paga durante três anos, na importância igual a dez salários-mínimos, ao melhor trabalho, assim julgado pelo próprio Executivo.

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Pois não, nobre colega.

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> devia aconselhar-se com o eminente Senador Paulo Tôrres. O ilustre representante do Estado do Rio, de maneira muito hábil e, digamos assim, com certa convicção da Comissão de Constituição e Justiça, conseguiu conotar um projeto seu, logrando aprovação. S. Ex.<sup>a</sup>, como sempre interessado no desenvolvimento da Velha Província, apresentou projeto, estabelecendo que o Poder Executivo criaria um grupo-de-trabalho para fazer o levantamento sócio-econômico do Estado do Rio de Janeiro. E S. Ex.<sup>a</sup> ofereceu as sugestões necessárias à solução daqueles problemas. Então, o projeto foi aprovado no Senado e, parece, também na Câmara e creio que hoje é Lei. Então, se V. Ex.<sup>a</sup> tivesse apresentado um projeto dizendo que o Poder Executivo está autorizado a criar um grupo-de-trabalho para estudar a instituição de prêmios, talvez V. Ex.<sup>a</sup> lograsse êxito, como logrou o eminente Senador da gloriosa terra "papa-goiaba".

**O SR. FRANCO MONTORO** — Vê V. Ex.<sup>a</sup> que a interpretação do texto constitucional não pode ter a rigidez que V. Ex.<sup>a</sup> pretende. Não foi apenas esse projeto; houve outros projetos, aprovados aqui pela maioria imensa, aumentando despesas. Aliás, houve um da maior repercussão; aumentou-se o número de membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Colocaram-se mais quatro membros, membros que exercem uma atividade remunerada.

Aumentou ou não aumentou a despesa?!

**O Sr. Eurico Rezende** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Claro, estou perguntando!

**O Sr. Eurico Rezende** — Responderei tranqüilamente a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. FRANCO MONTORO** — Aumentou ou não a despesa?

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> há de convir que o contraditório democrático não se faz apenas com a mo-

notonia dos monossílabos "sim" ou "não".

**O SR. FRANCO MONTORO** — Mas há perguntas e respostas...

**O Sr. Eurico Rezende** — O projeto de V. Ex.<sup>a</sup> está em discussão...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não! Agora V. Ex.<sup>a</sup> está fugindo do problema. Fiz uma pergunta: aquele projeto aumentou ou não a despesa?

**O Sr. Eurico Rezende** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite explicar?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Permito, é claro. V. Ex.<sup>a</sup> tem o aparte. Apenas faço um apelo, para que não percamos tempo em discussão paralelas. Estamos discutindo somente o aumento de despesa.

**O Sr. Eurico Rezende** — Vejo que V. Ex.<sup>a</sup> está receoso da resposta.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não da fuga do problema. V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a liberdade. Pode responder ou não. Se V. Ex.<sup>a</sup> não o fizer, tirarei o seu aparte.

**O Sr. Eurico Rezende** — O eminente Senador Ruy Santos, e sobre quem recaiu e caiu o tornado da Jamaica, dos protestos, apresentou projeto de lei dando mais relevância e amplitude ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, órgão cuja criação foi recomendada pela Organização das Nações Unidas. Havia um dispositivo, aprovado realmente contra o meu voto aqui, no Senado, e aprovado na Câmara dos Deputados e depois remetido à sanção, aumentando o *jeton* dos membros do Conselho. O Senhor Presidente da República vetou esse dispositivo.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Este é outro problema. Não é o que levantei.

**O Sr. Eurico Rezende** — Chegarei ao outro ângulo.

O Presidente vetou. Por que vetou? — Primeiro, porque inconstitucional. Veio o veto. Tive até oportunidade de procurar o Sr. Ministro da Justiça e ponderar a S. Ex.<sup>a</sup> da necessidade do veto. Primeiro, porque era inconstitucional mesmo; e segundo, para não se dar munção à honrada Oposição em termos de precedente. Quanto ao aumento do número de conselheiros, realmente aumentou a despesa pública.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Agradeço a resposta de V. Ex.<sup>a</sup>

**O Sr. Eurico Rezende** — Aumentou o gasto. Mas há um decreto-lei, já de certa idade — embora os decretos-leis sejam ainda jovens no País — dando ao Presidente da República a faculdade de estabelecer o *jeton* de ór-



gãos colegiados. É um decreto de incidência genérica. E havia verba no Orçamento...

**O SR. FRANCO MONTORO** — Exatamente o caso do projeto. Há verba no Orçamento.

**O Sr. Eurico Rezende** — Não. Aqui, no caso desse prêmio objetivado pela proposição de V. Ex.<sup>a</sup>, teria que haver uma suplementação.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Não, pelo contrário! V. Ex.<sup>a</sup> não leu o parecer.

**O Sr. Eurico Rezende** — No caso do decreto-lei, já havia verba no Orçamento. O Sr. Presidente da República não necessitou de nenhuma suplementação orçamentária para contemplar o aumento do número de membros daquele colegiado. Vê-se, então, que V. Ex.<sup>a</sup> está confundindo alhos com bugalhos ou ainda, Antônio Germano com corpo humano.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Peço a atenção do nobre orador. Lembro a V. Ex.<sup>a</sup> que o nosso Regimento Interno não permite a discussão do vencido, não permite nem que se fale sobre o vencido. Além disso, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de apenas três minutos para terminar seu discurso.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Sr. Presidente, agradeço a advertência. Não estávamos discutindo o vencido, mas o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Houve ou não aumento de despesa? Houve.

**O Sr. Eurico Rezende** — Constitucional.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Houve aumento de despesa. Estava prevista a dotação no Orçamento. Esse, precisamente, o caso do projeto.

**O Sr. Eurico Rezende** — Não foi votado o Orçamento?

**O SR. FRANCO MONTORO** — O Orçamento foi votado, e o atual. Entre outros dispositivos, isso consta do parecer do nobre Senador Helvidio Nunes:

"É verdade que as dotações vinculadas às Pesquisas sobre aplicações de Radioisótopos na Agricultura, na Indústria e em Medicina e Biologia aparecem na lei orçamentária, mas com destino próprio, para aplicações em Programas de Trabalho previamente elaborados."

**O Sr. José Lindoso** — Permite V. um aparte?

**O SR. FRANCO MONTORO** — Com prazer.

**O Sr. José Lindoso** — V. Ex.<sup>a</sup> não pode comparar o caso do projeto que ampliou o número de membros do

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana com o projeto de V. Ex.<sup>a</sup>, o qual merece toda a simpatia nossa pela fundamentação e estímulo. V. Ex.<sup>a</sup> não está só extravasando o problema constitucional de despesa de Orçamento. V. Ex.<sup>a</sup> cria despesas por 3 anos...

**O Sr. Eurico Rezende** — Compromete o futuro.

**O Sr. José Lindoso** — V. Ex.<sup>a</sup> compromete o futuro, sem nenhuma estrutura. Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> vê, qual a dificuldade que teve a Comissão de Constituição e Justiça para agasalhar uma situação inteiramente extravagante. É o caso do Plurianual.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Vê V. Ex.<sup>a</sup> que o problema agora surge sob nova faceta: o Senhor Presidente proibiu. No entanto, se foi mencionado por uma parte, terei que responder de outra.

Surge uma nova irregularidade. Trata-se, agora, de um fato novo que não foi...

**O Sr. José Lindoso** — Novo e extravagante. São 3 anos de despesas.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Autoriza-se a concessão de um prêmio, que será pago em 3 anos, como se autoriza o contrato de um funcionário, que será pago o resto da vida. É comum em qualquer legislação. E, note-se: o projeto autorizava o Executivo a conceder o prêmio, para o qual ele tem verba, na programação de verba, na aplicação de verba. Apresentava-se uma sugestão que, tenho a certeza, será aplicada por ele, como foram outras matérias.

Sr. Presidente, há uma semana ou há um mês, apresentei um projeto, proibindo que se cobrasse a contribuição para a Previdência Social pelo trabalho gratuito prestado na construção de casas pelo sistema de mutirão. O projeto é, evidentemente, constitucional, legal, de interesse público, mas está caminhando pelas Comissões com dificuldade. Agora, pediu-se a audiência do Executivo. Contra o meu voto, foi aprovada.

Nos jornais de hoje, li que o Ministro do Trabalho acaba de baixar portaria, estabelecendo exatamente o que diz o nosso projeto.

**O Sr. José Lindoso** — Louve-se a função do debate no Congresso Nacional.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Trata-se de matéria cujo interesse público é reconhecido, que deveria ser disciplinado por lei, porque, amanhã, uma portaria será revogada por outra, e a lei passa pelo Parlamento. A matéria é de lei, é matéria que deve ser regulamentada. Estamos abrindo mão da nossa competência legislativa, e permitindo que o Executivo, através de portaria, de ordem de ser-

viço, altere lei, pois que lei complementar aprovada por esta Casa e relativa ao PIS acaba de ser alterada por uma portaria. Essa lei complementar manda que o trabalhador receba do PIS a correção monetária e juros.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — (Fazendo soar a campainha.) Lembro ao nobre orador que seu tempo está terminado.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Vou concluir, Sr. Presidente. Apenas para mostrar que está havendo uma inversão de poderes. Em lugar de legislarmos, são os órgãos subordinados que o fazem — porque o Executivo é órgão subordinado, a matéria legislativa é nossa e a ele, Executivo, cabe regulamentar ou baixar portaria nos termos da lei. Temos, agora, uma lei complementar, que trata o PIS, alterada por portaria de um órgão administrativo que decidiu, ao contrário do que determina a Lei Complementar que criou o PIS, que não será paga, este ano, aquela importância relativa a juros e à correção monetária.

Por quê? A matéria é justa, sim. Porque era ridículo movimentar seis ou oito milhões de trabalhadores, inscritos, para receber Cr\$ 8,00, quanto representa esse benefício social tão louvado. Era tão ridículo, que o Governo achou melhor, através de portaria, não pagar, deixar somar um pouco, para que apareça menos ridículo esse feito.

São aspectos, Sr. Presidente, que quero mencionar, para reivindicar nossa competência legislativa. Se o Governo achasse que o projeto envolveria sua competência ele poderia vetar e, depois, discutiríamos o veto.

Todos os dias estamos aprovando projetos que aumentam despesas, como, por exemplo, o referente ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. É inegável que ele aumentou a despesa. Declarou-o, expressa e lealmente — como não poderia deixar de ser — o nobre Senador Eurico Rezende. Aumentou-se o número de conselheiros e, conseqüentemente, a despesa. O projeto foi sancionado, nenhum veto incidiu sobre ele.

São dois pesos e duas medidas. Quando se trata de proposição de iniciativa do MDB, estabelecendo medidas do maior interesse para o desenvolvimento da tecnologia brasileira, é vetada sob o pretexto de que vai trazer pequeno aumento de despesa. Quando se tratou de matéria de interesse do Executivo, para diminuir talvez a competência daquele órgão, e que gerou o protesto de várias instituições e até o desligamento do MDB desse órgão, o aumento de despesa não foi causa da rejeição do projeto.

É apenas isso que eu gostaria de registrar, no uso da nossa faculdade de representante do povo de nossa terra. O exercício da função legislativa tem que ser preservado e cada uma das restrições a esse exercício tem que encontrar de nossa parte protesto respeitoso mas veemente.

Não é justo, não é constitucional, não é democrático, não atende aos interesses da normalização democrática de nossa terra. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo para a próxima a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação como conclusão de seu Parecer n.º 251, de 1972) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1972 (número 55-B/72, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, firmado em Brasília a 1.º de dezembro de 1971.

2

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação como conclusão de seu Parecer n.º 262, de 1972) do Projeto de Resolução n.º 36, de 1972, que autoriza a Prefeitura Municipal de Itajaí, Santa Catarina, a emitir obrigações destinadas a garantir e obter empréstimo junto à Caixa Econômica Federal.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 17 horas e 35 minutos.)

# ATA DAS COMISSÕES

## COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL ATA DA 6.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1972

As quinze horas do dia vinte e dois de junho de mil novecentos e setenta e dois, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Cattete Pinheiro, Presidente, Benedito Ferreira, José Augusto, Antônio Fernandes, Saldanha Derzi, Fernando Corrêa e Eurico Rezende, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Dinarte Mariz, Osires Teixeira, Heitor Dias e Adalberto Sena.

É lida e, sem debates, aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica à Comissão a presença do Sr. Gonçalves de Oliveira, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal, que fará uma ampla exposição sobre o problema jurídico das terras do Distrito Federal.

A seguir, o Senhor Senador Cattete Pinheiro concede a palavra ao Sr. Ministro que expõe amplamente, inclusive fazendo citações referentes as diversas constituições, sobre o problema das terras do Distrito Federal.

Durante a palestra, usam da palavra os Senhores Senadores Benedito Ferreira, José Augusto, Eurico Rezende, Saldanha Derzi e Antonio Fernandes.

Após a exposição do Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira, o Sr. Presidente comunica aos membros do órgão que a reunião terá prosseguimento tendo em vista existir na pauta, matéria em regime de urgência para ser apreciada, e determina a publicação das notas taquigráficas da reunião, em anexo a presente Ata.

**ANEXO A ATA DA 6.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL REUNIDA A FIM DE OUVIR A EXPOSIÇÃO DO SR. MINISTRO GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRE O PROBLEMA JURÍDICO DA POSSE DA TERRA NO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA ÀS 15 HORAS DO DIA 22 DE JUNHO DE 1972.**

**O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro)** — Está aberta a reunião. Tem por finalidade ouvir, pela gentileza e pelo alto espírito público de cooperação do Ministro Gonçalves de Oliveira, um depoimento de S. Ex.ª sobre problema da posse da terra no Distrito Federal, que vem sendo estudado por esta Comissão, à procura da solução jurídica que desejamos definir.

No tenho porque dizer ao Plenário desta Comissão do valor, dos altos méritos do Ministro Gonçalves de Oliveira. Todos nós o conhecemos e, estou certo, temos, sobre S. Ex.ª o mais alto julgamento da figura do ilustre brasileiro que vem até a nossa Comissão, no desejo de colaborar no trabalho a que nos entregamos.

Assim, Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira, saudando V. Ex.ª em nome da Comissão do Distrito Federal, transmito a palavra a V. Ex.ª para sua palestra ou suas informações.

**O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou muito grato às generosas palavras com que o preclaro Presidente desta Comissão se dirige ao modesto conferencista, digamos assim.

Devo dizer, antes de tudo, que para mim é uma honra comparecer a esta Comissão. Devo dizer, em seguida, que sou proprietário de terras aqui, em Brasília, e o sou desde 1962, por acaso. De sorte que qualquer título que tenha tido na minha carreira jurídica e judiciária, por isso mesmo, não tem, aqui, o valor de argumento de autoridade. Peço que apenas sejam levados em consideração, argumentos que eu tiver, informações que eu possa trazer a esta esclarecida Comissão do Distrito Federal.

A propósito das terras de Brasília, quando aqui chegamos o problema não existia, porque a lei que criou a NOVACAP expressamente determinou a desapropriação dessas terras. Era a Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956. Mas já antes disso o Estado de Goiás, ávido a trazer a Capital para o Planalto, baixara uma lei, no Governo do Dr. José Ludovico, preparando terreno para a implantação da Nova Capital, e esse ato legislativo já autorizando as desapropriações de terras em Brasília. A par disso, o Governo Federal também abriu créditos orçamentários para pagamento destas indenizações, e abril mediante lei expressa.

Nessa ocasião eu tinha a honra de ser Consultor Geral da República no Governo do Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, e o meu primeiro impulso como Consultor, foi não querer entregar ao Governo do Estado de Goiás o numerário necessário para essas desapropriações que a meu ver deveriam ser feitas pelo Governo Federal. Esse meu entendimento foi logo no início do Governo Juscelino Kubitschek, como se verifica em parecer que emiti sob o n.º 18, em 6-3-56, pareceres publicados em volumes oficiais da Consultoria Geral da República, vol. I, págs. 59/63 e, então, eu afirmava como Consultor Geral. Depois disso, o Governador do Estado de Goiás insistia para levantar a verba, e foi com cautelas que opinei pelo atendimento ao

Governo de Goiás, como se vê do meu Parecer n.º 20, de 6-3-56. Antes, o Consultor que me antecederia emérito constitucionalista que só após a aprovação do plano de desapropriação referido na Lei 1.803, de 5-1-53, art. 6.º, as desapropriações deveriam ser executadas. Themístocles Cavalcante, no Governo Café Filho, não teve qualquer dúvida em aconselhar a desapropriação (T. Cavalcanti, Pareceres do Consultor Geral, vol. I, 1955, pág. 33).

O certo, pois, o Dr. Themístocles Cavalcante deu parecer a respeito desta questão de terras e ele não pôs em dúvida que se deveria efetivar as desapropriações, como se verifica do volume II, de 1955. Pareceres do Consultor Geral da República, em que Sua Excelência invocava a Lei n.º 1.803, que mandava que se estudasse o local e o Congresso fixasse um plano de desapropriação de terras para a nova Capital. Eis as palavras de S. Ex.ª eminente constitucionalista, ex-Consultor Geral da República, ex-Procurador Geral da República, ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e comentador da nossa Constituição:

"Parece-me que a Lei 1.803, de 1953, marca a última fase do processo legislativo quanto à mudança da Capital, no que diz com a determinação da área de momento que a região foi escolhida e a determinação da área obedece a considerações apenas de ordem técnica, que escapam à alçada do Poder Legislativo. O importante foi fixar a região e esta o foi por ato do Congresso Nacional. Penso, por isso mesmo, que fixada a área e levado o laudo final da Comissão ao Presidente da República, só lhe resta homologar o laudo e decretar a desapropriação".

A sua execução, porém, depende de verba, de crédito próprio, e, assim a intervenção do Congresso seria necessária para fornecer os meios financeiros necessários à execução da medida. Com isto, o Poder Legislativo terá ocasião de julgar da conveniência e oportunidade da medida (Pareceres, vol. 2.º, p. 33).

Como se vê, não se pode criticar o Congresso quando abriu os créditos orçamentários. Fê-lo fazendo no parecer do emérito constitucionalista que, no Governo Café Filho, exercia o alto cargo de Consultor Geral da República. As verbas, com a inauguração de Brasília, ninguém punha em dúvida a propriedade privada na nova Capital. Aqui cheguei como Ministro do Supremo Tribunal Federal. Eu tinha tido causas relevantes no final da minha advocacia, como a desapropriação das ações do Banco Hipotecário, a questão de limites entre Minas e Espírito Santo. O Estado pagou-me, naquela oportunidade, bons honorários e, então, comprei aqui uma fazenda, coisa que nunca tinha visto na minha vida, com alguns companheiros que depois passaram parte dela para mim, fazenda que ainda hoje possuo.

Muita gente discute sobre propriedades de terras e fica na impressão de que se trata de negócio do outro mundo, que há ouro ou petróleo nas terras, mas o que eu sei é que em vez de eu comprar uma fazenda aqui, empregasse aquele dinheiro que eu havia ganho na advocacia, em aquisição de lotes urbanos eu não teria jamais nenhuma dívida, mas, sem dúvida estaria rico, bem rico.

Mas, no ponto de vista jurídico, o que é importante assinalar é que a Constituição de 1891, realmente, declarou que ficaria pertencendo à União, no Planalto Central, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados.

Art. 3.º: — "Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal. Efetuada a mudança da Capital o atual Distrito Federal passará a constituir-se um Estado."

Houve, então, realmente, dificuldades em fixar o que se entendia por Planalto Central. Era uma coisa muito vaga, mas de qualquer forma houve depois da Constituição uma demarcação aqui no Planalto Central de um sítio

onde seria fixada a Nova Capital. Certamente que os direitos dos proprietários seriam resguardados.

A Revolução de 30, revogou, porém, a Constituição. E, então, a Constituição de 34 já tratou do problema de modo completamente diferente. O dispositivo da Constituição de 34, a respeito da fixação da Capital no Planalto, é do seguinte teor:

Art. 4.º das Disposições Transitórias: — "Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma Comissão que sob as instruções do Governo procederá a estudos de várias localidades adequadas à instalação da Capital.

"Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará, sem perda de tempo, os providências necessárias à mudança.

Efetuada a mudança, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado."

Houve, a meu ver, abandono completo do disposto na Constituição de 1891. Abandonou-se a localização da Carta de 91, tudo ficava à mercê de uma nova escolha, como se vê do texto supra-transcrito.

Depois, veio a Constituição de 1937, completamente omissa a respeito. Não se falou em mudança da Capital. Todos sabemos que essa Constituição foi obra legislativa do Ministro Francisco Campos, contrário à mudança. Fui amigo, colega e advogado do Estado de Minas Gerais juntamente com o Ministro Francisco Campos. S. Ex.ª era meu amigo particular e, assim, posso declarar, perante esta Comissão, que ele era contrário à mudança da Capital da República. Por isso mesmo, a Constituição de 37 não tem uma palavra sequer sobre a mudança, no particular negando as aspirações dos goianos, dos mineiros, dos paulistas, enfim, da maioria do povo brasileiro.

A seguir, tivemos a Constituição de 1946.

Então, a Constituição tratou do assunto, e vejamos como ela se refere (art. 4.º das Disposições Transitórias):

"A Capital da União será transferida para o Planalto Central do Brasil."

"Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de 60 dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital."

"O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito em lei especial e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União."

Como vêem os Srs. Senadores, uma "lei especial estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União."

Então, daí, claramente se verifica que a área não estava incorporada. A "área a ser incorporada", diz o texto constitucional, uma "área a ser incorporada ao domínio da União", de acordo com a lei especial então prevista no texto constitucional.

Como essa lei especial incorporou essa área?

Nomearam uma comissão que escolheu um sítio aprovado pelo Poder Legislativo e a lei especial dispôs que essa área seria incorporada mediante desapropriação de terras, tal como dispuseram as Leis n.ºs 1.803, de 1953, e 2.874, de 1956.

Então, daí surge o seguinte: essas terras pertencem à União? É um problema que devo suscitar, logo de início, perante a douda Comissão.

Se essas terras pertencessem à União, não precisava de nomear uma comissão para delimitar uma "área a ser

incorporada ao domínio da União". Não precisava que uma comissão fosse estudar, nem dizer a Carta Política que o Presidente da República nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital". Com efeito, se já estivesse localizado o sítio da Nova Capital não havia problema nenhum, nenhuma providência teria que ser tomada por qualquer comissão.

Mas, haver-se-ia de se localizar no planalto central a nova Capital. Mas o que é planalto central? Devo recorrer à maior autoridade que é Luiz Cruls. Ele definiu o planalto central, no prefácio de seu livro "Planalto Central do Brasil", página 50:

"Vejamos, em primeiro lugar, qual o sentido das palavras do art. 3.º da Constituição, onde se encontra a expressão **planalto central do Brasil**. É evidente que por **planalto central** se deve entender a parte do planalto brasileiro mais central em relação ao centro do território, isto é, mais próximo deste. Esta é, indubitavelmente, a única interpretação exata da expressão **planalto central** que figura na Constituição. Admitindo isto, examinemos qual a figuração que apresenta o planalto brasileiro, cujas altitudes, segundo os geólogos mais autorizados, variam entre 300 e 1000 metros ou superior a 1000 metros. A única parte, porém, deste planalto, que nos interessa, é, evidentemente, a mais elevada, portanto, só trataremos daquela cuja altitude é de 1000 ou acima de 1000 metros.

Este planalto ocupa grande parte dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, parte menor do de Goiás, e entende-se, sob forma de faixas estreitas, uma na Bahia, a leste do Rio São Francisco, outra ao oeste deste mesmo rio, até os limites do Estado de Goiás com os do Maranhão e do Piauí, outra, finalmente, ao longo do litoral, em direção ao sul, até o Rio Grande. Eis, em traços largos, a configuração geral do planalto brasileiro que nos interessa diretamente."

Então, o planalto central a que a Constituição de 1891 se referia, era uma imensidão de terras deste Brasil de meu Deus. E, então, temos o planalto central a que se refere a Constituição de 1946:

"Art. 4.º A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1.º Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital."

De maneira que nós contamos com um enorme planalto central que seria a tarefa da Comissão segundo a Constituição e segundo a definição de planalto central do Brasil de Cruls. É o estudo a que se refere o § 2.º da Constituição de 1946. Então, nós temos que chegar à seguinte conclusão, a de que uma Constituição revoga a outra completamente.

O SR. BENEDITO FERREIRA: — Permite V. Ex.ª uma intervenção? (Assentimento do orador.) — Na verdade, uma Constituição revoga a outra; é ponto pacífico. Mas não revoga leis e decretos promulgados na vigência da Constituição anterior. Vale, então, lembrar que o Decreto n.º 4.484 de 18 de janeiro de 1922, do Presidente Epitácio Pessoa, que determinou o lançamento da pedra fundamental do Distrito Federal, estava em vigor à época da Constituição posterior. Logo, estava incorporado ao patrimônio da União, pacificamente, através do Decreto n.º 44/84.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Eu vou explicar a V. Ex.ª

Respeito muito sua autoridade e conheço até a opinião de V. Ex.ª publicada nos Anais desta Casa e em

vários jornais. Portanto sei da opinião de V. Ex.ª e a respeito profundamente. Mas, o que estou procurando mostrar na modesta palestra que eu tenho a honra de fazer perante esta Comissão, é que uma lei não é eterna. Uma lei revoga-se com outra lei.

Então, a Constituição que é a lei das leis, que é uma superlei, que é uma lei superior às leis ordinárias e se ela manda uma Comissão examinar um local para fixar um ponto central para que ele seja incorporado ao patrimônio nacional, quer dizer que a Constituição, a meu ver, respeitando a douda opinião de V. Ex.ª, ela revoga esse decreto do Governo anterior, do Governo da primeira República.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Se V. Ex.ª me permitisse, eu poderia lembrar o comentário de Pontes de Miranda.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Se V. Ex.ª for no sentido de autoridade, eu citarei a opinião de Orozimbo Nonato que foi Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, um dos mais preclaros e ilustres catedráticos de Direito Civil; se for no regime de autoridade, eu poderei citar a opinião de Vieira Ferreira, poderei citar a opinião de Clóvis, de José Frederico Marques, poderei citar, inclusive, a douda decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, no Mandado de Segurança n.º 179, onde, por 8 votos a 1, mandou registrar as terras da CIPLAN que, aliás, são limitrofes com a minha propriedade. Se essas terras fossem públicas, não seria necessária uma lei federal que criou a NOVACAP mandar desapropriar terras, porque a União desapropriar terras da União não faz sentido.

O SR. SENADOR — V. Ex.ª, então, chega à conclusão de que o Legislativo fez uma lei inóqua.

O SR. BENEDITO FERREIRA — A Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, aliás, apreciando projeto de lei de autoria de Anísio Rocha, manifestou-se pela inconstitucionalidade desse projeto exatamente porque versava sobre matéria já tratada por lei em vigor — que criava a NOVACAP — e que autorizava desapropriações.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — A douda e respeitável opinião de V. Ex.ª não fora a seguida por seus colegas parlamentares, nem da Câmara — nem do Senado, ao votarem as Leis n.ºs 1.803 e 1.874 de 1953 e 1956. Veja V. Ex.ª que os textos legais que fixavam a nova localização da Capital da República e que tratavam de desapropriações, a Lei n.º 1.803, diz expressamente no seu art. 3.º: "O Governo Federal tratará de um plano de desapropriações das terras para fixação da nova Capital."

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu, com as minhas limitações...

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Não. V. Ex.ª é muito modesto, nobre Senador.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Bondade de V. Ex.ª Mas, eu, com minhas limitações tenho estudado muito o assunto — a fixação — permita-me V. Ex.ª sem querer tumultuar, porque a participação de V. Ex.ª é bastante ilustrativa e vai me ajudar muito a chegar à conclusão que persigo, ou não, em outro local não alteraria essa propriedade, porque a Constituição de 1891, quando diz:

"fica pertencendo ao Governo, à União..." é porque não podia dizer: "continua pertencendo". porque essas terras, o que tem que se pressupor era ou que elas eram devolutas, ou eram pertencentes a particulares, por força de sesmarias confirmadas, ou ainda por algum título de venda, em conformidade com a lei 601.

De sorte que o fato de a lei dizer:

"fixará o local e desapropriará..."

não implica na renúncia da propriedade que a União manteve, quando pelo artigo 3.º manteve o domínio. No caso, transferiu para a União, se elas pertenciam ao Go-

verno Federal, e, no artigo 84, entregou as terras públicas dos limites dos Estados às respectivas províncias, transformadas em Estados.

De maneira que a lei 1.803 ou a lei 2.874, que criou a Novacap, essas leis, ao dizerem "desapropriará na fixação", é porque se o Congresso entendesse, se o próprio Governo da época entendesse, que o local adequado não seria esse que já estava demarcado, incorporado ao patrimônio da União, por força do artigo 4.484...

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Já estava demarcado o local?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Estava demarcado, a Comissão Cruls já havia demarcado e fixou o limite de 60 x 90 quilômetros. Para ser mais exato, 14.400 quilômetros quadrados.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Pediria aos nobres companheiros que ouvissemos, pelo menos, a conclusão das preliminares levantadas pelo Ministro Gonçalves de Oliveira para, depois, passar aos debates.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — A respeito da continuidade das leis, da permanência das Constituições, o Supremo Tribunal Federal, há cerca de quatro ou cinco anos, teve ensejo de tratar do assunto, numa representação de São Paulo. Havia na Constituição daquele Estado o Art. 187, que dizia:

"Continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis que explicitamente não contrariarem disposições desta Constituição."

Então, o Governo de São Paulo perante o Supremo Tribunal provocou o pronunciamento de inconstitucionalidade desse preceito e a Corte Suprema acolheu esta arguição seguindo o voto do Relator, eminente Ministro Djacir Falcão, no sentido de que um diploma substitui o outro. Está o acórdão publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência, vol. 46, pág. 473. Vejam-se as expressivas palavras do relator:

"A Constituição, na sua unidade orgânica suprime as normas consagradas na Constituição anterior. Apenas subsistem as regras ordinárias anteriores, que guardem compatibilidade com a Constituição que passa a vigor. Aqui faço minhas as palavras do Desembargador Oscar Tenório, ao dizer: "A Constituição, como lei orgânica, revoga todo o Direito Constitucional anterior. Indiferente qualquer apreciação sobre compatibilidade ou incompatibilidade de regra constitucional posterior com regra constitucional anterior"... De outra parte, é o Ministro Djacir Falcão quem diz, uma Constituição nova, como instrumento fundamental da estrutura jurídico-política do Estado ab-roga o diploma básico anterior. Ai um diploma integral substitui o outro na sua inteireza. Não há razão plausível para o artifício da desclassificação de uma regra constitucional para norma ordinária, subordinando-a ab-rogação ou derrogação pelo processo legislativo comum" (Rev. Trim. de Jurisp. vol 46, pág. 473/4).

A esse propósito há também o parecer do Professor José Frederico Marques, que é de uma grande clareza. Diz S. Ex.ª:

"Em primeiro lugar esse dispositivo constitucional de há muito foi revogado..."

É o da Constituição de 1891.

"...Nada menos de três Constituições foram promulgadas depois da Revolução de 1930, sem que em nenhuma se mantivesse o preceito contido no Art. 3.º da Primeira Carta Fundamental da República."

O que basta para que se dê como derogado o aludido cânone constitucional.

Quer dizer, eminente Senador Benedito Ferreira os textos são eternos.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não, eu antecipei o entendimento. Aliás não é meu mas dos ilustres colegas de V. Ex.ª

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Não, inclusive do Tribunal de Justiça...

O SR. BENEDITO FERREIRA — São aqueles nos quais, compulsando os comentaristas das Constituições, eu citaria os contemporâneos, inclusive da Constituição de 1891, Carlos Maximiliano, Barbalho, Ruy Barbosa, e, posteriormente, Pontes de Miranda, Fernando Mendes de Almeida, Eduardo Spinola, enfim uma série de juristas entendidos como respeitáveis e que entendem e doutrina-naram de que uma Constituição revoga a outra. Isto é pacífico. Mas não revoga as leis vigentes à época, desde que elas não contrariem o novo texto constitucional. É o que preceitua a Constituição de 91, no seu artigo 83: "São mantidas as leis do antigo regime desde que não contrariem o novo regime e a nova Constituição". São mais ou menos essas palavras do art. 81, da Constituição de 1891. Veja V. Ex.ª que aceito tranqüilamente essa assertiva que acaba de fazer, de que uma constituição revoga a outra. Ocorre que o Decreto 4.484, pelo menos até onde minha visão possa alcançar, não foi revogado. Essa é a afirmação que me traz Pontes de Miranda em meu socorro. Mas eu não quero privar os nobres colegas, e nem a mim da sapiência de V. Ex.ª que nos vai trazer muitas luzes sobre o problema.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Agradeço a V. Ex.ª Essa questão foi muito estudada pelo Desembargador Vieira Ferreira, a esse propósito. Mostrou que "fica pertencendo" — não significa propriedade, mas, jurisdição. E cita a propósito: O Acre pertence à União, mas, não se nega a propriedade privada no território; há jurisdição que era estadual, porque as terras devolutas pertenciam aos estados e passariam nesses 14 mil quilômetros para a União. Mas a União não receberia essas terras. Preste bem atenção, V. Ex.ª Não receberia essas terras sem tomar em consideração a propriedade privada. Mesmo porque a Constituição garantia o direito de propriedade que a lei ordinária demarcatória não poderia des-prezar.

Veja V. Ex.ª: naquele planalto central, enorme, se fixasse em São Paulo, em Uberaba, no Triângulo Mineiro a Capital da República. As terras de Uberaba seriam todas terras públicas? É evidente que não. O que as Constituições, como V. Ex.ª admite, uma revoga a outra, a última Constituição foi expressa, que a Comissão nomeada fixaria "um ponto central no planalto central" para nele ser localizada a Capital da República, "a ser incorporado, mediante lei especial, ao patrimônio da União. Vemos que não houve qualquer limitação quanto ao disposto na Constituição de 1891. Admitindo, como V. Ex.ª admite, que uma Constituição revoga a outra, pela Constituição de 1946 não havia nenhum ponto definitivamente fixado, V. Ex.ª vai me perdoar, a Constituição foi expressa no sentido de que o sítio da Nova Capital seria em um ponto a ser incorporado ao patrimônio da União. Quer dizer, então, que aquele ponto vigora? Não havia necessidade de nomear Comissão, para "em várias localidades" ser ele fixado.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não ficou explícita a renúncia daquele domínio.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Respeito muito a douda opinião de V. Ex.ª, mas vai me permitir que argumente com o próprio texto da Constituição: o Governo nomearia Comissão nesse grande Planalto Central, uma lei especial delimitaria o local a ser incorporado e o meio? Podia ser sem pagar coisa nenhuma? Não, porque no Brasil existe a propriedade privada garantida pela Constituição. Clóvis Bevilacqua a esse respeito tem uma lição, foi um

dos maiores juristas brasileiros, autor do Código Civil, ele nos comentários ao código Civil chegou a dizer que pertencia a União um ponto, esse quadrilátero, mas depois explicou; em parecer publicado no "Correio da Manhã" de 28-4-1928, mas sem prejuízo da propriedade privada:

"As terras do domínio particular, como as de que se ocupa a Consulta, têm de ser desapropriadas, quando se verificar o início dos trabalhos para a mudança da Capital. A Constituição não pretendeu, nem era possível pretender, confiscar terras particulares. A execução do que prescreve o art. 3.º se fará dentro das normas do direito, respeitada a propriedade, como preceitua o art. 77, § 17" (Essa citação consta da sentença de 15-12-71, do ilustre Juiz Irajá Pimentel, do Distrito Federal).

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não. O direito à indenização não tem sido negado no meu trabalho. Então, chegamos agora a um ponto de entendimento. Permitam-me os Srs. Senadores, as terras aqui cujo domínio oriundo de sesmarias confirmadas ou adquiridas por compra de acordo com a Lei n.º 601, que existissem aqui, teriam direito — e V. Ex.ª sabe disto — à indenização, como preceitua aí o nosso Código Civil.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — A indenização quinquenária não compreende... (apartes simultâneos).

O SR. BENEDITO FERREIRA — ...o período para requerer, para reivindicar esta indenização.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Mas, se ninguém tomou terra de ninguém aqui?!

O SR. BENEDITO FERREIRA — O domínio foi instalado quando se demarcou e quando aqui se lançou a pedra fundamental, isto em 1922. Contra a União seriam 20 anos e não 30 porque não se pode dizer que a União estava ausente. No caso, se ela estava presente seriam 20 anos. O que houve, lamentavelmente, foi que os proprietários com direitos legítimos e com títulos filiáveis (?) não reivindicaram estas indenizações.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — V. Ex.ª me perdoe, o usucapião é simplesmente declaratório de direito. Pode ser acolhido até em defesa, segundo todos os juristas e comentadores do nosso Código Civil. Não é a sentença que garante o usucapião, é a posse prolongada.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas só se constitui domínio depois da sentença declaratória.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Não. O usucapião subsiste. A sentença é apenas declaratória. O usucapião existe pela posse prolongada em 10 anos com o *animus domini* com a intenção do possuidor de ter a coisa como sua, o justo título e boa fé. Em 30 anos, mesmo sem o justo título de boa fé, que se presumem, aqueles que possuem o imóvel incontestavelmente adquirem a propriedade diz o art. 550 do Código Civil. Para não ser muito extenso, vou ler o que diz o Desembargador Vieira Ferreira a propósito desta questão:

"Fica pertencendo à União o Planalto Central uma zona de 14 mil 400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal."

E continua aí. "Esta área foi demarcada por uma Comissão Técnica nomeada pelo Governo da República no último decênio do século passado".

"CARLOS DE CARVALHO no art. 215 de sua Nova consolidação das Leis Civis inclui essa entre os bens públicos pertencentes à União, artigo reproduzido pelo 83 no Projeto do Código Civil da Comissão Revisora nomeada pelo Ministro da Justiça.

"Essa disposição, tendo persistido no art. 72 do Projeto da Câmara dos Deputados, foi por mim impugnada nos seguintes termos:

Art. 72. Suprima-se nele o n.º 1.

"Os bens pertencentes à União são públicos, art. 68 e os bens públicos podem ser de uso comum, especial ou dominicais, art. 69".

Em artigo que publiquei nesta Revista em 1926 escrevi sobre a situação jurídica atual das terras compreendidas nessa área:

"Há uma questão jurídica de ordem constitucional muito importante. Se as terras do novo distrito são devolutas, entendem-se reservadas para a União pelo art. 3.º pelos próprios termos do art. 64 da Constituição, que só transferiu para os Estados as terras devolutas situadas no seu território."

"Se já estavam incorporadas ao domínio particular, devem ser desapropriadas para os fins de que se trata."

O SR. BENEDITO FERREIRA — Se estivessem incorporadas. Concorro plenamente com V. Exa.

O SR. MINISTRO GONÇALVES DE OLIVEIRA — Se estivessem no domínio particular.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Sim, no domínio com títulos legítimos. Sesmarias confirmadas, adquiridas de conformidade com a Lei n.º 601.

O SR. MINISTRO GONÇALVES DE OLIVEIRA — Sesmarias com registros próprios.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Registro paroquial?

O SR. MINISTRO GONÇALVES DE OLIVEIRA — Somos um país novo. Se fizermos pesquisa muito grande, aí vamos à época de Pedro Álvares Cabral. Dou meu testemunho porque meu pai foi advogado, juntamente com o pai do nobre Senador José Augusto, aqui presente, no interior de Minas. Esse problema nunca existiu em nosso Estado. Faziam-se inventários. Não havia título de terra. Então, dizia o advogado: as terras foram adquiridas antes do Código Civil. Assim os formais de partilha eram inscritos no Registro de Imóveis. Repito: dou meu testemunho, pois comecei a trabalhar, aos 11 anos, no escritório de meu pai. Em Minas sempre foi assim. Nunca se exigiu. As terras no Brasil não valiam quase nada. Tenho um livro a respeito do assunto muito ilustrativo Belmont, "No Tempo dos Bandeirantes", publicado em 2.ª edição em 1939, editado pela Cia. Editora Nacional, que contém um depoimento a este respeito, do valor das terras de então, no coração da cidade de São Paulo, no tempo do Brasil colonial:

"As terras e chãos que todos possuem, geralmente quase nada valem. Há imensas extensões de glebas que valem menos que uma espingarda. E as casas de taipais sofrem, nos inventários, avaliações humilhantes. A casa terreira, de dois lanços, que a viúva de Manuel João Branco doa ao padre João Mendes, avalia-se em trinta mil reis. Uma casa do mesmo Manuel João Branco, defronte da igreja da Matriz, são avaliadas no fim da primeira metade do século passado, em vinte mil reis — preço de um vestido comum.

"Miguel Garcia Velho possui duas casas na vila, de quatro lanços cada uma e aluga-as a Gaspar Vaz. Por quanto? Pataca e meia. Isto é 800 reis mensais! Um tachinho de cobre custa mais. Oitocentos reis em pleno centro da Vila.

"Os sítios também não valem muito. A roça de Messia Bicudo, falecido em 1632, no Ipiranga, avalia-se em vinte mil reis. Os sítios só valem pelas plantações que nele existem, pois o chão, própria-



mente dito, anda sempre muito por baixo... Em pleno perímetro urbano, dentro do termo da vila, uma braça de terreno custa duas patacas. Seiscientos e quarenta reis por dois metros lineares em pleno Triângulo e com certeza muita gente havia de chamar contra a exorbitância" (ob., cit., 2.ª ed., 1939, pág. 104/5).

Ainda hoje, as terras constituem-se em um trabalho insano para os seus pobres proprietários, explorados por juros extorsivos. O campo a sustentar a cidade.

De sorte que muita gente pensa que ser proprietário de terra é maná do céu. É uma trabalhadeira medonha, com um gasto permanente. Eu fiquei mais pobre comprando fazenda, para usar da franqueza. Mas isto não vem ao caso.

O caso é que havia, no Brasil imperial, as terras como coisa que qualquer um poderia adquirir, por sesmarias, pela posse, e veio a lei da discriminação — Lei n.º 601, de 1950 — e veio o regulamento que mandou que os ocupantes denunciassem perante o vigário as posses. Daí essas posses ficaram sendo o começo, o germe de propriedade. Qualquer possuidor — aí é importante assinalar — pela posse prolongada adquire pela discriminação, pela denúncia da posse perante o pároco encarregado de tomar as declarações de posse e determinar providências ulteriores.

A Fazenda nunca contestou essas posses em parte nenhuma. Aí começou, então, o direito de propriedade, pelo menos o usucapião. O possuidor é que não pode ficar responsabilizado pela inércia do pároco.

O SR. BENEDITO FERREIRA — O art. 94 diz isso textualmente.

O SR. MINISTRO GONÇALVES DE OLIVEIRA — O art. 94, segundo o entendimento, como tenho cópias de alguns casos no Estado de São Paulo, diz que não poderia ser denegado o alegado registro paroquial, mas, isto, de um particular contra o outro.

Mas, em relação ao Governo Imperial, que mandou fazer denúncia de posse, a declaração teria que ter valor. Se ele não contestou essa posse, daí começou um germe de propriedade, evidentemente porque todas as propriedades do Brasil e de qualquer parte surgiram daí. Não é só no Distrito Federal. É de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, de todas as partes. Aqui no Distrito Federal não tem nada diferente de lugar nenhum porque também aqui, no sítio onde se encontra a Capital começou com a declaração desses posseiros, nunca contestada pelo Governo Imperial nem pela União Federal. Teve início então uma propriedade privada legítima. Acontece mais o seguinte: Realmente o regulamento da Lei n.º 601 tratava da regularização dessas terras. Mas o particular não tinha meios para movimentar a máquina administrativa no Império, no Rio de Janeiro, onde se ia a cavalo e se demorava dois meses, para mandar que no livro da Diretoria de Terras fossem inscritas essas terras. Os empregados, para esse encargo, eram públicos, não eram empregados desses pobres posseiros. Eles fizeram o que estava ao seu alcance, de acordo com a lei. Eles declararam a terra. Agora, se o Governo nunca impugnou essas declarações de terras e se o pároco e servidores não tomaram as providências complementares, a culpa é do Governo Imperial e do Governo Federal. Não vamos debitar essa inércia aos pobres posseiros, desbravadores dos sertões, principalmente dos sertões de Goiás. E sabe V. Ex.ª, que é Senador por Goiás, que Goiás nunca teve livro de Diretorias de Terras.

Eu tenho aqui uma sentença proferida pelo eminente Juiz Irajá Pimentel, da Justiça do Distrito Federal, onde S. Ex.ª declara expressamente baseado em informações do Estado de Goiás, que nunca teve o Estado livro de Diretorias de Terras, para nele serem inscritos

aqueles registros paroquiais. Agora, isto é culpa dos posseiros? Vamos debitar, a essa inércia, a essa altura, aos posseiros?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Eu tenho aqui um acórdão do Supremo que foi relatado pelo eminente Ministro Aliomar Baleeiro, de 23 de agosto de 1966, Recurso Extraordinário n.º 49.158, oriundo da Comarca de Uruaçu, sendo recorrente o Estado de Goiás, onde o Supremo concluiu que o registro paroquial não confere direito algum especial, mesmo o de domínio.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Talvez somente a invocação do registro paroquial contra terceiro, mas vale contra o domínio público como decidiu o Tribunal de São Paulo, na Apelação Cível n.º 15.758 julgada em 23-9-1942, relator Pedro Chaves, onde se decidiu: "A Fazenda do Estado se tem insurgido contra esses registros e o juiz negou a ele qualquer efeito por não lhe ter seguido o processo de legitimação. Alega-se que o registro paroquial foi instituído para fins estatísticos e, assim não faz prova de posse e menos ainda de domínio. A alegação até certo ponto é verdadeira, mas, cumpre considerar que o legislador não iria se preocupar com inutilidades e que as estatísticas não são coisas inúteis. O que a Nação desejava, por meio das declarações de posses, era um verdadeiro levantamento para verificar quais as terras possuídas por particulares e quais as não possuídas. A explicação foi dada pelo Prof. Francisco Morato. Em desuso as concessões de sesmarias, nos primórdios do Império, os desbravadores iam ocupando as terras e dessa ocupação resultavam vultosos reflexos patrimoniais que cumpria acautelar. Foi daí que o legislador imperial, querendo por um paradeiro a essas ocupações primárias, criou o registro paroquial, proibiu novas ocupações e proclamou o domínio da Nação sobre as terras não ocupadas. Das ocupadas a Nação abriu mão delas, as não ocupadas não mais o poderiam ser pelos particulares". E assim terminou o julgado: "Assim, o registro paroquial não é na verdade um título de domínio contra particulares, mas produz efeito contra o Estado que sucedeu a Nação no domínio das terras devolutas, porque a Nação permitindo o registro e não impugnando as posses registradas, de antemão se declarara satisfeita com o domínio das terras cuja ocupação não fosse declarada terras devolutas nos termos da Lei n.º 601, de 1950 e seu Regulamento n.º 1.318, de 30-1-1854".

Depois do registro paroquial deu-se a morte dos ocupantes, fizeram-se inventários e muitas divisões e demarcações. Daí a minha opinião sobre o assunto. É que essas divisões e demarcações são atributivas de propriedade, essas divisões e demarcações, que se seguiram à denúncia do registro paroquial constituem um germe da propriedade privada. Esses posseiros não estão vivendo até hoje, se estivessem teriam mais de 120 anos. Eles morreram e fizeram-se os inventários, fizeram-se as partilhas, fizeram-se divisões e demarcações. Divisões e demarcações não têm valor atributivo de propriedade? Pergunto a V. Ex.ª que está me contestando. Têm.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não estou contestando, estou aprendendo com V. Ex.ª.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Trago aqui um Acórdão do Supremo Tribunal Federal, que assinala uma discussão havida no Rio de Janeiro, quando o Supremo Tribunal Federal tinha a sua sede naquela cidade, uma discussão muito brilhante entre Artur Ribeiro e Costa Manso. O processo veio ao Supremo Tribunal Federal aqui em Brasília e tenho aqui comigo a certidão de Acórdão. É o Acórdão da Apelação Cível n.º 9.601, do Paraná, onde a Justiça Federal queria tornar inválidos processos divísórios feitos na justiça local por circunstâncias quaisquer. (Diário da Justiça de 5-3-64, Apenso n.º 41, págs. 9 e segs.)

O Ministro Vitor Nunes tomou o partido do Ministro Artur Ribeiro de Oliveira e o Ministro Pedro Chaves de-

fendeu a opinião de Carvalho Mourão. Então, ele concluiu que as divisões de terra são atributivas de propriedade. Por que? Por que alguém pode requerer uma divisão de terra, algum advogado pode requerer uma divisão de terra juntando apenas uma procuração? Não, ele tem que juntar a procuração alguma coisa a mais. Ele tem que juntar o título dominical. Então, o juiz, na primeira fase do processo divisório, se não houve contestação, julga da propriedade ou, então, na segunda fase o agrimensor apura os títulos. Os títulos são dominicais e dá os quinhões. Esses quinhões são registrados no Registro de Imóveis, importando, portanto, em propriedade.

Esse acórdão do Supremo Tribunal Federal na Apelação cível n.º 9.601, em 7 de julho de 1963, relatado pelo Ministro Pedro Chaves teve, então, a minha expressa concordância como Ministro do Supremo Tribunal, chegando então a mesma conclusão de Sua Excelência. Minha modesta opinião foi então decisiva e foi corroborada, recentemente, pelo Supremo Tribunal Federal, no acórdão que se encontra na Revista Trimestral de Jurisprudência, volume 59, página 170, Recurso Ext.º n.º 71.099 e o acórdão é da lavra de um dos maiores processualistas que, por pesar nosso, deixa, agora, por aposentadoria o Supremo Tribunal, antigo catedrático de Direito do Processo Civil da gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo, Sr. Ministro Amaral Santos, S. Ex.ª diz expressamente no seu voto:

"As ações divisórias, ainda que consideradas meramente declaratórias à vista do art. 631 do C. Civil, nem por isso deixam de fazer coisa julgada".

E diz o eminente relator, em seu voto, que neste sentido e a jurisprudência do Supremo Tribunal (R.T.J. 59/170).

Ante o exposto, quero chegar a essa conclusão: aqueles títulos paroquiais seguidos de posse e, seguidos de posse de um Formal de Partilha e de uma divisão de terras, esses títulos traduzem direito de propriedade completamente.

A minha opinião é essa.

Aqui, no Distrito Federal, todas as terras em que houvesse declaração de Registro Paroquial — e quase todas elas têm, aqui, registro paroquial. O Cartório de Joaquim Gilberto, em Luziânia, tem a relação das fazendas do Distrito Federal com Registro Paroquial.

Esses registros paroquiais, essas fazendas, seguidas delas as divisões e demarcações homologadas e julgadas pelos juizes de Formosa ou de Luziânia, fazem coisa julgada, são título de propriedade.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Perfeito. Sempre sustento que o registro paroquial desacompanhado de uma outra forma de domínio, ele constitui, segundo José Frederico Marques, quando muito o ânimo de possuir. Mas, quando é transitado em julgado, não se discute, é pacífico.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Então veja V. Ex.ª, não estamos longe de chegarmos a um acordo. Estou de acordo em que a simples declaração de registro paroquial para justificar uma propriedade, não a justifica. Mas, se ela seguir uma prova de posse por mais de 20 anos, ou se a ela houver seguido uma divisão ou uma demarcação julgada por juiz togado, ela é como um título legítimo de propriedade.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Gostaria de lembrar a V. Ex.ª com a permissão dos colegas e do Sr. Presidente, pois sei que estou tumultuando, mas o assunto me apalxona de maneira tal que...

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Permita-me V. Ex.ª lembrá-lo que o Ministro Gonçalves de Oliveira tem mais 15 minutos para concluir. De modo que se V. Ex.ª julgar interessante, ele poderia concluir e depois abríamos os debates.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Tenho grande interesse até em que V. Ex.ª prorrogasse, com meu compromisso solene de não tumultuar mais para que o Sr. Ministro pudesse desenvolver a exposição que está fazendo, porque, na verdade, sei que até aqui tenho tumultuado.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Houve no Código Civil uma tentativa de colocar o quadrilátero Cruls como terras de propriedade privada da União. O desembargador Vieira Ferreira apresentou emenda suprimindo este dispositivo, que ficou supresso no Código Civil, atendendo às ditas ponderações de S. Ex.ª e que acabei de ler e estão transcritas na Revista Crítica Judiciária, de julho de 1928, Volume 8.º, n.º 1, onde diz que por iniciativa dele desapareceu do projeto do Código Civil.

Então, a conclusão a que se chega é que mesmo na vigência da Constituição de 1891 não se quis tomar uma propriedade privada. O desembargador Vieira Ferreira, nos vários pareceres que emitiu sobre a questão, assim também o Prof. Frederico Marques e o Ministro Orozimbo Nonato, em brilhante parecer, a propósito, e que foi publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência de abril e julho de 1966, todos eles são nesse sentido: "O fica pertencendo" da Carta de 91 não quer dizer propriedade privada. Quer dizer, as terras do Acre são da União, o mesmo acontecendo com as da Ilha de Fernando de Noronha, etc. Este fica pertencendo, na Constituição de 1891, não significa expressão de propriedade privada, mas, jurisdição. Não tem o sentido de suprimir a propriedade privada nesse Quadrilátero de Cruls mas que as terras ali situadas ficariam sob jurisdição da União. Agora, as terras devolutas que ali tivessem os Estados, estas sim, passariam para a União.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Queria que V. Ex.ª me permitisse. A União deu, na Constituição, art. 64; e no art. 3.º reservou para si.

O SR. MINISTRO GONÇALVES DE OLIVEIRA — Reservou sim, mas não demarcou. Poderia ter demarcado em Minas, em São Paulo ou no Rio. Então, o Estado de Goiás só teria perdido...

O SR. BENEDITO FERREIRA — (Fora do Microfone.)

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Não, a Carta de 91 não demarcou. V. Ex.ª mesmo informa. Só veio a ser delimitado em 1894. Ai, então, como estava dizendo, e estava dizendo certo, os Estados, ou algum Estado havia perdido terra devoluta para a União. Agora, quanto aos particulares, dou a palavra a Clóvis Bevilacqua para responder. O que diz a respeito do assunto? Diz o seguinte parecer de Clóvis Bevilacqua:

"Em resumo entendo que a Constituição, no artigo 3.º, declarou reservados para a Capital Federal 14.400 quilômetros quadrados no planalto central do País; que feita a demarcação, estão localizados, esses 14.400 quilômetros quadrados, e, conseqüentemente, desde então:

a) As terras devolutas da zona demarcada entraram para o patrimônio da União, destinadas ao fim declarado na Constituição.

b) E as terras do domínio particular, como as de que se ocupa a consulta, têm de ser desapropriadas, quando se verificar o início dos trabalhos para a mudança da Capital."

Quer dizer, os legisladores de 1956 não foram arbitrários; não quiseram dar dádivas, não quiseram premiar os posseiros aqui de Brasília: seguiram a opinião de Clóvis Bevilacqua, em 1891, e as terras de domínio particular teriam de ser desapropriadas quando se verificar o início dos trabalhos para a mudança da Capital. E assim dispuseram as Leis n.ºs 1.803 e 1.874.

A Constituição não pretende, nem era possível pretender, confiscar as terras particulares. A execução do

que prescreve o seu Art. 3.º ficará dentro das normas de Direito, respeitada a propriedade como preceituava o Art. 77, § 17:

"A indenização será pelo valor das terras, ao tempo da desapropriação, salvo o acréscimo que alguém queira, resultante de alterações diretamente feitas para o fim de aumentar o preço dessa mesma demarcação." Rio de Janeiro, 10 de junho de 1925, Clovis Bevilacqua — Correio da Manhã, de 22 de abril de 1928."

Quer dizer, então, que nem Clovis Bevilacqua...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Entendi, então, que pelo Art. 3.º as terras devolutas estavam pertencendo...

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Isto não tem a menor dúvida, as terras devolutas. Isto que V. Ex.ª procura sustentar, Senador Benedito Ferreira, é que todo o quadrilátero pertença à União, mas, respeitada a propriedade privada. Todo o quadrilátero pertenceria à União se todas as terras do quadrilátero fossem terras públicas, mas aquelas terras de propriedade privada que estivessem no quadrilátero Cruls se o Governo quisesse ele poderia desapropriá-las, como entendiam os colegas de V. Ex.ª em 1956, que assim decidiram, fazendo a Lei n.º 1.803, em que diz que a União deveria estabelecer plano de desapropriação dessas terras, como também determinou a Lei da NOVACAP, Lei n.º 1.874, mandando expressamente desapropriar as terras existentes aqui no Distrito Federal. E, por isso, foram votados créditos que foram entregues à Comissão José Ludovico, de Goiás, para comprar terras aqui no Distrito Federal. Então eu chego à seguinte conclusão: O Distrito Federal é de 5.814 Km², equivalentes a 119.408 alqueires geométricos. Desse total a NOVACAP desapropriou, nos termos da Lei n.º 2.874, de 1956, mais de 68.645 alqueires. Então, d'agora em diante não vai desapropriar mais? Não vai pagar a mais ninguém; passou a ser tudo público?! Então, seria um País de balburdia este.

O SR. HEITOR DIAS (Sem microfone) .....

..... no caso, a propriedade teria que ser examinada sob dois aspectos, a meu ver: ou ela seria na verdade uma propriedade privada ou estaria ligada a enfiouse. Em qualquer das hipóteses, o governo teria que respeitar esta situação, evidentemente, como V. Ex.ª acaba de expor. Se o governo quisesse, teria que desapropriar para esse ou aquele fim, mas teria que reconhecer o domínio, em favor de quem o obtivesse na ocasião. A exposição de V. Ex.ª me parece perfeitamente clara.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — No Planalto Central, essa imensidade de terras, que tive ensejo de mostrar, colhendo a opinião de Cruls a esse respeito, e podia a Comissão nomeada fixar o sítio da Nova Capital em quaisquer daqueles lugares.

Ao Supremo Tribunal Federal tive ensejo de submeter a questão de terras. O tribunal não entrou no mérito da questão. O advogado da Prefeitura disse que ganharia a causa, mas chegou na hora, a Corte unanimemente, não conheceu do recurso como se verifica do Recurso Extraordinário n.º 71.385. Também no RE n.º 71.079 o Supremo não admitiu o recurso, quando a União propôs ação expropriatória e depois entendeu que as terras eram públicas. Nesse feito, foi condenada a indenizar o proprietário.

Com efeito se a Capital da República fosse fixada em Uberaba, em Uberlândia em Tupaciguara, como queria Juscelino Kubitschek, os proprietários de lá perderiam as suas propriedades e os daqui ficariam donos das terras. Tenho um vizinho, um pobre homem que trabalha há mais de 30 anos, e, então, só porque a cidade foi aqui fixada ele perderia a sua fazenda por esse motivo? No julgamento do Recurso Extraordinário n.º 71.385, o emi-

nente Ministro Barros Monteiro declarou: "E se fixasse em São Paulo a nova Capital, que também faz parte do Planalto Central, segundo Cruls, então aquelas terras tornar-se-iam públicas?"

Essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

Fico sumamente honrado com o convite para comparecer a esta comissão e, nessa sobretarde da minha existência eu me lembrarei sempre da honra de comparecer ao Senado, nesta douda Comissão de especialistas, presidida por V. Ex.ª, que tanto tem enobrecido o Brasil, nos altos cargos que tem ocupado. Tenho dito.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente desejo esclarecer um ponto: V. Ex.ª consignou nova reunião às 17 horas?

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Não, nobre Senador. Está marcada para as 15 horas.

O SR. EURICO REZENDE — Peço perdão pelo engano.

Sr. Presidente, estou muito interessado na matéria, tanto que trouxe um vasto material aqui, inclusive certidões que obtive. Como Relator, naturalmente vou consultar as notas taquigráficas...

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Tomamos precauções.

O SR. EURICO REZENDE — Gostaria, Sr. Presidente, de fazer duas perguntas ao eminente Ministro Gonçalves de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Permita-me, nobre Senador Eurico Rezende, apenas para ordenação dos nossos trabalhos, que informe a V. Ex.ª que, inclusive, tomamos a precaução de gravar a palestra para, posteriormente, submetermos à revisão do Ministro Gonçalves de Oliveira a fim de distribuirmos a todos os Srs. Membros desta Comissão.

Vamos passar, agora, ao período de perguntas. Com a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Ministro a presença e, sobretudo, a densidade cultural do seu comparecimento à nossa Comissão pode se constituir num instrumento vigoroso para o esclarecimento destas questões. Como tenho acentuado para meus eminentes colegas foi a tarefa mais importante que veio à agenda dos trabalhos desta Comissão do Distrito Federal em todo esse tempo porque além de envolver interpretação jurídica e, no dorso da história constitucional do País, tem atrás de si a imagem de uma questão social aqui no Distrito Federal. Então, gostaria, como Relator, da matéria, fazer duas perguntas a V. Ex.ª. A primeira: a União tem o domínio privado dos quilômetros quadrados referidos no Art. 3.º da Constituição de 1891? O aludido art. 3.º está revogado?

É uma pergunta só com duas interrogações.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — É o seguinte: o domínio privado, quanto a ele, já tive o ensejo de procurar esclarecer nas considerações que tive a honra de emitir perante essa douda Comissão. O Desembargador Vieira Ferreira nos pareceres publicados em 1925, procurou definir "esse fica pertencendo" da Carta de 91, não no sentido de propriedade privada, mas no domínio imamente como consta do parecer de José Frederico Marques na passagem, que tive a honra de ler à douda Comissão. "Fica pertencendo" quer dizer fica sob a jurisdição do Governo, sob a jurisdição da União, mesmo porque esse quadrilátero não estava demarcado. "Fica pertencendo" não é portanto uma propriedade privada, dominical decorrente de preceito constitucional. Seria decorrência de um dispositivo de lei ordinária porque a Constituição não demarcou, determinou que a comissão demarcasse, porque a Constituição que podia derogar o direito de propriedade e ela não o derogou. Ela passou essa tarefa

para a lei ordinária para que a lei ordinária delimitasse. A lei ordinária não poderia delimitar sem respeitar a propriedade privada que estava garantida pela Constituição, no seu art. 72, que diz nas Garantias Individuais: "É garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude. Então, a lei ordinária, que ia delimitar o sítio de 14.400 metros quadrados, era legislação de ordem secundária em relação à Constituição e não teria portanto a força de revogar o dispositivo desta mesma Constituição, que garante o direito de propriedade. Então, como procurei esclarecer no correr da minha palestra, a Constituição de 1891 foi revogada pela Revolução de 30, expressamente revogada. Veio a Constituição de 34 e lá não estampou o mesmo dispositivo. Por que não estampou? Porque optou por outro critério. Deixou de lado essa questão de sítio demarcado no planalto central que é uma imensidade de terra no centro do País. Ela determinou que uma comissão nomeada pelo Governo fixasse um ponto, marcaria esse ponto a ser incorporado ao Patrimônio da União. No dizer, local "a ser incorporado". a Constituição de 1946 revogou qualquer lei ordinária a respeito do assunto, me parece de uma clareza meridiana. Porque se quisesse a Constituição de 1934 ou a 1946 (a de 37 foi omissa a esse respeito) se se quisesse que aqueles 14 mil e 400 metros quadrados, como propriedade privada, a Constituição teria garantido esse sítio expressamente no domínio nacional. Mas, não só a Constituição assim não dispôs como não dispuseram a Constituição de 1967 nem a de 69. Assim, de acordo com a opinião de Clóvis Bevilacqua, Vieira Ferreira, Linhares Lacerda, José Frederico Marques, Orozimbo Nonato e tantos outros que opinaram sobre essa questão, a conclusão foi esta: as terras de Brasília podem ser desapropriadas, mediante indenizações, como dispuseram as leis de 1803 e 1874.

O SR. EURICO REZENDE — A segunda pergunta, só para encerrar, aliás, está praticamente prejudicada pelas referências que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de fazer. Mas, por uma questão de ordenamento então, eu perguntaria a V. Ex.<sup>a</sup> se V. Ex.<sup>a</sup> subscreve, integralmente, as conclusões dos Pareceres do Dr. Linhares de Lacerda (de 29 de agosto de 1968), do Ministro Orozimbo Nonato, de 1965...

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Notáveis pareceres com os quais estou de pleno acordo.

O SR. EURICO REZENDE — ... do Professor José Frederico Marques, de 1966. E, finalmente, qual a repercussão que V. Ex.<sup>a</sup> aceita da Constituição de Goiás, neste problema? Porque a Constituição de Goiás, parece que legitimou a posse dessas terras e expediu os respectivos títulos.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Eu acho que a Constituição de Goiás, assim em estabelecendo, estabeleceu uma norma que se conforma com o nosso Direito.

Essas ações devolutórias, discriminatórias, de terras, houve em vários Estados: São Paulo. Porque, essa questão, não é só questão daqui, porque é a mesma dos outros Estados.

O nascimento da propriedade privada no Brasil, não é diferentemente, nos vários Estados da Federação, nem em Brasília.

Tenho a impressão de que nunca foi escopo do Legislativo nem do Executivo, em nenhuma época, tomar a propriedade privada de quem quer. E devo registrar com satisfação: estamos num Governo Revolucionário. Se o Governo Revolucionário entendesse que essas terras aqui eram públicas, teria inserido dispositivo nesse sentido nos atos institucionais e nas Constituições de 67 e 69. E o Legislativo também teria tomado a iniciativa de assim fazer. Surgiram dúvidas a respeito da questão no Judiciário. Mas, o Legislativo e o Executivo nunca quiseram tomar as terras, desapropriar sem indenização essas terras de Brasília. A NOVACAP, dos 119.000 alqueires

de terras que constitui o Distrito Federal já desapropriou, mediante pagamento, 68.000 e tantos alqueires. Quer dizer, ela também entende que é preciso desapropriar as terras de propriedade privada. Se as quer no seu domínio. Então, até agora, dois terços das terras foram desapropriadas, pagas. O restante, ficar sem receber indenização, seria uma gravíssima injustiça.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente agradeço ao Sr. Ministro a honra da resposta, sobretudo dos esclarecimentos.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Queria que me permitisse ainda acrescentar o seguinte: o regime de chácaras por arrendamento no Distrito Federal e completamente contrário ao progresso do Distrito Federal, porque sem garantia do direito de propriedade ninguém tem investido eficazmente nesta região. É preciso que se garanta a propriedade, para que ela possa ser objeto de hipotecas rurais para fins de colher dinheiro necessário para o desenvolvimento da pecuária e da agricultura neste Planalto onde temos a "Capital da Esperança".

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Ministro Gonçalves de Oliveira, só agora, com a minha vinda ao Senado e o fato de pertencer a esta Comissão, é que vim a ter conhecimento de que haja dificuldades no Distrito Federal no tocante às terras aqui existentes. Tenho impressão de que o entendimento do assunto melhor se faz se o considerarmos a partir do descobrimento — como V. Ex.<sup>a</sup> já citou — de Pedro Álvares Cabral.

Uma vez descobertas as terras do Brasil, ficaram pertencendo à Coroa portuguesa. Nesse período foram concedidas as sesmarias, forma pela qual o rei oferecia aos particulares o domínio das terras, a propriedade das terras. No período imperial as sesmarias ficaram sujeitas a uma série de formalidades legais, para que tivessem continuidade e pudessem chegar aos descendentes dos que as receberam em primeira mão. Proclamada a República, todas as terras do domínio da Coroa passaram para a União que, ao elaborar a Constituição de 1891, reservou para si determinadas terras e transferiu outras para o domínio dos Estados, certamente sem prejuízo das que já se encontram sob domínio particular, em razão das sesmarias concedidas e devidamente regularizadas. Se a Constituição de 1891 ao estabelecer o Distrito Federal o tivesse demarcado, naturalmente teriam sido respeitadas as sesmarias, apresentados os títulos e excluídas as terras do domínio particular e público. Evidentemente, as terras de domínio público estariam hoje sob o domínio da União, e, em consequência, transferidas para o Distrito Federal. As terras particulares, que eram aquelas de sesmarias devidamente registradas, seriam respeitadas e teriam que ser desapropriadas, se o Governo delas necessitasse para o desenvolvimento da Capital. Isso foi feito. Quer dizer, se as outras Constituições não mantiveram o dispositivo inicial e se revogaram a Constituição de 91, dispuseram de outra forma, ainda assim o princípio originário de Direito é o mesmo, pois se não eram terras devolutas do Estado ou do domínio da União, eram terras particulares sujeitas à desapropriação por necessidade ou utilidade pública.

De modo que entendo o seguinte: aqui no Distrito Federal as terras que eram tipicamente terras públicas, estavam no domínio do Estado, evidentemente passaram para o Governo Federal, que as transferiu para o domínio do Distrito Federal e aquelas sesmarias cujos registros ou outros títulos de propriedade, cujo valor seja idêntico terão que ser desapropriadas para que possam pertencer ao domínio do Distrito Federal. Tanto assim foi feito que a NOVACAP desapropriou oito mil alqueires.

Tive ocasião de conversar, em Belo Horizonte, com o Dr. Israel Pinheiro, que foi presidente da NOVACAP e o construtor inicial de Brasília e S. Ex.<sup>a</sup> me disse que em Goiás o Sr. Altamiro de Moura Pacheco, que reside em

Goiânia, autor de um livro **Rochedo e ferrões** — e S. Ex.<sup>a</sup> me deu um exemplar para ler, a ele dedicado — foi o homem inicialmente incumbido de fazer essas desapropriações que correram por conta do Governo de Goiás. E o Sr. Sigismundo Mello, elemento aposentado do Tribunal de Contas de Goiás, conhecia também o assunto muito bem.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Se V. Ex.<sup>a</sup> me permitir, eu era Consultor-Geral da República e recebi, no Palácio do Catete, em 1956 ou 57, o Governador de Goiás e seus secretários, inclusive o saudoso Bernardo Sayão. Tiramos então fotografia histórica em que aquela comissão fazia entrega das escrituras todas de aquisição amigável de desapropriação das terras do Distrito Federal feita com dinheiro fornecido pela União com verbas votadas pelo Congresso.

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Esta tese que sustentei aqui foi a que disse o Sr. Israel Pinheiro. Eu achava que aquelas terras que não eram públicas e que estavam em nome particular tinham que ser desapropriadas, o que ele confirmou com elementos que foram utilizados pela NOVACAP para fazer estas desapropriações. Tive ocasião de encontrar em Manhauçu o Deputado Jeso Meireles que era o Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás e que acompanhava o Governador Leonino Caiado que compareceu a Minas e a Manhauçu e esse Deputado ficou de por em contato comigo tanto o Dr. Altamiro como o Dr. Sigismundo Melo, para cuidar do assunto, a fim de colocá-los à disposição desta Comissão para quaisquer esclarecimentos com relação à terras do Distrito Federal.

O SR. EURICO REZENDE — Não sei se o Ministro se lembra de uma sentença de 1900, confirmada pelo Supremo Tribunal Federal.

"Atendendo à sentença do Juiz Seccional de Goiás, condenou a Fazenda Nacional a pagar aos mesmos, a título de indenização, a quantia de treze contos, setecentos mil réis, sendo dois contos pelos danos causados pelos que utilizaram da Fazenda Bananal, pelo pessoal da Comissão de Estudos da Nova Capital da União e 11 contos, setecentos mil réis do aluguel dos pastos da referida fazenda etc., etc."

poderá reformar a sentença e mandar a Fazenda indenizar no valor das passagens etc., etc. ..."

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Essa decisão foi unânime, o que confirma essa tese.

O SR. EURICO REZENDE — O Supremo confirma essa tese, considerando, proclamando que as terras eram, também, privadas. E, precisamente o Supremo Tribunal Federal, rechaçando uma pretensão da Comissão de Estudos da Nova Capital.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Exatamente. A sentença foi proferida pelo Guimarães Natal, que era Juiz em Goiás, e que mais tarde foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, também. Esse acórdão, a que se refere V. Ex.<sup>a</sup>, é de 10 de março de 1902 e foi Relator o Sr. Godofredo de Matos, e no julgamento tomaram parte João Barbalho, Epitácio Pessoa, Alberto Torres, Lúcio Mendonça, e todos votaram no sentido de ser a União obrigada à indenização.

O SR. EURICO REZENDE — É uma informação histórica, já naquela época, decorrida a vigência da Constituição de 1891, revogado aquele dispositivo do Art. 3.º, o Supremo, então, entendeu que cessou o domínio da União. É uma informação histórica, repito, e gostaria de ressaltar a memória do ilustre Ministro, que é verdejante, o que contraria aquele pessimismo constante da referência sobretarde.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Com a palavra o Senador Benedito Ferreira.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas, Sr. Ministro, tenho aqui um Acórdão, de n.º 1.926, de 12 de julho de 1911, do qual foi Relator o Ministro Otávio Kelly. Diz ele:

"Os próprios nacionais que passaram para o domínio dos Estados são somente aqueles que, pelo antigo regime, eram utilizados em serviços que corriam pelo Governo Geral, e que, pelo novo regime, passaram a ser administrados pelos Estados, sem declaração, portanto, do Governo Federal de que os próprios existentes nos estados, não sendo necessários aos seus serviços — isto é, sem ato expresso do Governo da União em contrário — todos os seus próprios constituem domínio pleno dela. Uma vez adquirido o domínio, tem sido continuado, e nenhuma presunção contrária é admissível, sendo necessário ato expresso de sua alienação."

Isto é num rodapé, nos **Comentários à Constituição de 91**, de Carlos Maximiliano, às págs. 424/425.

Ainda nos seus Comentários, ele diz:

"Legislar sobre terra e minas de propriedade da União, em regra, só o Poder Legislativo dispõe do Patrimônio Federal. Há certa tolerância na parte administrativa, sobretudo a respeito de navios, máquinas, armas e outros objetos inaproveitáveis para o serviço público."

Quanto a imóveis, a proibição é formal:

"O Executivo poderá alugar, vender ou trocar por outros, se for autorizado pelo Congresso Nacional.

O domínio da União compreende:

a) O Território do Distrito Federal, ou a zona escolhida para a Capital da República" (Carlos Maximiliano).

Daí porque tive a preocupação, como disse a V. Ex.<sup>a</sup> naquele diálogo que foi mais que proveitoso para mim, — embora tumultuando a palestra de V. Ex.<sup>a</sup>, mas, neste nosso modesto trabalho, nessa compilação de dados, nós pusemos aqui uma anotação, onde diz José Frederico Marques:

"Os bens que a esta pertencem, nos termos da lei atualmente em vigor."

Ora, em 1934 estava em vigor, como disse V. Ex.<sup>a</sup>, o Decreto-lei 4.484, de 18-1-1922.

E ele disse, ainda comentando a Constituição de 1934: "Bens que à União pertencem nos termos da lei atualmente em vigor e a zona que de frente se referia a Constituição de 1891, Art. 3.º, pois ainda que lá não se fixe a Capital Federal, já pertencem à União, por força do Art. 20, Inciso I."

Comentários à Constituição de 1934, tomo I, página 4.331.

Como se vê, foi mantido o domínio da União.

A Constituição de 1937, muito superficialmente, no seu Art. 7.º, alude à mudança da Capital, no seu Art. 36, que diz:

"São do domínio da União os bens que pertencem à União nos termos da lei atualmente em vigor."

Ora, ainda estava em vigor o Decreto 4.484.

Com esta repetição do Art. 20 da Constituição de 1934, foi mantido mais uma vez o domínio da União.

Em 5 de setembro de 1946, é editado o Decreto-lei n.º 9.960 que discriminou os bens pertencentes à União, já prolongando mais uma vez o retângulo CRULS.

Em 1946, a nova Constituição, a exemplo das anteriores, não discriminou os bens pertencentes à União por desnecessário, vez que estavam especificados em lei própria.

Vê V. Ex.<sup>a</sup> que a nossa preocupação é sustentar que o art. 3.º, quando diz que "fica pertencendo", é evidentemente baseado, como disse preliminarmente, nos constitucionais, dignos colegas de V. Ex.<sup>a</sup>, juristas de renome. Assim, vi autoridades como Osvaldo Aranha Bandeira de Melo, Fernando Mendes de Almeida, sustentarem que, embora revogada a Constituição de 1891, tinha sido mantido por lei ordinária esse domínio. Mas, concordo com V. Ex.<sup>a</sup>, como tenha concordado com todos aqueles que invocam a regra, a norma da nossa Constituição de respeito ao direito de propriedade. Neste trabalho nosso invoco o Decreto-lei n.º 503 que determina a desapropriação, mas observadas as cautelas do art. 94. Quais são as cautelas? O registro paroquial desacompanhado do título de domínio.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — V. Ex.<sup>a</sup> vai me permitir uma objeção. O registro paroquial só, em si, a meu ver, dá, em relação à União, o título de propriedade. Não dá a relação de um particular discutindo com outro. Então, o artigo do regulamento, que fala que o registro, só por si, sem as ulteriores demarques, não vale como prova de propriedade, tem em vista as disputas entre condôminos. Mas, perante a União, veja V. Ex.<sup>a</sup>, o pobre possessor já faz muito em ir na Paróquia e declarar perante o Vigário: os empregados não são seus; são públicos. Se os empregados não cumprem as tarefas que lhes competem, de continuar o processo, eles poderiam ser prejudicados, principalmente se a União nunca contestou essa declaração perante o Pároco.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas, aí, vai ao Supremo Tribunal Federal.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Essa lição a que V. Ex.<sup>a</sup> se refere diz respeito às disputas entre Estado e União, nunca, aliás de acordo com a opinião de V. Ex.<sup>a</sup> entre particulares e a União.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas o Supremo Tribunal Federal decidiu, onde era recorrente o Estado de Goiás, de que o Registro Paroquial não constitui Título de Domínio, onde foi Relator o Ministro Aliomar Baleeiro, em 23 de agosto de 1966. Isso é decisão do Supremo.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Entre pessoa Jurídica de Direito Público, isto é, entre Estados e União, a meu ver também. Mas, a União deixou de lado aqueles 14.400 km — porque nas Constituições posteriores não reproduziu o dispositivo — os Estados retomaram as suas propriedades. Imagine V. Ex.<sup>a</sup> se, em vez de fixar a Capital da República aqui, fixasse a Capital, digamos, no Triângulo Mineiro. Pergunto a V. Ex.<sup>a</sup>: o Estado de Goiás perderia as terras devolutas, aqui nesta região?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Continuava no domínio da União.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Aí peço vênias para divergir de V. Ex.<sup>a</sup> porque então ficaria com dois sítios para a capital da República, um no triângulo mineiro e outro aqui.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Desde que fossem incorporados ao patrimônio da União, sem ato expresso da União, ele não poderia retornar ao Estado.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Mas veja V. Ex.<sup>a</sup> que então há dois sítios para a capital da República. Há um outro sítio...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas o fato de fixarem um outro local não implicaria na renúncia desse local.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — A meu ver esses bens seriam terras devolutas do Estado, porque a União não teve interesse de tomar terras para si, mas sim fixar a capital da República.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Parece-me que não me fiz entender por V. Ex.<sup>a</sup> porque o fato de localizar em

outro Estado não implica, não está explícito que a União com isso renunciasse ao domínio da terra localizada aqui.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Porque teria a União 14.400 Km<sup>2</sup> no Planalto Central?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Porque essas terras, a não ser aquelas que estivessem no domínio particular, por título filiado, lhe pertenciam.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Pra que?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Não importa, ela fica pertencendo à União. Por ela ter destinação e pelo simples fato de não cumprir a destinação, não quer dizer que a União renuncie ao domínio.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Mas aí, data venia, V. Ex.<sup>a</sup> está confundido. Nós chegaríamos a um absurdo e não podemos argumentar com o absurdo de ter dois sítios para a capital da República, um necessário e outro desnecessário.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas precisaria um ato expresso da União. Diz aqui: "um ato expresso".

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Mas a lei disse:

"Fica pertencendo para a mudança da capital..." Se não houve a mudança não há razão de ser desse sítio para a nova capital. Eu respeito a opinião de V. Ex.<sup>a</sup>, mas peço vênias para ficar na oposição a V. Ex.<sup>a</sup>

O SR. EURICO REZENDE — O Governo baixa um decreto declarando de utilidade pública determinado imóvel para efeito de desapropriação. Decorridos 5 anos o que ocorre? Se não se efetivar a desapropriação...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Mas não é o caso.

O SR. EURICO REZENDE — É o caso sim, V. Ex.<sup>a</sup> vai me permitir. Não é o caso idêntico; é um direito comparado e, se V. Ex.<sup>a</sup> ainda não sabe poderá saber que o direito comparado é uma das fórmulas de se decidir litígio e interpretação. Então, a Constituição de 1891 demarcou, estabeleceu que aquela quilometragem de terras era para ali ser demarcado o domínio, a zona para o Distrito Federal. A Constituição depois foi revogada. Não há a menor dúvida, isto não pode ser objeto de controvérsia. A Constituição de 1891, naqueles textos que não se comunicaram por sequência constitucional... (inaudível)... e isso não pode admitir a menor dúvida porque Direito Público há de ser expresso, toda a matéria de Direito Público tem de ser expressa.

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Pergunta: nessa área de 14 mil Km<sup>2</sup> concedida pelo Governo Imperial anteriormente, se Maria essa que satisfaz toda legislação imperial, seria ou não respeitada?

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Evidentemente.

O SR. JOSÉ AUGUSTO — Então o princípio é o mesmo. Dentro dessa área, o que não estiver no domínio público da União e se o Distrito Federal necessitar... (inaudível). A Constituição diz que a União é integrada pelos Estados da Federação. Os Estados são propriedade da União? Não são.

O SR. BENEDITO FERREIRA — A verdade é que o Decreto n.º 4.484 não foi revogado, que é aquele que lançou a pedra fundamental.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Aquele, eminente Senador, ficou revogado pela sua não manutenção pelo modo que as Constituições posteriores trataram do problema. Se houvesse unanimidade de pensamento a Constituição de 34 iria reproduzir a de 91, a de 46 iria reproduzir a de 91, quando assim não fizeram. Disseram essas Constituições que a União escolheria o sítio, o local a ser escolhido pelo Congresso Nacional para a Nova Capital. Então a lei especial estabeleceria esse sítio a ser incorporado ao Patrimônio da União.



O que não parece razoável, o que não parece justo, consentâneo com a norma jurídica é que haja dois sítios para a Capital da República. Isso é argumentar com absurdo, falando-se com a devida vênia. Então a União tem um sítio aqui, que a ela ficava pertencendo, para a implantação da Capital. E se não se implantar a capital aqui, se implantasse no Triângulo Mineiro? Esse sítio continuaria a pertencer a União?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Ai a União teria que baixar um ato expresso, retirando o domínio.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — V. Ex.<sup>a</sup> só admite revogação de lei expressamente, quando há outros modos de revogar senão expressamente, como legislando toda a matéria regulada na lei anterior.

O SR. BENEDITO FERREIRA — O que me leva a insistir são exatamente os comentários dos constitucionalistas que examinaram essa sequência de Constituições...

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — No início falei no argumento de autoridade no sentido de que as terras aqui não são públicas, não pertencem a União, citando parecer do Ministro Orozimbo Nonato, que foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, quatro anos Presidente, Catedrático de Direito Civil da Universidade de Minas Gerais, uma das maiores sumidades em Direito; citando a opinião de José Frederico Marques, que ainda agora está assessorando o Governo na elaboração dos Códigos; a opinião de Linhares Lacerda, que é especialista na matéria; a opinião de Clóvis Bevilacqua; a opinião...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Clóvis Bevilacqua, V. Ex.<sup>a</sup> leu, reconhece o domínio da União ressalvado o domínio dos particulares.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Justo, não foi outra coisa que disse, não há a menor dúvida, aquelas terras devolutas dos Estados passaram para a União naquela ocasião, mas, não passaram as terras dos particulares.

O SR. BENEDITO FERREIRA — Lembraria a V. Ex.<sup>a</sup>, se me permitisse, que em 5 de setembro de 1946 foi editado o Decreto-lei n.º 9.760, que: discriminou os bens pertencentes a União, catalogando mais uma vez o Retângulo Cruis como propriedade, como bem, pertencente à União e esse Decreto não me consta ter sido revogado.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — V. Exa. conclui daí?

O SR. BENEDITO FERREIRA — Concluo e insisto que se tivesse escolhido outro sítio aqui continuaria pertencendo à União.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Então, V. Exa. admite dois sítios, dois lugares para a Capital da República: um escolhido e outro para nova escolha...

O SR. BENEDITO FERREIRA — Admitiria, mais desde que incorporado ao patrimônio da União, como está aqui explicito no Decreto 9.760 e continuaria pertencendo à União, até que houvesse uma renúncia por parte da União.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — É que V. Exa. só admite um modo de revogação que é o modo expresso. Há outros modos de revogação. Revoga-se a lei não só expressamente, Há 3 modos de revogação. Em primeiro lugar, a expressa. Em segundo, quando haja incompatibilidade com a lei posterior e a terceira quando, como no caso, uma constituição posterior regula toda a matéria da lei anterior.

Então as Constituições posteriores diversamente regulamentam a matéria, diversamente da Constituição de 91...

(Trocaram-se apartes simultâneos).

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) (Fazendo soar a campainha.) Os Srs. Senadores permitir-me-ão. A Comissão ainda tem que tomar conhecimento de dois proces-

sos em regime de urgência, de maneira que, estando esgotado o tempo destinado à palestra, tão esmiacecedora e tão valiosa, que nos trouxe o Ministro Gonçalves de Oliveira, desculpar-me-ão os eminentes colegas por ter que interromper, porquanto estamos agora à frente a dois pontos de vista divergentes que à Comissão caberá debater, posteriormente.

Devo, neste momento, agradecer ao Sr. Ministro Gonçalves de Oliveira esta valiosa contribuição que nos trouxe, numa revelação, mais uma vez, de seu brilhante espírito de jurista e de sua personalidade de homem público. Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> a contribuição trazida.

O Dr. Claudio Costa, Secretário desta Comissão, fará a gentileza de acompanhar o Sr. Ministro até à saída da Casa, e nós, continuaremos em Sessão porque temos matéria em regime de urgência.

O SR. GONÇALVES DE OLIVEIRA — Muito agradecido e muito honrado, a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente. Assim me despeço. (Palmas.)

A seguir, o Sr. Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Benedito Ferreira para relatar o seguinte projeto:

— Favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º ..., de 1972, que "revigora até 31 de dezembro de 1974 o prazo a que se refere a Lei n.º 4.331, de 1.º de junho de 1964 — alterada pelo Decreto-lei n.º 607, de 3 de junho de 1969 —, que dispõe sobre a aquisição por governos estrangeiros, no Distrito Federal, de imóveis necessários à residência dos agentes diplomáticos das respectivas Missões Diplomáticas".

Em discussão e votação é o parecer aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Prosseguindo, o Sr. Presidente dá a palavra ao Senhor Senador Saldanha Derzi para emitir parecer ao seguinte projeto:

— Pelo arquivamento ao Ofício n.º 3, de 1971 — Do Tribunal de Contas do Distrito Federal, encaminhando as prestações de contas da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — referentes aos exercícios de 1956 a 1959.

Submetido o parecer em discussão e votação, é o mesmo aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Claudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

### 16.ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1972

As quinze horas do dia vinte e dois de agosto de mil novecentos e setenta e dois, presentes os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Saldanha Derzi, Arron de Mello, Magalhães Pinto, Ruy Santos, Jessé Freire, José Sarney, Fernando Corrêa, Franco Montoro, Lourival Baptista, Danton Jobim e Flinto Müller, reúne-se no Auditório do Senado Federal a Comissão de Relações Exteriores.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Senador Wilson Gonçalves — Vice-Presidente, no exercício da Presidência, abre os trabalhos e comunica aos integrantes da Comissão que a reunião ordinária se comporá de duas partes: a primeira, que será destinada a uma homenagem à República Oriental do Uruguai, pela passagem, a 25 de agosto, da data da sua independência; e a segunda para a deliberação da Ordem do Dia normal da reunião

Dando início à solenidade, o Sr. Presidente designa uma comissão constituída dos Srs. Senadores Franco Montoro, Magalhães Pinto e José Sarney para conduzi-

rem ao recinto S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Carlos Manini-Rios, Embaixador da República Oriental do Uruguai no Brasil.

Logo após, a palavra é concedida ao Sr. Senador Magalhães Pinto para saudar a República irmã, em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Encerrado o discurso, faz uso da palavra S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Embaixador Carlos Manini-Rios, declarando na oportunidade a profunda emoção que, em nome de seu país, recebe esta nova prova de estima e de afeto do Brasil, por intermédio do seu Corpo mais representativo, que é o Senado Federal.

Ao final, o Sr. Presidente agradece a visita honrosa do ilustre e digno representante do Uruguai no Brasil, assim como a de seus distintos auxiliares e suspende a reunião por 10 minutos, solicitando à Comissão designada a fineza de acompanhar o Sr. Embaixador até a saída do Senado.

Os pronunciamentos feitos na presente reunião foram taquigrafados e serão publicados como partes integrantes desta Ata.

Dando prosseguimento à reunião, são relatadas as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

#### Pelo Sr. Senador Saldanha Derzi

— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1972, que aprova o texto do Convênio Constitutivo do "Fundo de Desenvolvimento" previsto pelo Protocolo Adicional ao Tratado sobre Ligação Ferroviária, de 25 de fevereiro de 1938, celebrado entre os Governos da República da Bolívia e da República Federativa do Brasil em 23 de julho de 1964, o qual foi assinado em Corumbá a 4 de abril de 1972.

#### Pelo Sr. Senador Danton Jobim

— pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1972, que aprova o texto dos Estatutos da Organização Mundial do Turismo, resultantes da transformação dos Estatutos da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo e aprovados em reunião realizada na Cidade do México de 17 a 28 de setembro de 1970.

Os referidos pareceres, após terem sido submetidos à discussão e votação, são finalmente aprovados.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**ANEXO A ATA DA 16.ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES PARA RECEPCIONAR O SR. CARLOS MANINI-RIOS, EMBAIXADOR DO URUGUAI, REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 1972, ÀS 15 HORAS.**

#### Publicação devidamente autorizada pelo Sr. Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Há número regimental. Declaro aberta a reunião.

Desejo comunicar aos nobres pares que a reunião ordinária de hoje se comporá de duas partes: a primeira, que será destinada a uma homenagem à República Oriental do Uruguai, pela passagem, a 25 deste mês, da data da sua independência; e a segunda para a deliberação da Ordem do Dia normal da reunião.

Desejo comunicar à Comissão que já se encontra nos salões do Senado da República o Sr. Embaixador do Uruguai no Brasil, D. Carlos Manini-Rios, acompanhado de diplomatas da sua embaixada.

Designo uma comissão constituída dos Srs. Senadores Franco Montoro, Magalhães Pinto e José Sarney para conduzirem a este recinto o ilustre visitante.

— Acompanhado da comissão designada pelo Sr. Presidente, entra no recinto o Sr. Carlos Ma-

nini-Rios, Embaixador da República Oriental do Uruguai.

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Ilustres membros da Comissão de Relações Exteriores, conforme declarei na abertura da reunião desta Comissão, a primeira parte dos nossos trabalhos se destina a uma homenagem desta Comissão ao País-irmão a República Oriental do Uruguai, pela passagem do 147.º aniversário de sua Independência.

A Comissão de Relações Exteriores quis, com esta iniciativa, demonstrar o seu apreço, a sua admiração e a sua solidariedade ao nobre e grande povo uruguaio e, por isso, deseja, neste instante, dar a esta reunião um caráter especial para traduzir a sua homenagem.

Designo o nobre Senador Magalhães Pinto para saudar a República irmã, em nome da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

O SR. MAGALHÃES PINTO — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Exmas. Senhoras, meus Senhores,

Senhor Embaixador Manini-Rios,

O Senado Federal do Brasil e, com especial destaque, a sua Comissão de Relações Exteriores, vivem hora feliz, com a presença de V. Ex.<sup>a</sup>, na data nacional de seu País, nesta Casa do Congresso Nacional, devotada ao culto e ao serviço permanentes dos ideais da fraternidade latino-americana. Na investidura diplomática que V. Ex.<sup>a</sup> encarna, com o brilho que a cultura realça, as aspirações uruguiaias de solidariedade e de progresso continentais, que são também as aspirações brasileiras. E essas aspirações confluem no idealismo do homem público, o político e humanista que contemplamos em V. Ex.<sup>a</sup>, sempre voltado para o sonho de uma sociedade justa e democrática, em que o progresso material seja expressão dos valores que conferem dignidade aos homens e grandeza às nações.

Esse ideário de liberdade que personifica V. Ex.<sup>a</sup> é patrimônio comum de nossas pátrias e, por isto, une os nossos povos e confunde nossos destinos nacionais.

Do que há de genuíno e belo no sentir e pensar da gente uruguaia, ofereço o meu testemunho quando, como Ministro das Relações Exteriores do Brasil, me foi conferido o privilégio de conhecer melhor a sua cultura política, avaliar a magnitude de sua idealidade continental, fazendo, numa palavra, a admirável experiência da indole moral do povo cisplatino.

Desse período, grato à minha sensibilidade, retornam agora à minha lembrança fatos que, na diversidade de seus significados, completam-se como prova de comunhão espiritual: a Reunião dos Chanceleres americanos, preparativa da Reunião dos Presidentes em Punta del Este, à qual tivemos a honra de comparecer acompanhando o saudoso Presidente Costa e Silva; o dia em que, chefiando delegação especial, levamos a solidariedade do Brasil à dor da Nação uruguaia, nos funerais do Presidente Oscar D. Gestido; e, depois, na continuidade histórica, a recordação da carinhosa acolhida ao Presidente Jorge Pacheco Areco, quando de sua visita oficial ao Brasil. Momentos diversos no seu significado e na sua pulsação afetiva, mas idênticos como demonstração das forças que nos unem. E outros momentos valeria recordar, dos inúmeros exemplos que, como Chanceler do Brasil, nos foi dado testemunhar da aproximação e da amizade de nossos dois povos.

Juntos estivemos desde o passado, quando Brasil e Província Cisplatina integravam o Reino de Portugal. Proclamada a nossa Independência em 1822, três anos depois, em 1825, vossa pátria conquistava sua soberania política, transformando-se na República Oriental do Uruguai. Emancipados os nossos países, desde então inicia-

mos a fase nacional de nossas vidas, sob a égide de permanente e profunda identificação espiritual.

Senhor Embaixador Manini-Rios:

Esta Comissão e, com ela, o Senado do Brasil, recebem em V. Ex.<sup>a</sup> não apenas o Chefe da Missão Diplomática da República Oriental do Uruguai em nosso País. Ao fazê-lo, rende as suas homenagens às altas virtudes pessoais com que V. Ex.<sup>a</sup> concede ainda maior brilho ao título de representante diplomático. Ao exercício dessa missão acrescenta-se o acervo de uma vida vivida no devotamento às causas que enobrecem o espírito humano.

No Embaixador reencontramos o jornalista, o parlamentar, o administrador, o estadista, o historiador, o pensador — o homem de idéias e o homem de ação que, desde jovem, no recinto universitário, na cátedra, nas lutas pelo Direito e, depois, nos cargos públicos mais eminentes, usou a palavra para ensinar e esclarecer, para guiar e conduzir, para mobilizar as energias vivas de sua terra e de seu povo, convocando-as ao serviço da Pátria, que é onde se começa a servir ao Continente e à Humanidade.

Este serviço, generoso e fecundo, jamais vos encontrou em disponibilidade — para todas as missões, internas ou externas, em que o Uruguai reclamou a inteligência e a cultura, o saber e a experiência de seu filho, soube atender ao chamamento cívico, no sempre renovado compromisso de dedicação, ao qual só estão permanentemente predispostos os grandes homens.

É íntimo motivo de orgulho para mim, Senhor Embaixador, constatar que, na vida pública, vós seguistes o grande exemplo legado por vosso pai, o insigne D. Pedro Manini-Rios, reitor espiritual do jornalismo uruguiaio, que soube elevar a imprensa ao nível de pedagogia cívica. As lições paternas não foram por V. Ex.<sup>a</sup> apenas conservadas e mantidas — foram ampliadas, pelos dons de uma individualidade múltipla e criadora, que ainda agora resplandece na clara visão do historiador do Uruguai contemporâneo. Do historiador e do novelista, cuja obra acrescenta novos valores ao patrimônio espiritual do povo uruguiaio.

É esta confluência de valores encarnados em V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Embaixador D. Carlos Manini-Rios, que confere à visita e à recepção de agora o sentido de festa dos nossos países e do Continente, cujo destino democrático nos é imposto como imperativo de nossa história e desafio a que não poderemos faltar. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Concedo a palavra ao Senhor Embaixador Carlos Manini Rios.

O SR. CARLOS MANINI-RIOS — Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado da República Federativa do Brasil,

Senhores Senadores,

Senhor Senador Magalhães Pinto,

É com profunda emoção que em nome do meu País, recebo esta nova prova de estima e de afeto do Brasil, por intermédio do seu Corpo mais representativo, que é o Senado Federal.

Só pela grande bondade, o Sr. Senador Magalhães Pinto estendeu o que poderia ser uma recordação afetuosa e simpática ao meu País, e ao meu povo, dedicando estas frases altamente benevolentes a minha pessoa.

Felicito o Senado e o Brasil por este afeto, pois que este afeto, este vínculo que nasceu em nossa História, em nosso passado, se conserva íntegro e sem modificações, através de século e meio que temos de vida livre e em comum.

É curioso assinalar, como disse o Sr. Senador Magalhães Pinto, que nossas Independências nasceram de

uma eventual e passageira comunidade política e de uma luta recíproca, entretanto, dessa luta e de breve episódio de guerra, só passou para a História uma permanente irmandade. Irmandade sobretudo baseada numa convicção comum nos destinos dos nossos povos, numa cultura comum, olhando para o Oceano Atlântico, e do outro lado do Atlântico absorvendo as velhas culturas européias para transformá-las no crisol das nossas raças americanas, e delas fazer uma nova esperança para o mundo.

O nosso País, Srs. Senadores, atravessou nos últimos tempos duras etapas, mas é nos tempos difíceis, como sabem os Srs. Senadores, que se põem à prova as virtudes e a vontade de permanência democrática no cenário do mundo; é precisamente nessas horas que se medem os valores espirituais dos povos. E assim como o Brasil, neste momento, está numa formidável etapa de reconstrução nacional, olhando o futuro com planos firmes, com um desenvolvimento que a todos que o contemplamos objetivamente nos admira, podemos dizer-lhe que a vontade e a firmeza de propósito e de princípios de nossos povos, demonstrados, como os Srs. Senadores sabem, nas eleições do ano passado, realizadas sob as mais negras perspectivas, segundo os expectadores observadores de fora, é, sem dúvida, continuar sendo um povo americano, livre, forte, independente e amigo dos outros povos americanos. (Palmas.)

É nesse sentido e com essa finalidade que nós outros, que a Missão Uruguiaia no Brasil está aqui em Brasília, disposta a manter, estreitar e multiplicar os laços que a unem com o Brasil e os demais países da América, para seguir nesta luta, seguros de que o século vindouro venha abrir à América perspectivas mais otimistas e maior felicidade para os nossos povos.

Não temos desconfiança no futuro; temos esperança nele. Cremos na força e na virtude dos nossos filhos e, então, como bons americanos, dizemos aos demais povos americanos que estamos presentes à mesma luta. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Está cumprida assim a primeira parte da nossa reunião.

Agradeço a visita honrosa do ilustre e digno representante do Uruguai em nosso País, assim como a de seus distintos auxiliares.

Suspendo a reunião por 10 minutos, solicitando à Comissão designada a fineza de acompanhar o Senhor Embaixador até a saída do Senado.

(Levanta-se a reunião às 17 horas.)

## COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 47, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17 de julho de 1972, que institui programa de incentivo à produção de borracha vegetal.

### 2.ª REUNIÃO REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1972

As 15:00 horas do dia vinte e três de agosto do ano de mil novecentos e setenta e dois, no Auditório do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Deputado Leopoldo Peres, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Flávio Britto, Fernando Corrêa, Heltor Dias, Catete Pinheiro, José Sarney, Osires Teixeira, Antonio Fernandes, Waldemar Alcântara e Adalberto Sena e os Senhores Deputados Gabriel Hermes, Eraldo Lemos, Nesser de Almeida, Cid Furtado e Ubaldo Barem, reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 47, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.232, de 17 de julho de 1972, que institui programa de incentivo à produção de borracha vegetal.

Deixam de comparecer os Senhores Deputados Siqueira Campos, Edgar Martins Pereira, Freitas Diniz, Julio Viveiros e Juarez Bernardes e o Senhor Senador Geraldo Mesquita.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica a substituição do Senhores Deputados Gastão Müller, Vinicius Câmara e Edison Bonna, respectivamente, pelos Senhores Deputados Eraldo Lemos, Cid Furtado e Edgar Martins Pereira e concede a palavra ao Senhor Senador Flávio Britto que emite parecer favorável, concluindo pelo competente Projeto de Decreto Legislativo.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal e Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Leopoldo Peres  
Vice-Presidente: Deputado Freitas Diniz  
Relator: Senador Flávio Britto

##### Senadores

##### Deputados

##### ARENA

- |                        |                          |
|------------------------|--------------------------|
| 1. José Lindoso        | 1. Leopoldo Peres        |
| 2. Flávio Britto       | 2. Eraldo Lemos          |
| 3. Fernando Corrêa     | 3. Gabriel Hermes        |
| 4. Heitor Dias         | 4. Nosser de Almeida     |
| 5. Cattete Pinheiro    | 5. Siqueira Campos       |
| 6. José Sarney         | 6. Cid Furtado           |
| 7. Geraldo Mesquita    | 7. Ubaldo Barem          |
| 8. Osires Teixeira     | 8. Edgar Martins Pereira |
| 9. Antônio Ferenandes  |                          |
| 10. Waldemar Alcântara |                          |

##### MDB

- |                    |                     |
|--------------------|---------------------|
| 1. Adalberto Senna | 1. Freitas Diniz    |
|                    | 2. Julio Viveiros   |
|                    | 3. Juarez Bernardes |

#### CALENDÁRIO

Dia 10-8-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta; até dia 30-8-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum.

#### PRAZO

Até dia 30-8 na Comissão Mista;

Até dia 29-9 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Telefone: 24-8105 — Ramais 314 e 303.

#### COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 43, de 1972, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.228, de 3 de julho de 1972, que "dispõe sobre a isenção do Imposto de Renda das empresas estrangeiras de transporte terrestre".

#### 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1972

As 17 horas do dia 23 de agosto de 1972, no Auditório do Senado Federal, sob a presidência do Deputado Arthur Santos, presentes os Srs. Senadores Ruy Santos, João Cleofas, Tarso Dutra, Lenoir Vargas, Guido Mondin, Saldanha Derzi (em substituição ao Sr. Mattos Leão), Waldemar Alcântara (em substituição ao Sr. Carvalho Pinto) e Ruy Carneiro e os Srs. Deputados Magalhães Melo, Pinheiro Machado, Claudio Leite e Passos Pôrto (em

substituição ao Sr. Fernando Magalhães), reúne-se a Comissão Mista para estudo e Parecer sobre a Mensagem n.º 43, de 1972.

Havendo número legal, o Sr. Presidente declara instalados os trabalhos da Comissão Mista e concede a palavra ao Senador Ruy Santos que passa a ler o seu Parecer, dando pela aprovação da matéria nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que oferece.

Em discussão e votação é o parecer aprovado sem quaisquer restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Geraldo Sobral Rocha, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Arthur Santos

Vice-Presidente: Deputado Amaury Müller

Relator: Senador Ruy Santos

##### Senadores

##### Deputados

##### ARENA

- |                       |                     |
|-----------------------|---------------------|
| 1. Ruy Santos         | 1. Adhemar Ghisi    |
| 2. João Cleofas       | 2. Magalhães Melo   |
| 3. Renato Franco      | 3. Pinheiro Machado |
| 4. Tarso Dutra        | 4. Henrique Turner  |
| 5. Lenoir Vargas      | 5. Arthur Santos    |
| 6. Arnon de Mello     | 6. Claudio Leite    |
| 7. Guido Mondin       | 7. Passos Pôrto     |
| 8. Saldanha Derzi     | 8. Jairo Magalhães  |
| 9. Waldemar Alcântara |                     |
| 10. Antônio Carlos    |                     |

##### MDB

- |                 |                  |
|-----------------|------------------|
| 1. Ruy Carneiro | 1. Fernando Gama |
|                 | 2. Amaury Müller |
|                 | 3. Harry Sauer   |

#### CALENDÁRIO

Dia 8-8-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta; Até dia 28-8-72 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110 do Regimento Comum

#### PRAZO

Até dia 28-8-72, na Comissão Mista;

Até dia 29-9-72, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas: — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Telefone: 43-6677 — Ramais 312 e 303.

#### COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 45, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.º 1.230, de 5 de julho de 1972, que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 15, § 1.º, alínea "b", da Constituição, o Município de Tarauacá, no Estado do Acre, e dá outras providências.

#### 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1972

As 9:30 horas do dia 23 de agosto de 1972, no Auditório do Senado Federal, sob a presidência do Senador Deputado Sussumu Hirata, presentes os Senhores Senadores Ruy Santos, Cattete Pinheiro, Clodomir Millet, Wilson Gonçalves, Lourival Baptista e Adalberto Senna e os Senhores Deputados Moacyr Chiesse, Célio Marques Fernandes, Prisco Vianna, Ruy Lino e JG de Araújo Jorge reúne-se a Comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 45, de 1972, que submete à deliberação do Congresso Nacional texto do Decreto-lei n.

1.230, de 5 de julho de 1972, que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 15, § 1.º, alínea b, da Constituição, o Município de Tarauacá, no Estado do Acre, e dá outras providências.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Britto, Fausto Castelo-Branco, Dinarte Mariz, Wilson Campos e Eurico Rezende e os Senhores Deputados José Carlos Leprevost, Edilson Melo Távora, Pinheiro Machado, Juvêncio Dias e Alberto Lavinas.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica a substituição dos Senhores Senador Leandro Maciel, Deputado Albino Zeni e Deputado José Penado, respectivamente, pelos Senhores Senador Lourival Baptista, Deputado Moacyr Chiesse e Deputado Prisco Vianna e concede a palavra ao Senhor Senador Cattete Pinheiro que emite parecer favorável à mensagem, concluindo pela apresentação do competente projeto de decreto legislativo.

Em discussão, usa da palavra o Senhor Senador Adalberto Sena que apresenta voto em separado, subscrito também pelo Senhor Deputado Ruy Lino, contrário à mensagem.

Em votação, é o parecer aprovado, com votos vencidos dos Senhores Senador Adalberto Sena, Deputado Ruy Lino e Deputado JG de Araújo Jorge.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Pinheiro Machado  
Vice-Presidente: Deputado Alberto Lavinas  
Relator: Senador Dinarte Mariz

#### Senadores

#### Deputados

##### ARENA

- |                          |                            |
|--------------------------|----------------------------|
| 1. Ruy Santos            | 1. Moacyr Chiesse          |
| 2. Flávio Britto         | 2. Célio Marques Fernandes |
| 3. Cattete Pinheiro      | 3. José Carlos Leprevost   |
| 4. Fausto Castelo-Branco | 4. Sussumu Hirata          |
| 5. Wilson Gonçalves      | 5. Prisco Vianna           |
| 6. Dinarte Mariz         | 6. Edilson Melo Távora     |
| 7. Wilson Campos         | 7. Pinheiro Machado        |
| 8. Lourival Baptista     | 8. Juvêncio Dias           |
| 9. Clodomir Milet        |                            |
| 10. Eurico Rezende       |                            |

##### MDB

- |                   |                       |
|-------------------|-----------------------|
| 1. Adalberto Sena | 1. Ruy Lino           |
|                   | 2. Alberto Lavinas    |
|                   | 3. JG de Araújo Jorge |

#### CALENDÁRIO

Dia 9-8 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;  
Até dia 29-8 — Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

#### PRAZO

Até dia 29-8 na Comissão Mista;

Até dia 29-9 no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Telefone: 24-8105 — Ramais 314 e 303.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### ATA DA 17.ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1972

As 15 horas do dia 23 de agosto de 1972, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senador Daniel Krieger,

presentes os Senadores Heitor Dias, Arnon de Mello, Nelson Carneiro, José Augusto, Gustavo Capanema, Wilson Gonçalves, José Sarney e José Lindoso, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Abortos os trabalhos, com a palavra, o Senador Heitor Dias relata as seguintes proposições: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado número 33/72 — Destina parte da receita da Loteria Esportiva às Santas Casas de Misericórdia, alterando o Decreto-lei n.º 594, de 27-5-69 e o Projeto de Resolução da Comissão de Finanças ao Ofício n.º S-28-72 do Prefeito do Município de São Paulo, encaminhando Ofício da Cia. Metropolitana — METRÔ, solicitando autorização para contrair empréstimo externo e, ainda, do Projeto de Lei da Câmara número 12/72 — Dispõe sobre a inscrição em prova de habilitação à livre-docência, rejeitando a Emenda de n.º 1 apresentada em Plenário ao citado Projeto. Em discussão e votação, são os pareceres aprovados, votando com restrições os Senadores Nelson Carneiro e Arnon de Mello o PLC n.º 12/72.

A seguir, o Senador Nelson Carneiro apresenta parecer ao Projeto de Lei da Câmara n.º 22/72 — Dá nova redação ao art. 60 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7-12-40 (Código Penal) e aos arts. 710 e 711 do Decreto-lei número 3.689, de 3-10-41 (Código do Processo Penal) considerando-o constitucional e jurídico e favorável quanto ao mérito. O parecer é aprovada por unanimidade.

Prosseguindo os trabalhos, o Senador José Augusto solicita o adiamento da apreciação do Projeto de Lei do Senado n.º 8/72, atendendo pedido do Senador Wilson Gonçalves que, usando da palavra, apresenta a justificativa deste seu pedido expondo tratar-se de matéria de grande relevância e que merece estudo mais prolongado por parte dos Senhores Membros da Comissão. O Senhor Presidente defere favoravelmente a solicitação formulada.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

#### COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

##### 17.ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1972

As dezesseis horas do dia vinte e três de agosto de mil novecentos e setenta e dois, presentes os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, José Sarney, Virgílio Távora, José Lindoso, Nelson Carneiro, Saldanha Derzi, Fernando Corrêa e Arnon de Mello, reúne-se no Auditório do Senado Federal a Comissão de Relações Exteriores.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Carvalho Pinto, Filinto Müller, Antônio Carlos, Magalhães Pinto, Accioly Filho, Lourival Baptista, João Calmon, Danton Jobim e Franco Montoro.

Ao constatar a existência de número regimental o Sr. Presidente em exercício — Senador Wilson Gonçalves, abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da Reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1972, que dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados na aquisição de veículos automotores de fabricação nacional, o Sr. Senador José Sarney apresenta parecer favorável. Após ter sido submetido à discussão e votação, o parecer é finalmente aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

M E S A		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente:	4.º-Secretário:	Lider:
Petrônio Portella (ARENA — PI)	Duarte Filho (ARENA — RN)	Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente:	1.º-Suplente:	Vice-Líderes:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	Renato Franco (ARENA — PA)	Ruy Santos (ARENA — BA)
2.º-Vice-Presidente:	2.º-Suplente:	Eurico Rezende (ARENA — ES)
Ruy Carneiro (MDB — PB)	Benjamin Farah (MDB — GB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
1.º-Secretário:	3.º-Suplente:	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Ney Braga (ARENA — PR)	Lenoir Vargas (ARENA — SC)	José Lindoso (ARENA — AM)
2.º-Secretário:	4.º-Suplente:	Saldanha Derzi (ARENA — MT)
Clodomir Milet (ARENA — MA)	Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Osires Teixeira (ARENA — GO)
3.º-Secretário:		Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Guido Mondin (ARENA — RS)		<b>LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA</b>
		Lider:
		Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes:
		Danton Jobim (MDB — GB)
		Adalberto Sena (MDB — AC)

**COMISSÕES**

Diretora: Edith Balassini  
Local: 11.º andar do Anexo  
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

**A) COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Francisco José Fernandes  
Local: Anexo — 11.º andar  
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

**1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Guerra  
Vice-Presidente: Mattos Leão

**TITULARES**

Antônio Fernandes  
Vasconcelos Torres  
Paulo Guerra  
Daniel Krieger  
Flávio Britto  
Mattos Leão

**SUPLENTES****ARENA**

Tarso Dutra  
João Cleofas  
Fernando Corrêa

**MDB**

Amaral Pelxoto Adalberto Sena  
Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303  
Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas  
Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Waldemar Alcântara  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

**TITULARES**

José Guimard  
Waldemar Alcântara  
Dinarte Mariz  
Wilson Campos  
José Esteves  
Benedito Ferreira

**SUPLENTES****ARENA**

Saldanha Derzi  
Osires Teixeira  
Lourival Baptista

**MDB**

Adalberto Sena Franco Montoro  
Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas  
Local: Auditório.

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(13 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
Vice-Presidente: Accioly Filho

**TITULARES**

José Lindoso  
José Sarney  
Arnon de Mello  
Helvidio Nunes  
Antônio Carlos  
Eurico Rezende  
Heitor Dias  
Gustavo Capanema  
Wilson Gonçalves  
José Augusto  
Daniel Krieger  
Accioly Filho

**SUPLENTES****ARENA**

Orlando Zancaner  
Osires Teixeira  
João Calmon  
Mattos Leão  
Vasconcelos Torres  
Carvalho Pinto

**MDB**

Nelson Carneiro Franco Montoro  
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305  
Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas  
Local: Auditório.

**4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**TITULARES**

Dinarte Mariz  
Eurico Rezende  
Cattete Pinheiro  
Benedito Ferreira  
Osires Teixeira  
Fernando Corrêa  
Saldanha Derzi  
Heitor Dias  
Antônio Fernandes  
José Augusto

**SUPLENTES****ARENA**

Paulo Tórres  
Luiz Cavalcante  
Waldemar Alcântara  
José Lindoso  
Filinto Müller

**MDB**

Adalberto Sena Nelson Carneiro  
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306  
Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.



5) COMISSAO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSICAO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Magalhães Pinto	Domício Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	
MDB	
Amaral Peixoto	Franco Montoro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSAO DE EDUCACAO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSICAO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	
MDB	
Benjamin Farah	Adalberto Sena

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSAO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSICAO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Emival Calado
Ruy Santos	Flávio Britto
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	
MDB	
Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSAO DE LEGISLACAO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSICAO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES	SUPLENTES
ARENA	
Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondim	Accioly Filho
Paulo Tórres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	
MDB	
Franco Montoro	Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 310

Reuniões: Quartas-feiras, às 18 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domício Gondim	
Orlando Zancaner	

**MDB**

Benjamin Farah	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos	Cattete Pinheiro
José Lindoso	Wilson Gonçalves
Filinto Müller	
José Augusto	

**MDB**

Danton Jobim	Adalberto Sena
--------------	----------------

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: Terças-feiras, às 11 horas.

Local: Auditório.

**11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto	Milton Cabral
Wilson Gonçalves	Fausto Castello-Branco
Filinto Müller	Augusto Franco
Fernando Corrêa	José Lindoso
Antônio Carlos	Ruy Santos
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Jessé Freire
Accioly Filho	Virgílio Távora
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	

**MDB**

Franco Montoro	Amaral Pelxoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

**TITULARES****SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castello-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Celso Ramos
Lourival Baptista	
Ruy Santos	
Waldemar Alcântara	

**MDB**

Adalberto Sena	Benjamin Farah
----------------	----------------

Secretária: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 314

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Tórres  
Vice-Presidente: Flávio Britto

**TITULARES**

**SUPLENTE**

**ARENA**

Paulo Tórres	Alexandre Costa
José Lindoso	Orlando Zancaner
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Guimard	
Flávio Britto	
Vasconcelos Torres	

**MDB**

Benjamin Farah                      Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**  
— (CSPC)  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amaral Peixoto  
Vice-Presidente: Tarso Dutra

**TITULARES**

**SUPLENTE**

**ARENA**

Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Augusto Franco	Gustavo Capanema
Elso Ramos	Paulo Guerra
Osires Teixeira	
Leitor Dias	
Assessor Freire	

**MDB**

Amaral Peixoto                      Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**  
(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Leandro Maciel  
Vice-Presidente: Alexandre Costa

**TITULARES**

**SUPLENTE**

**ARENA**

Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Benedito Ferreira
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Milton Cabral	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	

**MDB**

Danton Jobim                      Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: Quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

**Chefe: J. Ney Passos Dantas**

**Local: 11.º andar do Anexo**

**Telefone: 24-8105 — Ramal 303**

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito.
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).